

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PRÁTICAS REGIONALIZADORAS E O
MOSAICO CULTURAL CATARINENSE**

EDGAR GARCIA JUNIOR

FLORIANÓPOLIS SC

2002

EDGAR GARCIA JUNIOR

PRÁTICAS REGIONALIZADORAS E O
MOSAICO CULTURAL CATARINENSE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora:

Prof. Dra. Cynthia Machado Campos

FLORIANÓPOLIS

2002

PRÁTICAS REGIONALIZADORAS E O MOSAICO CULTURAL CATARINENSE

EDGAR GARCIA JUNIOR

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA

**Área de concentração História Cultural, e aprovada na sua forma final pelo
Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa
Catarina**

**Profa. Dra. Cynthia Machado Campos
ORIENTADORA**

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. Cynthia Machado Campos
PRESIDENTE**

Prof. Dr. Luis Felipe Falcão (UFSC)

Prof. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Agradecimentos

Este trabalho é fruto das inquietudes produzidas pelas discussões e leituras ao longo do mestrado. Para realizá-lo tive que abandonar a segurança de muitas certezas, ir um pouco além do meu bojador. Como tudo que fazemos foi também uma aventura individual, e certamente, não solitária.

Nas leituras, quero primeiro registrar um débito muito grande em relação a duas obras, cuja importância ultrapassa qualquer referência bibliográfica: *orientalismo* de Edward Said e *a invenção do nordeste* do Durval, foram eles que forneceram o terreno crítico no qual tentei mover-me.

Sou imensamente grato a todos os professores do programa, em especial a Prof^a. Bernardete Ramos Flores por ampliar-me possibilidades durante o curso 'Identidade e Representação' e a Prof^a. Cynthia pela serenidade com que conduziu a orientação. Também a todos os colegas pelo companheirismo e produtivas discussões. Lange, principalmente, pelo incentivo e amizade demonstrados em todos os momentos.

Nas tempestades e calmarias pude sempre contar com o apoio incondicional dos meus pais. Embora distantes várias centenas de quilômetros, eles sempre foram e serão referência a tudo que faço.

Muito além de qualquer página de agradecimentos sempre estará o amor e a cumplicidade do convívio com a Édina.

Sumário

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Introdução.....	08
Capítulo I Um corpo com órgãos e memória.....	19
Capítulo II Algumas ficções de verdade.....	56
Capítulo III Integrar é governar distâncias.....	90
Considerações finais.....	116
Bibliografia de apoio.....	121
Fontes primárias e secundárias.....	124

Resumo

Neste trabalho procura-se investigar a produção das regiões catarinenses como objetos de saber e espaços de poder. Como os discursos, sejam históricos ou literários, foram dotando o espaço denominado Santa Catarina de imagens e de textos regionalizados. Afirma-se primeiro um discursividade naturalista, construtora dos primeiros recortes territoriais, que em meados do século XX, é justaposto por 'elementos culturais', provedor às 'regiões' de um novo conteúdo e flexibilidade. Em um segundo momento, investiga-se também, as práticas de gestão das diferenças regionais e algumas estratégias de inclusão ao que passou a ser denominado 'mosaico cultural catarinense'.

Palavras-chave: Região, Discurso, Cultura, Santa Catarina

Abstract

This work investigates the discursive production of regions in Santa Catarina. How the historic or literary discourses endowed the space named Santa Catarina with images and texts regionalized. It affirms a naturalistic discourse as the producer of the first territorial partitions, which received later a layer of cultural elements providing them more flexibility. This work also investigate practices of management of the regional differences and some strategies of inclusion into what was named mosaico cultural catarinense.

Key words: Region. Discourse. Culture, Santa Catarina

Introdução

Repetidamente tomamos conhecimento de textos e imagens, que traduzem Santa Catarina, como um espaço geográfico constituído por várias unidades culturais. Expressões como, “mosaico cultural”, “painel catarinense”, entre outras, são freqüentemente citadas quando se procura definir o que é Santa Catarina. Afirma-se a imagem de Santa Catarina como a imagem das suas regionalidades, com seus homens típicos, significados, na maioria das vezes, nas suas origens e nos diferentes espaços aos quais estariam naturalmente ligados. Basta abrir um catálogo turístico, um livro didático, assistir a um programa televisivo, ouvir uma voz autorizada qualquer, que lá estarão como um esforço de síntese, algumas representações indefectíveis, tais como, o pescador litorâneo com sua tarrafa ao mar, o cavaleiro dos campos de Lages tendo ao fundo pinheiros em sombra, pessoas no Vale do Itajaí, com sua germanidade exteriorizada em trajes típicos e arquitetura enxaimel. Enfim, imagens e textos de habitantes típicos, de espaços regionalizados, que ganham organicidade em uma unidade geográfica denominada Santa Catarina.

Como entender a produção destas diferentes, porém limitadas, regiões catarinenses? Como entender os caminhos por meio dos quais se produziu e se produz este “mosaico cultural” denominado Santa Catarina? Para tentar lançar uma

luz sobre estas questões, é preciso deixar claro o lugar de onde achamos possível tal indagação.

Ainda hoje quando se toma como objeto o espaço, tende-se a posicioná-lo, em certo sentido, fora do tempo, fora da história, as regiões são vistas e ditas como unidades fixas, não dialéticas, irremediavelmente naturalizadas. Não há nesta visão a compreensão de que nas demarcações, nas delimitações, nos recortes dos objetos, nas classificações, nas organizações de domínios, afloraram processos históricos de poder. Não os processos que se limitam a recortes econômicos ou de produção, mas sim aqueles que se remetem a uma visão de recortes estratégicos, de relações de poder que atravessam a sociedade, e que, quando analisados, nos põem diante de camadas discursivas de políticas de saber.¹

Uma das propostas deste trabalho é colocar o espaço físico, as regiões, como uma problemática, como algo tornado objeto de pensamento através de *práticas discursivas e não-discursivas*². O que pleiteamos é uma abordagem arqueológica inspirada na obra *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault. As “regiões catarinenses” serão vistas como objetos que surgem estrategicamente, serão vistas como o resultado de construções imagético-discursivas, como espacialidades que podem ser construídas ou destruídas e, portanto, não são naturais. Não se trata de questionar a veracidade das representações destes espaços regionais, mas sim de expor a produção de regularidades que as instituem, que fazem ver e possibilitam dizer os espaços culturais que conhecemos hoje. Em outras palavras, estudar como se formulou arquivos de imagens e enunciados, como se formou um estoque de

¹ Sobre a noção de ‘espacialidade’ ver FOUCAULT, Michel. *Sobre a geografia*. In: Microfísica do poder, 15 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2000. p.153-165

² Sobre práticas discursivas e não-discursivas ver FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 5.ed. -Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Ver também DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 40, 59

verdades regionalizadoras, que fundaram espaços e estereotiparam seus habitantes induzindo a comportamentos e atitudes.³

Portanto, Santa Catarina e suas regiões serão tomadas como espaços definidos culturalmente pela repetição regular de enunciados e imagens em diferentes discursos. Duas iniciativas se misturam nestas espacializações: uma que procura delimitar, regular as regiões culturais catarinenses, agrupando e dando sentido a discursividades territorializadoras, surgidas muitas vezes de forma dispersa; e a outra, só possível após o adensamento cultural das regiões, que busca a organização destas unidades em uma identidade síntese, um “mosaico”, que mesmo múltipla pudesse, de certa forma, constituir um “caráter catarinense”.

Ao longo do trabalho procuraremos também problematizar a idéia de identidade. Ela será vista como uma repetição, uma semelhança superficial que possui uma diferença fundante, uma batalha, uma luta que também é preciso ser vista e dita. As identidades regionais sejam elas quais forem, são construções mentais, são conceituações, arregimentações que procuram dar conta de generalizações intelectuais, que reduzem a unidades uma inumerável quantidade de experiências efetivas. O que se denomina hoje Santa Catarina é a coexistência de múltiplas vidas, histórias e práticas. É o apagamento desta multiplicidade ilimitada, que permite pensá-la como um conjunto de espaços bem definidos, um conjunto de imagens, falas e identidades fixas.

Santa Catarina e suas regiões se configuram, portanto, em um lugar onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual. O lugar onde pretendemos trabalhar é o lugar de encontro do geográfico, do lingüístico e do

³ Sobre a região vista como uma construção imagético-discursiva, ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999. p.66

histórico, ou dito de modo mais processual, onde ao longo da história, através das diferentes linguagens, foram se constituindo geografias. Um lugar atravessado por várias lutas, lutas, por exemplo, em torno dos conceitos de nação e de região, em torno dos conceitos de cultura e identidade nacional, em torno da hegemonia cultural entre as regiões. De lutas que fazem surgir o que procuraremos expor: os conjuntos de regras de enunciação denominados *formações discursivas*.⁴

São as diferentes *formações discursivas* que vão orientar a hipótese que procuraremos afirmar, a de que os recortes culturais que configuraram as regiões catarinenses só começaram a tornar-se possíveis a partir da década de 1940, só foram possíveis na medida em que o homem passou a ser visto como um agente ativo diante da natureza, na medida em que um “saber naturalista”, de base evolucionista e biológica foi sendo justaposto à um “saber culturalista”, fazendo com que as questões sociais e culturais assumissem maior importância nas definições do “homem e do meio catarinense”. Só foram possíveis a partir de uma nova visibilidade e dizibilidade⁵. São em momentos como este que procuraremos concentrar nossa atenção, momentos do romance regionalista, da história regional, dos estudos folclóricos, enfim, momentos da emergência dos discursos que esquadriham Santa Catarina, e mais tarde procuram sintetizá-la no “mosaico cultural catarinense”. No entanto, devemos dizer que a ênfase em qualquer determinado período será muitas vezes provisória, servirá apenas para uma primeira

⁴ As *formações discursivas*, segundo Foucault, se constituem como um recurso analítico, quando é possível descrever, entre um certo número de enunciados, um semelhante sistema de dispersão; quando entre objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, ou seja, uma ordem, correlações, posições, funcionamentos ou transformações. A afirmação de uma *formação discursiva* é apenas convencional. Ver FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Op. Cit., p.35-45

⁵ O visível e o dizível são considerados neste trabalho como os dois elementos de estratificação do saber, as formações discursivas e não-discursivas ou as formas de expressão e as formas de conteúdo, ver DELEUZE, Gilles. Foucault. Op. Cit., p.57-77

aproximação com as relações de poder envolvidas, relações que, na nossa tentativa de expô-las, poderão suprimir um primeiro limite temporal ao qual poderemos estar submetidos a princípio.

Se não há um recorte temporal fixo, cristalizado, tampouco há um objeto definido, único. O que temos é um domínio onde vários objetos serão tomados provisoriamente, apenas para serem desfeitos ao expor as suas discursividades constituidoras, ou então, para colocá-los em um espaço mais geral que dissipe a sua aparente familiaridade, a sua fixidez.

Entretanto, é preciso deixar claro que ao questionarmos a existência das regiões como um dado justificável por si só, não estaremos procurando para elas um sujeito instituidor, nem tampouco afirmando que elas sejam “construídas unicamente pelo discurso”. Esta última forma retém ainda a posição de um sujeito, no caso “o discurso”. O questionamento da região deve ir além desta simples inversão de termos. A construção da região é um processo de reiteração, de repetição, pelo qual tanto os sujeitos como os atos vêm a aparecer totalmente. Não existe nenhum poder que atue, mas apenas uma atuação reiterada, que é poder em sua persistência e instabilidade.⁶

Portanto, onde poderemos perceber estas persistências, estas atuações reiteradas que tornam visíveis e dizíveis os espaços regionais? Quais seriam os “documentos” mais privilegiados onde essas “expressões de ritmo” poderiam ser estudadas?

⁶ Sobre exclusão e apagamento nas construções discursivas, ver BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.153-172

O discurso regionalista parece surgir no Brasil na metade do século XIX, à medida que se dava a construção da nação, na medida em que a centralização do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior. As práticas de imposição da pátria ajudaram a gerar várias tentativas de síntese, e também várias reações localistas e provincianas que podem ser percebidas, por exemplo, nos muitos movimentos separatistas do período. Todavia, é necessário recuar um pouco mais no tempo, para entender melhor onde estas idéias, que propõem a construção da nação, começam a se tornar possíveis. Recuar até a passagem do século XVIII ao XIX, período em que, segundo Foucault, ocorre mudança da epistémé clássica para a moderna, momento de uma ruptura no campo do saber, que acaba desdobrando-se em algumas das várias idéias que marcaram o século XIX, tais como, a razão, a ciência, o progresso e a evolução. Idéias consideradas como fundadoras da modernidade.⁷

Esta transformação pode ser ilustrada pelo novo conceito de história que surge então. A entrada na cena do saber de novos objetos empíricos, como a vida, o trabalho e a linguagem, faz com que se reorganize o campo das disciplinas científicas. De um saber descritivo e classificador, organizado em quadros estáticos, passamos a um tipo de saber onde os acontecimentos são apreendidos empiricamente. A história passa a ser considerada não mais como uma simples disciplina como as outras, mas como uma dimensão constitutiva do modo de ser dos seres empíricos. O conceito de história do século XIX rompe com a história natural do século XVIII. A partir daquele momento, tudo poderia ser historicizado, tudo poderia ser submetido à finitude.

⁷ Sobre a passagem da epistémé clássica à moderna, ver FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p.231 e seg.

Deste novo conceito de história podemos apreender o surgimento de novas disciplinas científicas, tais como a biologia, a filologia, mas também, a economia e as elaborações políticas vinculadas ao liberalismo, como a idéia do estado-nação. Idéia esta, que proporrá fechamentos discursivos em torno de regiões geográficas, que procurará forjar uma sensação de pertencimento, que por sua vez, quando colocada diante da finitude histórica, se transformará em busca pelas origens, em apontamento das essências e também, em projeções de destinos futuros baseados na crença da evolução.

O que temos então, é a história passando a ser o lugar de todas as coisas, inclusive das espacialidades, se antes, na epistême clássica, as regiões eram vistas como reflexo imediato da natureza. Agora na épisteme moderna, as variações de clima, de vegetação, a composição racial da população, por exemplo, poderiam explicar os limites regionais e a psicologia dos seus diferentes tipos humanos.

É através deste *dispositivo nacionalista* que surge, no Brasil do século XIX, a necessidade de levantar limites físicos e existenciais, de formular um conceito de identidade, de calcular as distâncias, de definir as diferenças, mas também de apagar as discontinuidades que bloqueavam a emergência da síntese nacional. E é este mesmo *dispositivo nacionalista* que poderá ser percebido, articulado a diferentes formações discursivas, influenciando as diferentes construções das regiões catarinenses ao longo do século XX.

A narrativa da nação se constitui “como uma poderosa idéia histórica”, que emerge “de tradições do pensamento político e da linguagem literária”.⁸ Será pela literatura e pela história que se procurará construir e disseminar a idéia de nação.

⁸ BHABHA, Homi K. Introdução In: ROUANET, M.H. (org). Nacionalidade em questão. Rio de Janeiro: Instituto de Letras Uerj.p.2

Uma parceria não surpreendente quando percebemos que antes da emergência da epistême moderna, ambas, literatura e história, eram consideradas como tendo a mesma função, ou seja, narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de orientar e elevar o homem. Até então ambas poderiam ser associadas a um esforço de subjugar o caos, mediante a construção de modelos capazes de assegurar aos homens tanto a orientação como a verdade. Uma verdade ética, diferente da verdade dos fatos que surge a partir daquele momento. A separação entre história e literatura acentuou-se desde então tendo como uma das motivações a possibilidade que surge de se escrever a história factualmente sobre a realidade observável. Mas continuaram aliadas em diversos momentos e de diversas maneiras na construção das mais diversas formas de regionalidades.⁹

Um destes momentos acreditamos ser o do “adensamento cultural” ao quais será submetida Santa Catarina. Por este motivo, procuraremos nos concentrar na análise das produções literárias e históricas na pretensão de apreender algumas práticas discursivas em seu exercício reiterativo. A busca se estende também à alguns planos governamentais e a políticas e planejamento institucional, principalmente no período em que se procura organizar as já formadas regiões em uma “imagem catarinense” de múltiplos e limitados espaços culturais. E, certamente, poderia se estender ainda mais levando em conta, por exemplo, manifestações artísticas como a música e pintura, o que não foi possível devido a exigüidade do tempo.

⁹ Hayden White assinala que a separação entre história e literatura se mantém até mesmo em momentos como os do romance realista e do historicismo de Ranke onde ambas compartilhavam muitas suposições em relação a escrever factualmente sobre a realidade observável. Ver WHITE, Hayden. *O texto histórico como artefato literário*. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1999. p. 97-116

Procuraremos sempre afirmar que os discursos não apenas representam o real, eles instituem o que chamamos de real, eles não se enunciam a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que produzem os espaços, que os pressupõem para se legitimarem. Assim, podemos dizer que o discurso regionalista não é emitido a partir de uma região exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. O discurso precisa medir e demarcar o espaço de onde se enuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso. Estas formas de dizer estão relacionadas com uma série de práticas, sejam elas econômicas, políticas, artísticas, etc., que não estabelecem entre si qualquer determinação, apenas se conectam formando relações de força e de sentido.

Portanto, pretendemos pensar Santa Catarina - tanto em sua projeção interna com relação as suas regiões, quanto externa em relação às outras áreas do país - como um grupo de enunciados e imagens que se repetem com uma certa regularidade, e por isso existem objetivamente, em diferentes discursos afastando-se de uma homogeneidade, de uma identidade naturalizada. A atenção se dará aos discursos que definem o caráter da região, dos diferentes povos que a habitam que, embora superficiais, explícitos, procuram falar de uma verdade interior. Eles serão tomados não como documentos de uma verdade, mas sim como agentes de construção de um espaço, serão tomados como monumentos a serem agrupados, isolados, relacionados, enfim, tornados pertinentes ao que queremos expor. Ao invés de se procurar uma continuidade histórica, uma memória para a identidade catarinense e o recorte espacial de Santa Catarina, este trabalho tentará suspeitar

destas continuidades pondo em questão as identidades regionais e as fronteiras fixas.¹⁰

O que procuramos fazer é afirmar a crença em uma história disruptiva, que trabalhe contra a “inflação de verdades”, que nos estruturam e trazem junto com ela a força do apagamento e da exclusão. Uma história que seja “contra-memória”, que não procure as continuidades onde se enraizariam as nossas identidades, mas que faça aparecer as discontinuidades que as atravessam. Enfim, que não procure demarcar territórios, mas sim dissipá-los¹¹. É a busca desta história que orienta este trabalho, mesmo que ao final não tenhamos a certeza de, mesmo parcialmente, tê-la encontrado.

O trabalho foi dividido em três capítulos: O primeiro, “um corpo com órgão e memória”, procura abordar a discursividade naturalista que parece produzir os primeiros “recortes regionais catarinenses”. Será dada atenção a alguns autores cujos discursos parecem atingir um maior grau de dispersão na busca por uma “interpretação de Santa Catarina”. O capítulo abordará também a mudança de sensibilidade em relação ao espaço, com a emergência de uma outra forma de discurso que sedimenta culturalmente às regiões já estabelecidas.

O segundo capítulo, “algumas ficções de verdade”, se concentra principalmente nos romances regionalistas que surgem em meados do século XX, e

¹⁰ Sobre “documento-monumento” Foucault escreve: “... a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transforma-los em ‘documentos’ e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias a história é o que transforma os ‘documentos’ em ‘monumentos’ e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. Ver FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Op. Cit., p.6-13

¹¹ Sobre a história como contramemória ver FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica do poder*. Op. Cit., p.15-37

que, na “profundidade” da discursividade culturalista, articulada sobretudo em categorias como folclore e memória, favorecerá à tipificação dos homens e dos espaços regionais. Novamente os enunciados foram procurados em obras e autores mais dispersos, mais citados nas análises literárias, mais presentes nas prateleiras do “romance regionalista catarinense”.

No terceiro capítulo, “integrar é governar distâncias”, as atenções são dirigidas às práticas não-discursivas expressas em ações governamentais a partir da década de 1950. É o momento em que o “dispositivo integracionista” parece começar a agir sobre nós. É também, o momento em que a cultura ganha autonomia, e o espaço estriado da exclusão, da afirmação das regiões sobre as outras, torna-se aparentemente liso nas estratégias de inclusão diferencial, constituindo o que passou a ser denominado “mosaico cultural catarinense”.

Embora a disposição dos capítulos induza a uma certa seqüência temporal, não há no conjunto deles nenhuma tentativa de estabelecer uma continuidade absoluta. Do mesmo modo, não há entre eles nenhuma relação causal, nenhuma teleologia. São três recortes tomados de pontos diversos, que ocupam temporalidades nem sempre iguais, eles não se explicam e não se excluem, apenas procuram expor possibilidades interpretativas às espacializações que produzimos e nos submetemos.

CAPÍTULO I

Um corpo com órgãos e memória

*“O saber não é feito para compreender,
o saber é feito para cortar”*

Michel Foucault

Santa Catarina como espaço físico, jurídico, cultural não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, de lutas sociais que se constituem em territórios, em espacialidades fundadas por imagens e textos que lhe dão realidade e presença.

A imagem de “mosaico cultural” que se apresenta hoje diante de nossos olhos, que procura integrar uma bem definida “heterogeneidade” de culturas em Santa Catarina, pode ser dimensionada historicamente como um processo relacionado a duas questões em torno das quais giraram formações discursivas ao longo do século XX: o nacionalismo e a modernização.

O *dispositivo nacionalista*¹², nas primeiras décadas do século XX, vai estar ligado a princípio, a uma *formação discursiva naturalista*,¹³ onde as diferenças entre

¹² *Dispositivo nacionalista* é visto aqui como o conjunto de regras anônimas que passa a reger as práticas e os discursos no ocidente desde o final do século XVIII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar as suas vinculações locais, de se identificarem com um espaço imaginário delimitados por fronteiras instituídas historicamente, por meio de guerras convenções, ou às vezes, artificialmente.

os espaços no país serão consideradas como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. É o momento em que são absorvidos todos os determinismos científicos, as teorias sobre o clima, o solo e a mestiçagem. É o momento também, que se introduz no Brasil um saber sociológico que, como ciência legítima, poderia diagnosticar os obstáculos que impediam o Brasil de ser uma nação aos moldes dos países civilizados. Esta “sociologia positiva” que pode ser percebida em Sívio Romero e mais tarde em Oliveira Vianna, entre outros, está colocada na mesma discursividade e servirá de instrumento aos primeiros trabalhos que procuram explicar Santa Catarina como um organismo social.

Oliveira Vianna foi um autor de seu tempo, foi talvez, um elo de ligação entre a chamada *geração de 1870*,¹⁴ onde se destacaram Sívio Romero, Euclides da Cunha entre outros, e o pensamento nacionalista brasileiro que começa a surgir após a Primeira Guerra Mundial, mais afeito à análises culturalistas. Em que pese as acusações de racista, autoritário, elitista, centralizador, não se pode negar que foi um autor comprometido com os impasses do seu tempo, e nessa posição expressou-se na luz e linguagem do período em que viveu.

Da parte de diferentes autores que analisavam a formação nacional em sua época havia um clamor por um realismo na definição da condição social brasileira que parecia ter sempre estado afastado dos horizontes políticos. Havia, em outras palavras, uma dissociação entre o arcabouço jurídico formulado para a nação pelas

¹³ O termo *Formação discursiva* refere-se a um conjunto de enunciados aos quais se pode descrever semelhante sistema de dispersão, e ao mesmo tempo, uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas a que eles se referem.

Sobre *formações discursivas* ver FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. 5. ed - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p.35-45

¹⁴ Sobre a geração de 1870 ver HERSCHMAN, M. Micael & PEREIRA, Carlos Alberto Messender. *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20/30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 21-29

elites e o modo de ser e de pensar do povo. Para alguns intelectuais esta desarticulação entre as esferas jurídica e social devia-se ao fato de importarmos modelos institucionais estrangeiros que não poderiam dar certo em uma base social tão heterogênea como a brasileira. Mas, para Vianna a resposta viria do recurso analítico apurado que sustentaria a tese da incompetência das elites em ler a verdadeira face do Brasil.¹⁵

Assim, o caminho para este “realismo necessário” iniciava-se por um diagnóstico científico da sociedade e, como ele mesmo afirma, havia naquele momento “um grupo de ciências novas” de “valor inestimável para a compreensão do fenômeno histórico”, como, por exemplo, a “antropogeografia de Ratzel, a antroposociologia de Lapouge e a psicofisiologia de Ribot”, ciências que poderiam dar, devido ao seu perfeito rigor, “uma claridade meridiana aos mais obscuros textos históricos”.¹⁶

Com estes instrumentos, o diagnóstico de Vianna revelou a realidade brasileira em suas múltiplas facetas: as diversas regiões, as diversas raças, os vários tipos de moral social, a relação rural/urbano e moderno/tradicional. Grande parte de sua obra, em especial *Populações Meridionais do Brasil, Evolução do Povo Brasileiro e Instituições Políticas Brasileiras*, foi dedicada à análise de tipos sociais, grupos e regiões geradoras de usos e costumes que nada tinham a ver com a “carapaça jurídico-política” imposta pelas elites. Discorda, portanto, de discursos que afirmavam uma uniformidade do povo brasileiro.

¹⁵ Sobre Oliveira Vianna e os seus recursos analíticos ver BASTOS, Élide Rugai. *Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil*. In: O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Editora da Unicamp. 1993. p.405-410

¹⁶ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais no sul do Brasil. 4. ed -Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973. p.14

“Dos que assim pensam nenhum se deu ao trabalho de desmontar as diversas peças e elementos, de que se compõem este vasto organismo, para ver como ele se formou e como ele funciona (...). Levam em conta a unidade da raça, da civilização e da língua (...); mas não querem levar em conta a diversidade dos habitat, a sua ação durante três ou quatro séculos, as variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e, principalmente, a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional”.¹⁷

O seu retrato sociológico do Brasil trazia a necessidade de um Estado capaz de legislar e atuar para dar conta da diversidade. O perfil multifacetado da sociedade justificaria o repetitivo recurso à coerção. A civilização só poderia ser atingida por uma ação institucional forte, centralizada, diferente do federalismo republicano importado, que sem força de arregimentação, liberava o país à desordem dos interesses dos grupos e clãs locais.

Na sua análise, Vianna distingue três tipos com três histórias e três habitats diferentes: o *sertanejo*, o *matuto* e o *gaúcho*, três representantes do meio rural. A massa social do país seria dada pelo homem de formação agrícola e pastoril. Quanto aos tipos urbanos “apesar do brilho que possam ostentar, não passam (...) de reflexos e variantes do meio rural”.¹⁸ A dicotomia entre rural e urbano, litoral e sertão será tema de muitos discursos e também trabalhos artísticos, tornando-se uma questão recorrente da cultura brasileira. Esta questão emerge da própria discussão nacionalista em torno da questão da cultura e sua relação com a civilização, sendo o litoral o espaço que representaria o processo colonizador e

¹⁷ Idem, p.15

¹⁸ Idem, p.16

desnacionalizador, e o sertão como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras, o interior é onde estaria a alma, a essência do país.

Este primado do meio rural, que tem talvez como marco *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mas que pode ser percebido também em *Urupês* de Monteiro Lobato, e até mais tarde nas obras de Gilberto Freyre, responde, de certo modo, ao declínio de uma sociedade de base agrária, que estava sob o risco, e precisava afirmar-se também nos instrumentos científicos de que dispunha Oliveira Vianna. O meio rural era o lugar de uma sociabilidade brasileira atemporal, ahistórica que deveria ser preservada contra os estrangeirismos e os riscos da modernidade.

Outra característica presente em seu pensamento é a sua aversão às lutas e confrontos. O Estado deveria, acima de tudo, ser o promotor do civismo e da paz social. A formação do cidadão passaria não pelo conflito, mas por sua eliminação através da implantação de uma sociedade cooperativa.¹⁹ Esta talvez tenha sido a razão de Vianna ter passado ao largo do modernismo, de tê-lo ignorado inteiramente. Este fato pode ser percebido mesmo depois de 1924, quando ele atem-se mais à temática do nacionalismo, do brasileirismo. O verde-amarelismo, a necessidade de fundar o nacional em contraposição ao internacional, ao universal propugnados pela antropofagia poderiam, a princípio, serem referendadas por ele, o que não ocorreu. O que o fez permanecer distante do modernismo parece ter sido o fato deste trazer consigo a marca da ruptura com o passado. Para o modernismo, tratava-se de derrubar o construído, de destruir as tradições. Nada disso o atraía.

¹⁹ Idem, p.26

Sua visão de futuro, seu projeto de brasilidade prendia-se às tradições de longas raízes.²⁰

* * *

Com a sua primeira obra, *Populações Meridionais do Brasil*, nasce com o que se denominou a sociologia positiva no Brasil, “permitindo ver à sociedade por dentro, em suas minúcias psicológicas”. É nesta “sociologia positiva” que parece ressoar as explicações sociológicas para o “agrupamento catarinense” defendidas por Lourival Câmara em *Estrangeiros em Santa Catarina*. Publicada em 1940, a obra se revela como uma das primeiras tentativas de explicar Santa Catarina como um organismo social que deveria ter as suas partes, os seus tipos, as suas regiões explicitadas para serem mais bem entendidas.

Do mesmo modo, que Oliveira Vianna “descobriu” os tipos sociais brasileiros com seus respectivos habitat, Lourival Câmara, lançando mão dos mesmos “instrumentos científicos”, conseguiu detectar três zonas antropogeográficas. Seriam elas as zonas

“... da beira oceânica, a da colonização propriamente dita (compreendendo os vales dos principais rios) e a dos campos (abrangendo a região fisiográfica do centro). Cada qual com sua norma, seu indivíduo específico: o praiano, o colono, o serrano. Um a um a viverem vida divergente e a dissimilharem fundamentalmente no soma e na psyché”.²¹

²⁰ Sobre o modernismo e suas fases ver MORAES, Eduardo Jardim de A Brasilidade Modernista – sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal. 1978

Sobre Oliveira Vianna e o modernismo ver VIANNA, Oliveira. Problemas de política objetiva. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1930. pp.47-8

²¹ CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Publicado em separata da Revista de Imigração e Colonização – Ano I, número 4. 1940. p.12

O *praiano* é visto como portador da ancestralidade açoriana seria a “reprodução degenerada daqueles que fracassaram no litoral”. Uma degenerescência morfológica e psicológica, que teria sido fruto, principalmente, de uma alimentação pobre em hidratos de carbono e vitaminas, tornado-o um tipo social de “pequena estatura, indolente, resignado e esquizotímico”. Lourival Câmara elege o *praiano* como o tipo problemático do “organismo catarinense”. Citando Ribot ele reafirma que “existe um fundo que sempre parece inalterável, o que permite à natureza copiar-se e imitar-se constantemente”. Devido ao fracasso açoriano no litoral, este fundo hereditário acabou degenerando-se provocando alterações morfológicas – agravada pelo cruzamento com negros bântus - e, em consequência, psicológicas. Em uma referência à obra *Santa Catharina* de Oswaldo Cabral, ele acrescenta: “os habitantes parecem esperar do céu favores e desgraças, num fatalismo maometano, recebendo ambos com a indiferença dos vencidos”.²²

Na análise da sociedade catarinense o *praiano* foi revelado como o órgão em mau funcionamento, que deveria ser reparado através da ação institucional. Lourival Câmara repetia-se numa discursividade naturalista e em um diagnóstico semelhante, por exemplo, ao de Monteiro Lobato ao final da década de 1910. Foi Lobato quem publicou *Populações Meridionais do Sul do Brasil* em 1920, primeiro livro de Vianna, e como ele, também se interessava pela história, organização e psicologia das populações brasileiras. O grande sucesso de Lobato na época tinha sido *Urupês* (1918), livro de contos, onde surge pela primeira vez a figura de Jeca Tatu, personificando o caboclo indolente, “incapaz de evolução” e “impenetrável ao

²² ver CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Op. Cit., p.12; e CABRAL, Oswaldo. Santa Catharina, História – Evolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.113

progresso”. Jeca Tatu era o trabalhador rural que vegetava junto às lavouras de café, a sua inércia, preguiça, passividade, fatalismo, ignorância, nomadismo, doença, relacionava-se a traços hereditários, a problemas de mestiçagem e a alimentação, um quadro que o levava a resistir à civilização. Lobato orientava as suas preocupações na busca de soluções para enfrentar a ineficácia e improdutividade do caboclo, soluções estas, que também só poderiam vir através da ação estatal.²³

O pensamento de Lobato tomou vários outros caminhos a partir desta época, mas o que cabe ressaltar em relação a Oliveira Vianna e Lourival Câmara é a discursividade em torno do homem rural brasileiro, as explicações enfatizando aspectos raciais e psicológicos, e também, a preocupação em pensar uma nação para o Brasil.

Principal objeto de estudo em *Estrangeiros em Santa Catarina*, o colono configurava-se como o tipo social com ascendência germânica, eslava, ou atlanto mediterrânea. Um tipo “antropologicamente heterogêneo”, que havia sido localizado a princípio nos vales dos rios Itajaí e Tubarão, e que mais tarde, “disseminou-se planalto acima na conquista da perpendicularidade”. Trata-se de um tipo social que “aliava as qualidades do trabalho às faculdades da inteligência que junto ao amor a terra transformaram as antigas colônias em ricos municípios”.²⁴

Lourival Câmara olha para os Estados Nacionais de onde vieram os imigrantes, como espaços organizados em regiões e tipos sociais que configurariam aquilo que ele acreditava estar fazendo em sua análise sociológica de Santa Catarina. Assim, a Itália que ele afirmava, estava dividida em setentrional, onde

²³ Ver os contos *Velha Praga* e *Urupês* in: LOBATO, Monteiro. Urupês. 31. edição -São Paulo: Brasiliense. 1985. p.139 - 155

²⁴ Ver CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Op. Cit., p.32

habitava o italiano industrioso, inteligente e trabalhador, e meridional, que se caracterizava pela indolência e profunda superstição. O contingente catarinense, por sorte, era o mais qualificado, pois preponderavam imigrantes do norte. O autor, assistente-chefe do Departamento Estadual de Estatística, lamentava a ausência de dados mais precisos sobre as regiões de origem dos imigrantes, dados que pudessem caracterizá-los de acordo com o seu meio

“O registro oficial de imigração consigna apenas italianos”, no movimento de imigração. E isso, burocraticamente, secamente, desconcertadamente. Como se iguais fossem, sem discrepâncias mínimas, na somatologia, na psicologia, na fisiologia, o piemontês, o calabrés...”²⁵

Registrava-se a nacionalidade esquecendo-se da “naturalidade” do estrangeiro. Este fato, segundo Lourival Câmara, impedia qualquer observação que não fosse superficial sobre o “comportamento social e a atividade econômica do alienígena em terras brasílicas”.

A colonização para Lourival Câmara determinou “benefícios econômicos, sociais e étnicos para o Estado”. Usando novamente a “metáfora alimentar” que serviu para caracterizar o *praiano* ele afirma: “... o organismo econômico catarinense era inhenho, sem expressão, desnutrido, atrofiado, alimentado parcamente por deminuta e rotineira agricultura” foi com o “espírito agrário italiano” e “a faculdade industrialista do germânico” que ele veio a se fortalecer.²⁶ Havia duas variáveis que modelavam os seus tipos humanos: o homem determinado na sua morfologia e psicologia, e o meio, o habitat natural, o diferenciador geográfico. Na relação entre o homem e o meio é que se constituiriam os tipos sociais; que não seriam estáveis,

²⁵ Idem, p. 27

²⁶ Idem, p.26 e 31

pois estariam condicionados à natureza do meio. Como afirma Oliveira Vianna: “não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos”.²⁷ É nesse sentido que Santa Catarina pode diferenciar-se regionalmente, permitindo que “os estrangeiros” pudessem ser assimilados como “tipos sociais catarinenses”.

Ao terceiro tipo social de Santa Catarina, o *serrano*, Lourival Câmara reserva poucos comentários. O habitante “d'além da Serra do Mar” seria o “resultado somático do bandeirante, do mameluco”, cuja antropogênese poderia ser encontrada no complexo cruzamento de portugueses e indígenas tupi. Deste modo, dentro das duas variáveis homem e meio, o *serrano* teria herdado da ascendência tupi “profundos sentimentos tanto no ódio como no amor, a hospitalidade e a mobilidade”; do português (semita) “a ambição e o autoritarismo”; e do meio um “senso de extensão, de liberdade, da riqueza do senso de infinito”.²⁸ Características as quais o autor acrescenta o absolutismo e a agressividade de caráter resultante da “alimentação excessivamente carnista”. A pouca ênfase ao tipo *serrano* talvez se deva a pouca informação que o olhar naturalista de Lourival Câmara necessitava para estabelecer “a antropogênese deste tipo social”, a perpendicularidade ainda não havia sido revelada de acordo. De outra parte, para o autor, o *serrano* trazia a marca da mestiçagem, o que de certo modo o desqualificava no seu nacionalismo naturalista.

* * *

²⁷ Ver VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Sul do Brasil. Op. Cit., p.17

²⁸ Ver CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Op. Cit., p.7

Do mesmo modo que Lourival Câmara, Oswaldo Cabral em sua obra *Santa Catharina, História-Evolução*, publicada em 1937 - três anos antes que *Estrangeiros* – incide sobre o ver e dizer naturalista. Trata-se talvez da primeira tentativa de organizar historicamente o espaço geográfico de Santa Catarina tomando-o na configuração política existente até o momento. Uma obra evolucionista, não apenas no título, mas por afirmar reiteradamente a existência de Santa Catarina como uma “conquista da civilização ao primitivo gentio”.²⁹

Na primeira parte do livro denominada *Terra Catharinense*, Cabral antepõe à sua narrativa histórica uma detalhada descrição do meio físico seguida de uma análise psicológica dos homens das diferentes regiões catarinenses e sua luta civilizatória. Uma estrutura semelhante a *Os Sertões*, e que se tornará comum a vários outros autores catarinenses. Em *Santa Catharina* estão esboçados vários elementos a partir dos quais se estenderá as discussões acerca da identidade catarinense. É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais, fixa conjuntos diferenciados no espaço catarinense procurando dar-lhes uma dimensão histórica. O seu regionalismo está inscrito no interior da formação discursiva naturalista, que considera as diferenças entre os espaços de Santa Catarina como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações destes elementos explicavam as diferenças dos costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam enfim, a psicologia dos diferentes tipos regionais.

Embora as referências a Oliveira Vianna na obra de Cabral sejam, na maioria das vezes, informativas principalmente no que se refere às “bandeiras colonizadoras

²⁹ Ver CABRAL, Oswaldo. Santa Catharina, História – Evolução. Op. Cit.,p. 27

paulistas” em Santa Catarina, é possível estabelecer alguns pontos de contato entre os dois autores.

Na classificação de Cabral, o pescador e o colono confundem-se como habitantes da beira-mar em contraposição ao sertanejo do planalto serrano. O seu discurso gira na oposição entre litoral agrícola e sertão pastoril, com uma forte deferência ao habitante da primeira região, visto também como o portador da bandeira da modernidade.

“O litoral esteve sempre aberto a todas as influências, soffrendo o contacto mais freqüente de outros costumes e de outras usanças e adoptando muitos dos trazidos pelos colonos que lhe povoaram as terras. (...). Costumes novos e hábitos novos adquiria diariamente o homem do litoral, tornando a sua vida mais confortável, mais fácil, mais moderna. (...). O sertanejo, (...) é um grande amigo da tradição. Os seus hábitos são sempre os mesmos passando através de gerações e gerações sem a mínima alteração. É amigo da commodidade, custando a adquirir hábitos diferentes dos seus antepassados.”³⁰

Uma deferência similar pode ser encontrada em *Populações* de Oliveira Vianna. Ao estabelecer os tipos sociais brasileiros, Vianna afirmava “o peso específico da massa social do país” ao matuto do centro-sul, o tipo social de formação agrícola, em detrimento ao sertanejo e ao gaúcho de formação pastoril.

“O grande centro de gravitação política nacional, depois da independência, se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto. Esse fato – da contigüidade geográfica do principal habitat agrícola com o centro do governo nacional – dá ao tipo social nele formado uma situação de incontestável preponderância sobre os outros tipos regionais, que se constituem aos flancos da numerosa massa

³⁰ Ver CABRAL, Oswaldo. Santa Catharina, História – Evolução. Op. Cit., p. 25

matuta. São realmente os homens saídos dos chapadões do centro-sul, e não os saídos do norte e do extremo-sul, os que, depois de 1822, carregam as maiores responsabilidades na organização e direção da nacionalidade”.³¹

Para Oliveira Vianna o centro-sul seria o local de “uma aristocracia moral e psicologicamente superior”, seria o fundamento da nação em contraste com as outras áreas “onde dominavam as camadas plebéias, mestiças, profusa mistura de sangues bárbaros”, inferiores psicologicamente ou desorganizadas na sua oralidade. Do mesmo modo, Cabral afirma a brasilidade como um atributo mais afim ao habitante litorâneo, forjado na luta em defesa do território tanto “almejado pela cobiça dos espanhóis”. São páginas, “muito mais longas e brilhantes que as do homem do sertão”, protagonista de “uma história silenciosa contra a hostilidade da natureza”.³²

Esta ‘vocação à defesa do território’ pode ser percebida, por exemplo, no diário romântico de viagem, “... *Aos Espanhóis Confinantes*” de Othon Gama D’ Eça. Nele ficam claras também as diferenças e a superioridade, no caso emocional, do “*ilhéu*” em relação ao *serrano*.³³

“Parecem homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligados por frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arreventa! (...) Falta [aos serranos] a vibração amorosa do ilhéu. (...) A vida para o serrano corre áspera, sem sonhos.(...) Não conhecem momentos de êxtase, de contemplação enternecida e de melancolia doce, que tem criado santos e artistas perfeitos.(...) Não sei se, o serrano é

³¹ Ver VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Sul do Brasil. Op. Cit.,p.17

³² Ver CABRAL, Oswaldo. Santa Catharina, História – Evolução. Op. Cit., p. 15

³³ Othon Gama D’ Eça escreveu “...aos espanhóis confinantes” como o diário da caravana governamental de Adolfo Konder ao interior do estado em 1929.

superior ao ilhéu. O que posso afirmar, no entanto, com os ouvidos no coração, é que ele não comove a ninguém.”³⁴

Os ouvidos de Cabral não estavam no coração. As descrições de seus “homens regionais” dava-se do mesmo modo que a paisagem, como mais um dado a ser considerado entre detalhadas descrições geográficas do “espaço catarinense”. O seu realismo naturalista o afastava de considerações culturais muito elaboradas, atendo-se a descrições do meio e poucos traços psicológicos de seus habitantes. E quando faz a sua história de marcos políticos, segue na maioria das vezes, a mesma seleção de “fatos oficiais” presentes em *Notas para a História Catharinense* de Lucas Alexandre Boiteux. Publicada em 1912, esta obra, por exemplo, traz em sua única menção aos “costumes açoreanos” a transcrição de algumas partes de *História do Brasil*, escrita entre 1806 e 1822 pelo inglês Robert Southey, que nunca esteve no Brasil, mas que talvez, tivesse a legitimidade de ser “natural” de uma nação civilizada.³⁵

* * *

A segunda parte da obra de Oswaldo Cabral, denominada *A Colonização* parece ser, entretanto, a primeira experiência de regionalização da história em Santa

³⁴ Ver D'EÇA, Othon Gama. ...Aos Espanhóis Confinantes. 2. edição - Florianópolis: Editora da

Ufsc. 1992. p.79-81

³⁵ Ver BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense. Florianópolis: Livraria Moderna. 1912. p.295 e 296

Robert Southey teria se servido para a redação de sua “History of Brazil” de alguns manuscritos sobre temas luso-brasileiros de seu tio materno que fora capelão da comunidade anglicana do Porto e de Lisboa, e informações obtidas junto a Henry Koster e John Luccock, que durante alguns anos viveram no Brasil, assim como de alguns luso-brasileiros, como o padre João Ribeiro, que participara da Revolução Pernambucana de 1817.

Catarina. O “espaço catarinense” apresenta-se recortado em áreas, cada qual com a sua descrição geográfica e continuidade histórica.

Cabral assume as regiões como “proposições concretas”, como “conscrições históricas”, fazendo delas um referente fixo para o seu discurso. Deste modo, ele participa da instituição de uma dizibilidade regionalista junto com a rede de poderes que sustenta a idéia destas regiões como referencial válido para a elaboração de um saber, um discurso histórico. A regionalização da sua história passa a contribuir para colocar a idéia de região em outro patamar, legitimando-a, atribuir-lhe veracidade, dando a ela uma história e também uma base material. A idéia de região, assim como a teia de poder que as instituem, começa a tornar-se, dado inquestionável. Pode-se apenas questionar determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira, porém, nunca suspeitar da própria idéia de região.³⁶

De um modo geral, o *dispositivo nacionalista* havia acentuado essas práticas que visavam o conhecimento do país. Era preciso ordenar uma visibilidade e uma dizibilidade que se tornassem códigos de leitura, que marcassem os contornos regionais, localizando elementos que os identificassem, assegurando, deste modo, a existência de Santa Catarina no cenário nacional. “Desconhecido e desorganizado historicamente”, Santa Catarina precisava expor-se como uma das partes da federação. Um esforço que lançava mão de uma discursividade naturalista, tornando visível distintas regiões que ao serem explicadas traziam também à tona lutas pela hegemonia dentro do próprio “cenário catarinense”.

* * *

³⁶ Ver ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo: Cortez, 1999.p.28

O contraponto à primazia do habitante do litoral encontrado na obra *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, de Aujor Ávila da Luz, publicada inicialmente em 1952, expõe um destes embates travados pela hegemonia a que nos referimos.

Ao analisar o “movimento de fanatismo religioso ocorrido entre 1912 e 1915” na região do Contestado, Aujor acaba traçando o perfil psicológico do “serrano” e os seus contrastes em relação ao “homem do litoral”. O seu esforço concentra-se em justificar o “caráter altamente eugênico” do *caboclo*, resultado do cruzamento do “branco com o índio manso de São Paulo”, e afirmá-lo como o tipo social do planalto catarinense.

O traço mestiço do *caboclo*, um dado que poderia “denegri-lo”, havia estabilizado no decorrer de quatro séculos, dando origem a uma “nova unidade psicológica”. O autor descreve este novo ser como rico em “atributos psicológicos recomendáveis” herdados também de “raças inferiores”. Estes atributos haviam sido mantidos graças à ação do meio e a “constante infusão de sangue branco” a que ele havia se submetido durante o caldeamento. Na mesma direção, Aujor questiona, mesmo que indiretamente, a superioridade e estabilidade racial do “homem do litoral”:

“... é preciso buscar no português, que até agora tem sido sem discussão considerado o elemento superior, mas que de fato, tem uma etnogenia bastante complexa e heterogênea e no qual corre uma forte dose de sangue negro e mouro, (...). As suas características psicológicas ainda estavam tão frouxamente

fixadas que, quando veio para o Brasil houve uma transformação na sua mentalidade(...).³⁷

Na caracterização dos dois tipos sociais em relação ao meio, Aujor enfatiza a “extraordinária diferença entre o homem do litoral e do planalto”. Enquanto os primeiros eram descritos como “fracos, raquíticos e anêmicos devidos à verminose e o impaludismo”, o segundo apresentava-se como “forte, livre das endemias do litoral e do raquitismo graças, sobretudo à sua base alimentar rica em leite e carne”.³⁸

A força do seu argumento racialista - referenciando diretamente em autores como Gustave Le Bon e Nina Rodrigues - articulava-se diretamente sobre a discursividade naturalista de base biológica. Trata-se porém, de um trabalho de psicologia social onde a formação da nacionalidade não se encontra no centro das atenções, o que parece estar em jogo é a luta pela hegemonia regional em Santa Catarina. E, neste embate, o que Aujor faz é, dentro da mesma formação discursiva, argumentar em oposição às análises sociológicas que inferiorizavam o “homem do planalto”.

* * *

Além das lutas pela hegemonia local, a “revelação dos homens catarinenses” está relacionada a sua ausência no quadro nacional desenhado tanto pelas análises sociológicas, quanto pelas relações políticas da época. Santa Catarina estava “esquecida entre o matuto e o gaúcho”, e sem ter a representatividade política de

³⁷ LUZ, Aujor Ávila da. Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. edição – Florianópolis: Ed. Da Ufsc, 1999. p. 73

³⁸ Idem, p. 81

Rio Grande do Sul, Paraná ou São Paulo, transformara-se em um “território de passagem entre vizinhos gulosos”. Assim, conhecer o organismo catarinense, os seus “tipos sociais” era também, reivindicar um espaço, era procurar uma visibilidade, que lhe havia sido negada, no organismo nacional.

Fazer-se visível é produzir uma identidade, é criar distâncias, estabelecer diferenças. Porém, as análises sociológicas de Santa Catarina produziam um corpo social tão heterogêneo quanto o nacional. Não havia um tipo único que pudesse pleitear um espaço nacionalmente, como pode ser percebido no texto de *Estrangeiros*:

“O agrupamento catarinense (...) se diferencia, na história e no tipo, das sociedades que produziram respectivamente o sertanejo, o matuto e o gaúcho. De heterogeneidade ressaltante, a sociedade catarinense longe está de apresentar tipo sômatopsíquico modal. Em seu conjunto, apenas uma característica ressaltava: a quase homogeneidade dermocrômica, o elevado índice de alvura. Mas esta peculiaridade se nos afigura traiçoeiro ponto-de-péga para conclusões de natureza ântropo-social... Há, pois, abandona-la, avisadamente.”³⁹

Deste modo, na falta de um tipo modal, a diferenciação ocorre entre tipos regionais catarinenses e nacionais como os presentes nas elaborações de Euclides da Cunha:

“Euclides da Cunha, traçando o contraste entre o vaqueiro das caatingas e o gaúcho dos pampas, esboçou deste um perfil magnífico. Mas o caboclo catarinense não se enquadra de todo neste perfil: a postura, o gesto, a palavra, os hábitos são os

³⁹ CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Op. Cit.,p.11

mesmos; mas não é aventureiro, nem jovial, nem diserto, nem fanfarrão como este”.⁴⁰

Ou então de Oliveira Vianna:

“Oliveira Viana, distinguindo no brasileiro quatro tipos de caboclo, que se individualizaram pelas diferenças de habitat, de ocupação e de história – o gaúcho dos pampas rio-grandenses, o matuto das matas mineiras e paulistas, o sertanejo das caatingas cearenses e o caucheiro dos seringais amazonenses – não criou, entretanto, o lugar do homem do planalto catarinense. Este é um tipo que tem de todos os outros um pouco de cada”.⁴¹

A ausência de um “tipo modelo” que representasse “morfológica e psicologicamente Santa Catarina”, ajuda a colocar uma questão - que se desdobra ao longo das décadas seguintes em múltiplas estratégias de representação como “homem do contestado” ou então, “mosaico cultural” - a questão da identidade catarinense, ou da ausência da mesma.

* * *

Estrangeiros em Santa Catarina (1940), História de Santa Catharina(1937) e, principalmente, Os Fanáticos (1952), datam de um período em que o regionalismo naturalista, de base biológica, já havia sido “contestado” e dado lugar a uma *discursividade culturalista*, que trazia consigo novos olhares e, portanto, novos espaços como objetos de abordagem.

⁴⁰ LUZ, Aujor Ávila da. Os Fanáticos. Op. Cit.,p.79

⁴¹ Idem, p. 81

A segunda metade da década de 1920 parece marcar a emergência deste novo regionalismo. Mudanças como a industrialização, a urbanização, o fim da escravidão, o movimento modernista e as novas formas de sensibilidade decorrentes, tornam o centro-sul, especialmente São Paulo, uma área diferenciada do restante do país, possibilitando deste modo, o surgimento de novas elaborações acerca do espaço e da sociedade. O novo regionalismo – uma nova maneira de ver e dizer o espaço - emerge em uma *discursividade culturalista*, produzindo uma reterritorialização das espacialidades tradicionais ameaçadas por todas as mudanças.

A tranqüila “relação naturalista” entre o olho e o espaço sentia-se também abalada pelo desenvolvimento de artifícios mecânicos. O espaço perdia cada vez mais a sua afirmação natural e geográfica, começando a tornar-se deste modo, uma dimensão mais histórica, artificial, cultural, construída pelo homem. O meio até então, um dado natural, equilibrado, determinante, parecia decompor-se diante da mistura de épocas, classes e costumes que a convivência metropolitana trazia. O regionalismo que começa a se articular a partir de então, não é apenas uma nova maneira de olhar o mesmo espaço fixo, natural. É sim, uma nova maneira de olhar e dizer novos espaços, que surgem de uma nova *formação discursiva*.⁴²

Esta nova discursividade se orienta na busca de uma identidade, de uma homogeneidade que suprimisse as diferenças da formação naturalista, e a desordem nacional provocada por todas as transformações do momento. O Brasil precisava expor a materialidade de suas regiões, de seu corpo social e procurar assim nas suas partes a compreensão do todo. Os instrumentos analíticos usados até então se

⁴² Ver ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. Op. Cit., p.48

tornam ineficazes para responder as novas proposições e problemáticas o que provoca também uma mudança de curso no pensamento social.

Algumas figuras são emblemáticas dessa transição, Gilberto de Mello Freyre é uma delas.⁴³ As suas reflexões sobre a sociedade parecem colocar as “explicações do Brasil” em novos patamares. O comentário de Monteiro Lobato, que transita por estes diferentes momentos, ilustra esta situação:

Gilberto Freyre tem o destino dos Grandes Esclarecedores. Antes de sua amável e pitoresca lição, vivíamos num caos impressionista, atrapalhadíssimos com os nossos ingredientes raciais, uns a negá-los como os que têm como “patriótico” esconder o negro, clarear o mulato e atribuir virtudes romanas aos índios; outros a condenar isto em nome daquilo – tudo impressionismo de uma ingenuidade absoluta e muito revelador da mais completa ausência de cultura científica na nossa gente culta e até em nossos sábios.⁴⁴

As teses levantadas por Mello Freyre em *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, propõem a compreensão da sociedade brasileira a partir da influência simultânea de elementos como, o patriarcalismo e a articulação de etnias e culturas na afirmação da mestiçagem tropical. O seu pensamento se recusa às análises sobre a formação do povo brasileiro baseada na sociobiologia, contrapondo-se em grande medida às afirmações de Oliveira Vianna.

⁴³ Além de Gilberto Freyre podem fazer parte deste “panteão”, entre outros, intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda ligado ao pensamento alemão moderno onde se destacam Dilthey e Weber; Roberto C. Simonsen e a sua leitura da história como um processo econômico; Caio Prado Junior que apóia-se no pensamento marxista; Mário de Andrade cujo conjunto da obra se constitui em uma explicação cultural e social da formação social brasileira.

⁴⁴ Ver Prefácio de Monteiro Lobato, in: MENESES, Diogo de Melo, Gilberto Freyre. Rio de Janeiro. Ed. Casa do Estudante do Brasil. 1944. p. 9-15

Pode-se afirmar que na primeira metade da década de 1930, já não havia mais espaço para as explicações naturalistas da sociedade brasileira. O novo regionalismo que surge então – que incentivava o conhecimento das partes que ganhariam significação no todo – parece ter influenciado iniciativas como as Cabral, Câmara ou Aujor. Porém, o que parece significativo é a insistência por parte destes autores em usar instrumentos de análise naturalistas considerados à algum tempo obsoletos. Oliveira Vianna parece viver na sua plenitude por vários anos ainda em Santa Catarina, mesmo após ter sido mandado às trevas em outras partes do Brasil.

Esta suposta extemporaneidade nas análises da sociedade catarinense encontra um paralelo na também resistência da denominada *Geração da Academia* em relação ao modernismo - notadamente na sua versão antropofágica a partir de 1922 - atrasando “no mínimo em vinte anos a sua chegada em Santa Catarina”. Sem estabelecer uma relação causal, pode-se traduzir destas “posições de resistência” uma tendência ao conservadorismo e uma forte circulação entre a atividade intelectual e política por parte da elite letrada catarinense.

O que sobressai tanto em relação à produção literária quanto à produção histórica é o apego ao passado e a aversão a qualquer tipo de ruptura. Ambas se expressam em um ambiente intelectual composto de um número limitado de pessoas, que além da “onipresença”, na maioria das vezes, em instituições como O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras, acumulavam o exercício de funções públicas junto ao governo do interventor Nereu Ramos. Era necessário, portanto, referenciar-se em idéias que dessem privilégio às atividades do Estado conferindo-lhe um papel civilizador, tutelador e administrador de uma sociedade despreparada cultural e politicamente. Idéias que fossem ao mesmo tempo acadêmicas, eruditas, e que também se constituíssem em

uma arma de ação política e de poder. Não havia como não se identificar com Oliveira Vianna.

Porém, muito além do alinhamento a Oliveira Vianna, era na *formação discursiva naturalista*, que se tornava possível ver e dizer as “regiões” e os “homens catarinenses” sob um fundo de permanência biológico. Esta discursividade visibilizava referentes raciais fixos que colocavam em posição favorável a “ascendência civilizada” daqueles a quem cabia interpretar Santa Catarina para a Nação, ou seja, a elite intelectual e política catarinense. A legitimidade da posição e dos atos destas “parentelas dominantes” estava assegurada pelos “componentes étnicos” de seus membros. Não havia espaço para enaltecimentos à mestiçagem ou a aspectos culturais, já que isto colocaria sob risco e tornaria sem sentido a sua “prática civilizatória” e os elementos que as justificavam. Expressar-se na discursividade naturalista, que poderia traduzir-se na resistência ao modernismo ou à sociologia freyriana, por exemplo, significava lutar pelos espaços de dominação, pela manutenção das forças que asseguravam posições vantajosas nas sociabilidades vigentes.

* * *

A redemocratização do país em 1945 pode ser tomado como uma “referência” (aspas necessárias) para assinalar, de longe, a decantação nesta “história catarinense” de duas discursividades diferentes. A dispersão das forças que mantinham a máquina estatal, as novas sociabilidades, as diferentes relações de poder decorrentes, parecem ter rompido com as resistências intelectuais colocando as regiões e seus tipos sob uma nova luz e linguagem. As demarcações naturalistas

que as qualificavam são postas em dúvida no novo diagrama que se estabelece. Era preciso reinventar-se, propor um regionalismo diferente que articulasse em uma *discursividade culturalista* e, ao mesmo tempo, continuasse a garantir os lugares sociais ameaçados.

Em outras palavras, o que temos a partir de então, é uma reterritorialização, que leva sobretudo a um levantamento da história econômica e social de cada área, ao lado de um esforço de elaboração de uma memória social cultural e artística. Na nova discursividade, que trazia referenciais já sedimentados em outras partes do Brasil, emergiam novos contrastes, novos objetos, que se colocavam à disposição para a construção de textos e imagens para as regiões. Era preciso ordená-los em uma visibilidade e dizibilidade que se tornassem também códigos fixos de leitura, ordená-los em feixes de olhares que demarcassem as novas tonalidades, mas que garantissem, na medida do possível, os contornos espaciais naturalistas que era onde se apoiavam as relações em curso.⁴⁵

Esta parece ter sido a tarefa posta aos intelectuais catarinenses, localizar os elementos garantidores das identidades, das semelhanças, da homogeneidade dos espaços e fixá-los para continuar garantindo os interesses, que poderiam ser seus e, ao mesmo tempo, coletivos, quando em nome de Santa Catarina, eram afirmados nacionalmente. Eles continuavam a exercer uma postura bovarista em relação ao espaço regional, ou seja, continuavam a afirmar-se como seres capazes de amalgamar não só as imagens e discursos de seu espaço, como também as suas forças, definindo cultural, estética e politicamente as unidades regionais. Por estas

⁴⁵ Sobre *territorializações e agenciamentos territorializantes* ver DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Editora 34.1997 p.116-170; ver também DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. Diálogos. Escuta. 1996 P.157-170.

ações, as “regiões catarinenses” deixam de ser unicamente o resultado do homem e seus componentes étnicos na luta contra o meio e suas adversidades, e passam a ser pensadas também, como totalidades político-culturais, com história, memória, tradições.⁴⁶

Neste novo momento, busca-se a memória regional, que na verdade é a busca do equilíbrio entre uma nova ordem e a anterior, ou seja, a procura da conciliação de uma nova territorialidade com antigos territórios existentes. Produzir um passado uma memória é a garantia da perpetuação dos territórios sociais ameaçados. O medo de não ter espaços em uma nova ordem, é que leva à construção do passado, de uma história que oriente a atuação das pessoas e que explique novamente o que parecia estar sob risco.⁴⁷

* * *

Em um ambiente onde não havia mais como resistir às novas maneiras de ver e dizer as regiões e seus habitantes, só restava mudar, mudar para que tudo continuasse igual. O que temos então é a promoção de um regionalismo de cores tradicionalistas, que procurará construir, também no campo da cultura, uma fisionomia estática para as regiões. É neste sentido que ganha corpo a partir do final da década de 1940, um investimento consistente por parte dos intelectuais para agrupar elementos que estabelecessem o folclore das diferentes regiões catarinenses. O folclore é assumido naquele momento, como uma elaboração

⁴⁶ Sobre a necessidade de organizar o folclore catarinense ver CABRAL, Oswaldo. Assuntos Insulanos: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 1948. p.24

⁴⁷ Sobre a memória como recurso para garantir espaços ver POULET, Georges. O espaço proustiano. Rio de Janeiro, Imago, 1992. p.55

decisiva na defesa da autenticidade regional contra fluxos culturais mais cosmopolitas e, portanto, disruptivos. Para estes estudiosos, ele serviria para revelar a essência da região, os elementos que pré-existiriam em toda cultura em seu esforço de afirmação como tal. O folclore seria, deste modo, uma espécie de repositório de um inconsciente, de uma estrutura ancestral expressão da mentalidade popular e por extensão da mentalidade regional.

O folclore seria também, um elemento de integração do povo nas suas respectivas regiões. Ele facilitaria a absorção da identidade regional pelas camadas que se buscava integrar à nova sociedade, que se visibilizava e que precisava ser organizada. Neste sentido, é possível afirmar que o folclore apresenta através deste discurso tradicionalista, uma função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções, construindo códigos sociais capazes de enfrentar eventuais rupturas à ordem estabelecida. O uso do elemento folclórico parece permitir criar novas formas que, no entanto, ressoavam antigas maneiras de ver, dizer, agir e sentir, ou seja, procura-se construir o novo, negando a sua novidade.⁴⁸

Os estudos folclóricos afirmavam-se naquele período por uma ação ampliada que permitia “olhar para o popular em toda a sua plenitude”, agregando também aspectos sociais e materiais às suas análises. Diferentemente do início do século XX, eles eram agora definidos como:

“... um ramo da ciência antropológica que estuda todas as manifestações e aplicações do saber vulgar, mantidas pela tradição paralelamente às oriundas do saber erudito, entre

⁴⁸ Sobre o folclore e sua função integrativa ver FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. 2^a ed., Petrópolis: Vozes, 1979

povos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob as quais ela se apresente”.⁴⁹

O folclore fazia parte da antropologia cultural e estava apto a estender-se além dos fatos espirituais como ritos e mitos, poderia também abarcar em seus estudos aspectos sociais como jogos, festas, vocabulário, ou então, materiais ou ergológicos como artesanato, moradia, culinária etc. Enfim, poderia dar conta de toda uma série de novos elementos sublunares que surgiam discursivamente e precisavam ser agenciados.⁵⁰

O que entra em cena são as “manifestações populares”, que enquanto tal serão entendidas como o “universo sob o qual um povo expressa as suas verdades mais essenciais”. Porém, mantinha-se a hierarquia, e nela, a condição de inferioridade do popular diante da erudição. Erudição daqueles a quem cabia organizá-las e fixá-las em uma continuidade histórica através do estabelecimento de tradições.⁵¹

Muitos dos “intelectuais da tradição” vão se reunir em torno da Sub-Comissão Catarinense de Folclore que através da publicação do seu boletim será talvez o principal porta-voz deste “agenciamento folclórico de Santa Catarina”. Embora se apresentem como defensores do material folclórico, são eles talvez os seus maiores inimigos já que impedem a criatividade em seu interior estabelecendo uma postura,

⁴⁹ CABRAL, Oswaldo. Cultura e folclore – bases científicas do folclore. Florianópolis. 1952. p.34

⁵⁰ A visão mais ampliada dos estudos folclóricos foi referendada pela Carta do Folclore Brasileiro, saída do I Congresso Brasileiro de Folclore realizado em 1951. Em seu primeiro item declarava: “o I Congresso de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar o folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual”.

Ver <http://puccamp.aleph.com.br/1999/folclore/carta.html>. Acessado em 22 nov. 2001

⁵¹ Sobre a noção de tradição ver HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. ver também FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Op. Cit., p. 23

na maioria das vezes estática e regionalizada em suas manifestações. A afirmação de um passado memorável, ligado ao presente pela tradição, é na verdade o exercício de uma máquina imagético-discursiva que combate à autonomia, a inventividade, apoiando-se na rotina e na submissão. O discurso tradicionalista, folclórico tenta, de certo modo, evitar que as pessoas se apropriem de sua história, que a façam. Permite apenas que se viva uma história já pronta, já feita pelos outros, pelos antigos. Se o passado é melhor que o presente e se apresenta como a melhor promessa de futuro, caberia lutar pelos territórios de sempre evitando que eles fossem esfacelados pela história.

Estabelecer tradições também implica em selecionar o que seja mais conveniente aos interesses do presente. Uma das práticas de coleta do “material folclórico” era a aplicação de questionários ou “*inquéritos sobre assuntos folclóricos*” previamente elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística onde, nas instruções ao inquiridor, pode-se destacar exemplos do que deveria, ou não, ser admitido como manifestação folclórica: “*não se deve confundir benzedor com macumbeiro, este faz despachos e dá-se a prática da magia negra; o benzedor apenas reza e, por meio das rezas cura.*”⁵² Ou desconsiderado como “área relevante”: “*é possível acrescentar o alto sertão catarinense, mas na verdade estes núcleos insulados e de pouca densidade demográfica pouco representam para o tradicionalismo da terra*”⁵³. O que temos é uma ordenação das tradições, que responde as relações de poder do presente, nem tudo era folclore, nem todos os espaços serão dignos de ser estudados. Mesmo sendo freqüente a afirmação de que “muito ainda há para ser investigado no folclore catarinense”, as “tradições

⁵² BOLETIM DA SUB-COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. No 3 – Mar 1950, p.13

⁵³ Idem, p.17

catarinenses” como campo de saber sempre se apresentará como uma totalidade, como um espaço sem claros, preenchidos completamente por textos e imagens que emergem para lhe dar espessura. Espaço onde nada é provisório, onde tudo parece sólido sem possibilidade de desmanchar-se no ar.⁵⁴

Desde o início, a “invenção das tradições catarinenses” seguirá uma orientação regionalizadora, tornando-se comum, nos artigos do Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore, o relato das tradições folclóricas acompanharem a descrição dos limites regionais aos quais elas estariam circunscritas. Práticas como estas continuarão a regionalizar Santa Catarina, sobrepondo agora aspectos culturais aos limites naturalistas já postos anteriormente. Além do mais, buscava-se reiteradamente uma sistematização, um método que pudesse dar ao folclore a legitimidade de um estatuto científico. Uma sistematização que passava também pela definição clara das “áreas típicas da vida tradicional catarinense”.⁵⁵

* * *

As “tradições catarinenses” vão delinear culturalmente as “regiões de Santa Catarina”. Os limites irão se construir através de fragmentos de um passado idílico,

⁵⁴ Sobre a seleção das tradições ver WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.118

⁵⁵ Como exemplos da afirmação folclórica das “regiões catarinenses” estabelecidas na *formação discursiva naturalista* ver os seguintes artigos publicados nos boletins da Sub-Comissão Catarinense de Folclore: Coisas do planalto (Pe. Alvino Bertoldo Braun), Nº3, 1950. p. 18-21; Costumes do teuto-brasileiro do Vale do Itajaí (Theobaldo Costa Jamundá) Nº7, 1951. p. 21-24; Falares catarinenses da região serrana (Custódio F. de Campos), No 11, 1952. p. 5-15; Quadrinhas do folclore ilhéu (Osvaldo F. de Melo) Nº 8, 1951.p.49-50; Pescadores de nossa terra (Urbano Vicente Gama Salles) No 9 e 10, 1952. p. 101-108. Sobre a necessidade de criar uma sistematização do folclore catarinense dividindo-o em “grupos de municípios onde haja homogeneidade de tradições” ver FONSECA, Hermógenes Lima. Tentativa de sistematização. Ver também comentário de Walter Piazza em concordância com Hermógenes na pg.72

do sobrenatural, da produção artesanal, justificados etnicamente, e guardando em si, o que parece ser, a sobrevivência emocional das regiões e de seus habitantes. Esta construção passava muitas vezes pelas lembranças dos próprios intelectuais e artistas, recorrendo às suas próprias narrativas individuais e colocando-as como manifestações da cultura tradicional. Organizar a memória pessoal era também organizar a memória regional. A descoberta da região, muitas vezes, correspondia à descoberta de si, da própria identidade. Olhava-se para os espaços regionais e via-se espaços da saudade. Franklin Cascaes pode servir de exemplo para estas afirmações:

“Comecei a estudar por saudade de um tempo que estava terminando. [...] – A importância do meu trabalho para os catarinenses? Acho este trabalho muito importante porque é preciso conhecer para amar. E uma nação que não conhece a raiz de sua história, está muito aquém daquilo que ela deveria ter como sua cultura. [...] nunca pensei em ganhar dinheiro. Fui somente envolvido pela saudade da tradição e querendo resguardar ou guardar essa beleza para a posteridade”.⁵⁶

Guardar para a posteridade significa lutar contra a história, contra o tempo que parece tudo destruir. Cascaes constrói uma região litorânea como um domínio do atemporal, do sagrado e do sobrenatural. Um espaço de ascendência açoriana construído pelas suas próprias lembranças, pelo seu trabalho de coleta de elementos da cultura popular. Um “universo cultural” pronto para ser agenciado por práticas identitárias que podem trazer consigo interesses políticos dos mais variados.

⁵⁶ CASCAES, Franklin Joaquim. Franklin Cascaes: Vida e arte e a colonização açoriana. Entrevistas e textos organizados por Raimundo Caruso. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. p.21-29.

O que move Cascaes em seu trabalho de pesquisa é o desejo de perpetuar um passado que guarda algo de significativo para ele. O seu exemplo talvez permita dizer que o regionalismo não surge sempre como uma resposta ideológica de uma classe dominante de uma dada região. Ele é sim, fruto de uma visibilidade e dizibilidade que se apóia em uma sensibilidade regionalista, em práticas regionalistas, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população, surgindo como elementos discursivos destes vários segmentos. Os regionalismos podem surgir tanto como uma reação ideológica, quanto movidos por desejos mais individualizados como no caso de Cascaes. Desejos estes que podem ou não vir a ser agenciados ideologicamente mais tarde. Em ambos os casos porém, estarão sempre se deslocando dentro de uma mesma *formação discursiva*, que participa das condições de possibilidade para a existência dos mesmos.

* * *

A sedimentação tradicionalista das regiões catarinenses está relacionadas ao dispositivo nacionalista, que tinha ainda a “formação da nação” como a grande problemática a ser resolvida. Práticas regionalistas que direcionavam suas ações para os estudos folclóricos existia em outras partes do Brasil sendo orientadas por órgãos como a Comissão Nacional do Folclore a qual a Sub-Comissão Catarinense era subordinada. O que há em comum em todas estas instâncias é a idéia de popular confundindo-se com a de tradicional e antimoderno. A nação parecia estar sob risco diante das relações sociais e capitalistas que induziam também a fluxos culturais globais provenientes da modernidade que parecia se instalar definitivamente após a Segunda Guerra Mundial.

“A [...] tradição nacional, tão rica de motivos originais, se encontra no momento ameaçada de se desfigurar ao contato das ondas cosmopolitas que além de esterilizarem o veio popular, tendem deploravelmente a destruir a originalidade das forças vivas do nosso Brasil”.⁵⁷

É possível afirmar que os espaços regionais em Santa Catarina são também filhos da modernidade. Filhos porém, reacionários que vão se delineando tradicionalmente como um fechamento discursivo às mudanças que viriam de fora. O “resgate da cultura tradicional e popular” é o resgate do que seria o único lugar de vida das pessoas ameaçadas pelo mundo moderno. Trata-se, portanto, de um regionalismo reativo, que reivindica a volta ao passado, ou a paralisia da história, não uma diferença criativa, inventiva, mas uma diferença conservadora.

Nesta visão tradicionalista não há lugar para a história ou para a historicidade de todas as coisas. O discurso tradicionalista toma a história como o lugar da produção da memória fazendo dela um meio de os sujeitos se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem um espaço que já existia no passado e que precisaria apenas ser anunciado. A história efetiva em seu caráter disruptivo precisa ser apagada, para que em seu lugar tenhamos identidades a-históricas, feitas de estereótipos circunscritos em espaços regionais, que por sua vez, apresentam-se como estáveis, apolíticos, naturais, feitos para permanecer no tempo. Estas identidades e regiões forjadas na tradição e na memória nascem de uma aversão à história por esta ser descontínua, conflitual, por cindir temporalidades.⁵⁸

⁵⁷ LIRA, Mariza. Problemas fundamentais do folclore catarinense. In: BOLETIM DA SUB-COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. Nº 6 – Ano II. 1951 p. 17

⁵⁸ sobre a história como multiplicadora de rupturas ver. FOUCAULT. Michel. A arqueologia do saber. Op. Cit., p.3-20; Sobre a *história efetiva* em contraposição à *história dos*

A resistência ao novo, à mudança é o medo da história em sua dinâmica de ruptura. Quanto mais a história transforma mais ela se torna perigosa, mais era preciso dar-lhe um sentido, submetê-la a uma teleologia ou dar-lhe continuidade inventando tradições. Era preciso deter o perigo da morte detendo a história. Lutar contra a história é lutar contra a finitude, e naquele momento era a memória e a tradição a única garantia contra a morte, contra a finitude.⁵⁹

* * *

As regiões catarinenses, que haviam se organizado sob uma *formação discursiva naturalista*, passam a ser sedimentadas culturalmente. Se antes a “legitimidade teórica” dos intelectuais recaía sobre autores como Oliveira Vianna, agora, diante das novas discursividades, será necessário buscar novos aportes, novos nomes para dar conta analiticamente dos novos objetos que surgiam.

A nova luz que incide sobre as regiões faz com que elas se afirmem também culturalmente umas em relação as outras, acirrando, deste modo, disputas pela hegemonia cultural dentro de Santa Catarina, e em decorrência, inviabilizando qualquer artifício institucional em direção à uma “unidade cultural catarinense” representativa nacionalmente. Só era possível, portanto, o alinhamento a referências teóricas, que preservassem as divisões regionais já estabelecidas. Longe da dissolução das diferenças culturais, o que passa a ser buscado é uma integração entre as regiões, preservando os espaços de poder a partir dos quais as disputas eram travadas. É por este viés, que ganham visibilidade em Santa

historiadores, ver FOUCAULT. Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: Microfísica do poder. Op.Cit., p. 15-37

⁵⁹ Sobre a história como necessidade de afirmar a perenidade diante da morte ver CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.16-18

Catarina, autores como Vianna Moog e Roger Bastide, cujas obras e presença, servirão para legitimar as afirmações sobre a “heterogeneidade cultural catarinense”.⁶⁰

Trabalhando a posição do negro na sociedade brasileira, Bastide defendia que embora existisse uma divisão étnica, não era possível falar numa separação cultural que perpetuasse traços exclusivamente étnicos. Culturas e grupos étnicos coincidiam mas não totalmente, além do mais, cada região sócio-econômica era formado por micro grupos num estado de tensão e rivalidade constante. Os dualismos de base eram inoperantes nestas dimensões menores, o que importava eram os antagonismos mais concretos destes micro-grupos. Havia, portanto, uma multiplicidade de cisões no interior de cada espaço social, e era isto que permitia a coexistência tranqüila de elementos contraditórios. Os diferentes sistemas de valores tornavam-se elementos de união e não fatores de ruptura, havia por toda a parte o que ele afirmava ser uma “monotonia nos contrastes”, uma “uniformidade nas oposições”.⁶¹

Assim como Oliveira Vianna, Bastide acreditava em soluções institucionais, porém, não mais com o objetivo de civilizar a sociedade brasileira, e sim para permitir a coexistência das diversas civilizações das quais ela era constituída. Não apenas uma única instituição forte e centralizada, como almejava Vianna, e sim, várias para dar conta das múltiplas divisões no interior de cada espaço social. A

⁶⁰ Sobre lutas pela hegemonia cultural, especificamente açorianidade x germanidade, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997. p.133-134

⁶¹ Sobre Bastide, a multiplicidade de micro grupos no interior da sociedade brasileira e sua discordância em relação às explicações dualistas como as de Nina Rodrigues (europeu/africano), Euclides da Cunha (campo/cidade), Gilberto Freyre (senhor/escravo), ver BASTIDE Roger, As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira. 1971. p.220-221. sobre Bastide e suas obras ver também BASTIDE, Roger. Roger Bastide: sociologia / organizadora Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983 (Grandes cientistas sociais; 37)

integração – compreendida como o ajustamento de elementos constitutivos de uma sociedade – era um objetivo a ser perseguido, e só poderia ser alcançado através da preservação das cisões, das diferenças, dos desequilíbrios. Na sua maneira de olhar a sociedade, ficava preservado o fato de cada cultura conservar a sua especificidade. Garantindo as cisões evitava-se a fusão de culturas, evitava-se o empobrecimento.⁶²

Elaborações como as de Bastide sobre a sociedade brasileira, quando transpostas para o cenário catarinense, possibilitavam uma explicação sociológica para a manutenção das “regiões de Santa Catarina”. Servirão assim, de legitimadoras dos discursos acerca da “diversidade catarinense” que parecem povoar, com mais intensidade, textos e falas a partir daquele momento. Para vários autores, “retratar a realidade de Santa Catarina” passaria a ser, afirmar e definir as suas diferenças regionais. Um esforço articulado em outro maior, que seria o da integração destas mesmas regiões, em um conjunto significativo, em um corpo orgânico representativo nacionalmente.⁶³

* * *

⁶² Sobre espaços sociais como a “reunião de elementos antagônicos e harmonização de contrastes” ver BASTIDE, Roger. Brasil: terra de contrastes. São Paulo: Dif. Européia do livro, 1964

⁶³ Bastide prefaciou o livro Cultura e Folclore: bases científicas do folclore de Oswaldo Cabral a quem se refere como “um dos mestres mais queridos e estimados da ciência folclórica”; do mesmo modo, Bastide serve de referência à vários textos de Celestino Sachet, ver por exemplo: O regionalismo literário, dissertação de mestrado em letras – literatura brasileira, UFSC, 1975.

Como exemplos de discursos sobre a “diversidade catarinense” ver os “discursos literários” *sob o calor da lareira catarinense* e *Santa Catarina, a diferente* do então governador Jorge Lacerda. In: LACERDA Jorge. Democracia e nação. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960. p.26-33

A definição das diferenças regionais nos anos 50 e 60, encontrará também na historiografia um dos seus principais meios de asserção. Histórias regionais em Santa Catarina parecem concentrar os esforços dos historiadores do período. Embora o enfoque, várias vezes, se concentre nos municípios e seus aspectos sócio-econômicos, as identificações de colonizadores, e em geral, as referências culturais dos discursos irão enfatizar os recortes naturalistas anteriores. Com pequenas variações, o mesmo litoral, que por vezes compõe-se com o vale do Itajaí, o mesmo planalto, eventualmente separando-se da região oeste, continuarão a se apresentar como referentes espaciais para os discursos históricos de então.⁶⁴

Na maioria das vezes, serão atribuídas às colonizações o ato de fundação dos espaços analisados e a elas estarão relacionados os elementos culturais denominados folclóricos muitas vezes.⁶⁵ Nas histórias regionais falava-se agora em formação cultural das regiões, mas do mesmo modo que nos estudos folclóricos, isto significava remeter-se à um passado inerte, normatizado pela tradição, sendo as diferenças culturais entre regiões quase sempre produto da etnicidade dos seus “elementos humanos”.

“... os aspectos culturais do vale do Itajaí apresentam-se a alguns como exóticos ou pitorescos, em confronto com os

⁶⁴ Exemplos de história regional são inúmeros, por vezes confundindo-se com história dos municípios e história da colonização. Algumas obras são apenas citadas em catálogos e parecem ter desaparecido no tempo. Outras, as quais tivemos acesso, estão ainda disponíveis no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina ou na Biblioteca Pública do Estado, entre estas destacamos: SILVA, Zedar Perfeito da (org.). Oeste catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemert, 1950; PIAZZA, Walter. Nova Trento. Florianópolis: IOESC, 1950; DERETTI, Miguel. Apiúna nos meus apontamentos. Porto Alegre: Escola Gráfica Dom Bosco, 1970; PIAZZA, Walter F. O folclore de Brusque – estudo de uma comunidade, 1960; COSTA JAMUNDÁ, Theobaldo. Interpretação regional do município de Rodeio. Florianópolis: Escola Industrial, 1949; Centenário de Blumenau. [Vários Autores]. Blumenau: Ed. Da Comissão de Festejos, 1950

⁶⁵ “Os fatos relativos à cultura são do domínio do folclore.” Ver PELUSO Jr, Victor A.. Tradição e Plano urbano: cidades portuguesas e alemães no estado de Santa Catarina. In: Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore, Nº 15/16, 1956.

aspectos das regiões de influência puramente lusitana, a que se acostumaram os alhares brasileiros. Nem exóticos nem pitorescos. [...] resultam antes das influências culturais que contribuíram para a formação regional. [...] representa na verdade os traços que assinalam a presença de colonizadores alemães e italianos.”⁶⁶

De uma maneira geral o procedimento que preside a história regional define uma região, um espaço geográfico ou um espaço de produção, como um *a priori*, que é anacronicamente remetido para antes e depois de sua constituição, transformando-se assim, em uma transcendência, naturalizando-a. Nestas histórias regionais, a idéia de região, e a rede de poderes que as institui não são questionadas, quando muito, questiona-se apenas determinadas elaborações regionais, com o simples intuito de encontrar a verdadeira.

O questionamento da região como um referente fixo passa, portanto, por uma crítica de uma história que participa ela própria desta cristalização identitária. As histórias regionais são produtos de forças e atividades políticas, várias vezes antagônicas, mas que se encontram, e precisam ser tomadas na sua historicidade, pois participam da produção das regiões.⁶⁷

⁶⁶ Ver a apresentação de José Irineu Cabral à obra de SILVA, Zedar Perfeito da. O vale do Itajaí: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola. 1954.

⁶⁷ Sobre uma visão crítica em relação à história regional ver GEBARA, Ademir et alli. História Regional: uma discussão. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1987. ver também PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional. In: Anais do I Encontro Estadual de História de Santa Catarina- 1986. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. p.16-33

CAPÍTULO II

Algumas ficções de verdade

*“Quem sonda o verso
escapa ao ser com certeza,
reencontra os deuses ausentes,
vive na intimidade desta ausência,
torna-se responsável dela,
assume-lhe o risco e sustenta-lhe o favor”*

Maurice Blanchot

Do mesmo modo que a história regional e os estudos folclóricos, que praticamente surgem nos anos 50, uma outra expressão literária se fará presente na sedimentação discursiva das regiões catarinenses. Trata-se do romance regionalista, gênero que também parece encontrar as suas condições de possibilidade, a partir do momento em que o “popular” ganha visibilidade em uma discursividade culturalista. As publicações, até aquele momento, não iam muito além de contos ou coletâneas onde predominava um certo paisagismo naturalista. Serão os “elementos populares”, obra e instrumento de uma nova maneira de ver e dizer, que tornarão possível o enriquecimento das narrativas, ampliando o público leitor e transformando o romance em um efetivo meio de afirmação regional em Santa Catarina.

Colocar o “popular” em romances significa não só tornar o oral, o sublinar em narrativas escritas, significa também a ordenação destas, a afirmação e exclusão de conteúdos, a estabilização de um texto que a partir de então pode ser controlado e

explorado em seus significados duradouros.⁶⁸ É neste sentido – e não apenas neste - que junto com os romances regionalistas, começam, já nos anos 50, a aparecer sínteses que procuravam definir e organizar a cultura em Santa Catarina. Surgem afirmativamente painéis de realidades culturais regionalizadas, justificados, principalmente, pelas particularidades geográficas e diferentes contribuições trazidas por grupos colonizadores. A literatura, sujeita a esta “multiplicidade de contrastes”, teria passado a representar as diferentes regiões, prescindindo, como a cultura de um modo geral, de um conjunto, de uma unidade que pudesse fundamentá-la como catarinense. Dividir e caracterizar regiões passou a ser assim, o referencial legítimo para se pensar uma “identidade na literatura de Santa Catarina”.

Estas análises, que acabam funcionando também como um discurso normatizador da própria produção literária, são inspiradas principalmente em uma interpretação da literatura brasileira elaborada por Vianna Moog em 1942. Segundo este autor, o Brasil seria um país constituído não só de uma geografia heterogênea, mas também, de diferentes “ilhas culturais”, que se oporiam entre si e estariam subordinados a fatores comuns a cada uma delas. A arte e a literatura teriam refletido em seus setores esta estrutura de “arquipélago” e, portanto, deveriam ser estudadas na homogeneidade de suas ilhas, afastando-se deste modo, dos critérios cronológicos de escolas literárias sujeitos aos mais diversos rumos nas regiões brasileiras.⁶⁹

⁶⁸ Sobre poder e a “necessidade” de uma autoridade para os textos literários ver BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 93

⁶⁹ A análise de Vianna Moog foi exposta em uma conferência no Itamarati a convite da Casa do Estudante do Brasil, e posteriormente publicada em opúsculo. Ver VIANNA MOOG, Clodomir. Uma interpretação da literatura e outros escritos. Rio de Janeiro: Delta. V.10. 1966

A interpretação de Vianna Moog, foi basicamente, a transposição para o campo literário da idéia de “arquipélago cultural”, exposta por Gilberto Freyre em sua conferência intitulada “Continente e Ilha”.⁷⁰ O pensamento freyriano correspondia à emergência da análise sociológica do homem brasileiro, colocada como urgente, pela “formação discursiva culturalista ou popular”. Sob esta abordagem, a literatura passou a ser vista também, como destinada a oferecer sentido às várias realidades do país, a se preocupar com o povo e suas manifestações sociais, a se regionalizar e desvendar as realidades locais, que por sua vez, constituiriam a “essência do Brasil real”. Vianna Moog em sua análise legítima, principalmente a “Geração de 30.”⁷¹ escritores de uma literatura regionalista que se transformou na expressão de uma “literatura nacional”.⁷²

É esta interpretação que vai ganhar sentido novamente alguns anos mais tarde, para recortar culturalmente Santa Catarina. Elegendo identidades, diferenças, marcando territórios, os analistas da cultura catarinense, vão elaborar uma moldura de diversidades culturais e geográficas através da qual se poderia explicar Santa Catarina e a sua literatura.

Um quadro exemplar das influências geográficas e culturais na literatura é o descrito por Celestino Sachet. Repetidamente publicado e pronunciado, já que fez

⁷⁰ Ver FREYRE, Gilberto. Continente e Ilha. Conferência lida, em Porto Alegre, no ano de 1940 e incluída na segunda edição de Problemas brasileiros de antropologia. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. 1941

⁷¹ Combatendo o academicismo e reivindicando um lugar de destaque, principalmente para a literatura do Norte e Nordeste, a denominada ‘geração de 30’, destacou romancistas como José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Amando Fontes, Érico Veríssimo, José Geraldo Vieira, Lúcio Cardoso, Marques Rebêlo, Graciliano Ramos entre outros

⁷² Ver ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. Op.Cit., p.107

parte do curso *Fundamentos da Cultura Catarinense*⁷³, nele se estabelece uma relação entre a falta de uma identidade literária às formas bastante irregulares do contorno territorial catarinense. Enquanto os vizinhos do lado, ou mesmo São Paulo, configuravam-se em blocos territoriais, Santa Catarina em sua forma de “T” deitado pressupunha uma tendência à expansão, à fuga. O resultado disso seria o Oeste, o Norte e o Sul catarinense misturando-se culturalmente com os estados vizinhos, prejudicando assim, uma unidade cultural. Além do mais, segundo o autor, a idéia de uma literatura catarinense subentendia, a existência de um homem catarinense em um determinado tempo e dentro de um determinado espaço geográfico. Este “homo catarinensis” , como ele o denomina, só teria começado a construir-se muito tardiamente, em 1748, com o início da colonização açoriana que se fixou no litoral. A constituição de outras regiões culturais só havia continuado mais tarde, com os alemães no Vale do Itajaí e Joinville, os italianos no Sul e no Vale e os gaúchos no extremo-oeste.⁷⁴

Uma espacialização semelhante na literatura ganha corpo também nas argumentações de Nereu Corrêa. A seu ver, condicionada às variantes sócio-econômicas, a literatura catarinense seria o reflexo da cartografia do estado, ajustando-se na seguinte configuração: os temas marinhistas com os seus cenários

⁷³ Durante a segunda metade de 1969 e durante todo o ano de 1970, o curso *Fundamentos da Cultura Catarinense*, promovido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, foi levado a 21 cidades de Santa Catarina e também Curitiba, com uma assistência de cerca de 15 mil interessados. O livro, com o mesmo nome do curso era distribuído ao final e continha o resumo das seguintes palestras: Jaldyr B. Faustino da Silva, “Santa Catarina no contexto nacional”; Walter Fernando Piazza, “Elementos básicos da história catarinense”; Victor Peluso Junior, “aspectos da imigração no Estado de Santa Catarina”; Celestino Sachet, “Fundamentos da literatura catarinense”; Paulo Fernando Lago, “O homem e a economia, considerações sobre recursos naturais renováveis”. Ver Governo do Estado/UDESC. Fundamentos da Cultura Catarinense. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970.

⁷⁴ Ver SACHET, Celestino (org). Antologia de Autores Catarinenses. Rio de Janeiro: Editora Laudes. p.7-19

e as sagas dos pescadores, no litoral; o linguajar e os costumes do homem do campo, no planalto catarinense; a vida do madeireiro do oeste às margens do Rio Uruguai; e os costumes germânicos nas áreas de colonização alemã. “Ilhas de um arquipélago freqüentado pelos nossos escritores, tanto no conto como no romance”.⁷⁵

Este mesmo mapa literário se repete com Oswaldo Ferreira de Melo. A ênfase dá-se, porém à bagagem cultural dos imigrantes que teriam determinado uma hierarquia cultural. Haveria, segundo o autor, uma concentração da atividade literária no litoral de Santa Catarina, fato este devido aos traços culturais portugueses trazidos d’além mar, traços que de tão fortes acabaram predominando; já as regiões onde houve o predomínio da colonização italiana, como o Sul e Oeste do estado, a origem rural dos colonos e o encontro de “caboclos ignorantes” vivendo em “regime agrícola dos mais primitivos”, impediu qualquer “soerguimento intelectual”; quanto as zonas de colonização alemã, o fato de existirem entre os imigrantes professores, escritores e cientistas teria salvo as letras de uma região colonizada, em sua maioria, por “elementos de parquíssimos recursos intelectuais”. Além de estes argumentos expressarem disputas pela supremacia cultural de determinadas regiões sobre as outras, podemos também perceber neles, uma discursividade institucionalizadora que passa a ver e dizer Santa Catarina como o somatório de diferentes expressões regionais ancoradas em suportes geográficos, além de étnicos e culturais de seus colonizadores.⁷⁶

⁷⁵ CORRÊA, Nereu. Caderno de Sábado do Correio do Povo, 10/01/1976. Apud SACHET, Celestino. A literatura de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli. 1979. p.149

⁷⁶ MELO, Oswaldo Ferreira de. Visão de conjunto da literatura catarinense. In: Antologia de Autores Catarinenses. 1970 p.169-186. Este mesmo texto já havia sido publicado em 1958 como parte integrante do livro *Introdução à história da literatura catarinense* do mesmo autor.

São análises, que se ligam a uma necessidade de entender e explicar Santa Catarina e seu povo. O regional torna-se o referencial legítimo para se pensar em literatura catarinense, e esta passa a ser vista como um dispositivo destinado a oferecer sentido às realidades de Santa Catarina, a desvendar a essência de suas regiões e, sobretudo, de seus habitantes. Haveria reiteradamente três “ilhas literárias”, correspondentes a três “ilhas culturais” a do “litoral ou da grande *urbs*”, lusitana por excelência; a “civilização das máquinas” e sua alma de origem alemã; e a “civilização dos campos do planalto serrano”, uma “civilização a cavalo”.⁷⁷ Esta visão de recorte e constituição de áreas culturais, tributária de Gilberto Freyre e Vianna Moog, faz parte de uma discursividade que procura a permanência, o estabelecimento e manutenção de uma ordem espacial. Trata-se de uma visão plástica da realidade que condiz com um tipo de postura política: a da busca da harmonização dos conflitos, e da superação dos antagonismos, através de elaborações conciliatórias.⁷⁸

Tanto as análises literárias quanto às próprias obras as quais elas se referem, indicam a emergência de uma formação discursiva onde a regionalização se processa através de recortes sócio-culturais. Portanto, longe de serem apenas representação de uma realidade, a literatura catarinense é, em grande medida, produtora de sua regionalização, participando assim da definição dos espaços e das respectivas identidades de seus habitantes.

Cada “ilha literária” passa a ser associada a determinadas obras e autores representativos de seu local. É esta a literatura que pretendemos destacar a partir de agora, uma literatura regionalista que fala do que considera experiências sociais

⁷⁷ SACHET, Celestino. Antologia dos autores catarinense. Op. Cit., p.15-19

⁷⁸ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. Op. Cit., p. 97

fundamentais de suas regiões, operando sobretudo, através de um paisagismo exacerbado e elaborações de personagens típicos. Personagens exemplares, que na revelação das essências regionais, devem promover a própria identificação com os comportamentos, valores e formas de pensar do leitor. O que faz lembrar que, para serem subjetivados, estes tipos devem ser críveis, devem lançar mão de enunciados e imagens, de experiências e práticas sociais, que sejam reconhecidas pelo leitor. O que esta literatura faz, portanto, é atualizar nos personagens de suas obras elementos consagrados de um determinado período.⁷⁹

Nos destaques de artigos, ensaios, antologias e afins, é possível perceber a recorrência de alguns nomes associados ao regionalismo literário. São eles: no litoral: Almiro Caldeira, Othon D'Eça, Salim Miguel entre outros; como representantes da região do Planalto Serrano: Tito Carvalho, Guido Wilmar Sassi e Enéas Athanazio; e do Vale do Itajaí: Lausimar Laus e Urda Klueger. Nem todas as obras destes autores estão encerradas nos limites do que a crítica literária denomina regionalismo, e nem o regionalismo – na sua expressão paisagística e tipificadora do homem - pode ser reduzido apenas a estes nomes. A análise de algumas obras destes autores, que pretendemos fazer a seguir, tem o intuito apenas de perceber alguns aspectos do quadro literário em que se formula a regionalização de Santa Catarina.

* * *

⁷⁹ Sobre a eficácia do uso de personagens típicos, ver ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva. 1970. P. 209 e segs.

Em várias obras de Guido Wilmar Sassi o planalto serrano expressa-se em uma “cosmovisão” que tem como base uma árvore, o pinheiro. Este fato permite perceber algumas interações entre o homem e a paisagem que atravessam o regionalismo em Santa Catarina. Sassi publicou em 1957, *Amigo Velho*,⁸⁰ um livro de sete contos, seis deles vinculado à paisagem serrana. A força motriz da narrativa dá-se através de um elemento da natureza, o pinheiro, que acompanha o protagonista (João Onofre) por toda a sua vida como um velho amigo. O corte do pinheiro por uma serraria faz com que João defina e morra. Por “capricho da sorte” terá fincado em sua cova uma cruz feita de um galho do próprio pinheiro. Mesmo tendo um fim trágico João é dotado de uma consciência de seu estado de miséria, o que não acontece com os demais personagens, nada lhe pertence, perdera seus filhos para o trabalho da serraria, não era o dono da terra nem dos pinheiros, nem sequer se pertencia já que não passava de um mandado, de um escravo. A consciência de João, porém, é um tanto imprecisa, seus problemas estavam relacionados à ação da serraria, mas também aos donos da terra. Alguém deveria estar lucrando com toda a exploração do pinho e de seu trabalho, entretanto, o entendimento deste processo nunca se cristaliza no decorrer da história.

Em certo sentido, o mesmo se repete em *São Miguel*⁸¹ publicado em 1962. Nele, balseiros do Rio Uruguai, dependentes economicamente da exploração de pinheiros, esperam a enchente para levar à Argentina a madeira cortada. Tudo gira em torno da expectativa pelas chuvas que possibilitaria aos habitantes de São Miguel a entrega de suas encomendas. Todavia, a mesma enchente, que seria bem vinda aos madeireiros traria a desgraça a outros alagando terras e devastando

⁸⁰ SASSI, Guido Wilmar. *Amigo Velho*. Florianópolis: Edições Sul, 1957.

⁸¹ SASSI, Guido Wilmar. *São Miguel*. São Paulo: Boa Leitura, 1962

plantações. Estas duas obras desenham um quadro de forte determinismo naturalista, conscientes ou inconscientes de sua condição social, parece não haver alternativa aos personagens a não ser a resignação ou a morte. Apesar disso, não faltam tentativas de universalizar e dar uma dimensão histórica à condição social dos protagonistas. Como em *Cerração* conto de *Amigo Velho*:

“Névoa densa, parecendo querer representar todo o suor do mundo. O suor das lutas vãs e inúteis, das esperanças perdidas, das ilusões roubadas. O suor explorado, vendido, humilhado. Suor prostituído nos seus anseios, maculado nos seus ideais; suor infecundo – para quem o verteu. O suor da humanidade toda, de gerações e gerações. O suor dos felás do Egito, dos parias da Índia, do cule chinês, do miserável universal. O suor dos cabras, dos peões, dos mandados, dos ‘braceros’, das ‘almas’ da velha Rússia. O suor da senzala, dos eitos das fábricas. Suor cor de sangue, suor cor de mágoa, suor cor de vergonha. O suor de todos os corpos que se esfalfaram na labuta de séculos.”⁸²

Esta busca pelo homem regional e a ênfase aos seus problemas sociais, está ligada diretamente ao fato de Sassi fazer parte do *Grupo Sul*. Considerado como o introdutor em Santa Catarina do modernismo a partir de 1947, o Grupo Sul abriu algumas portas estéticas para a produção cultural, procurando construir suas atividades em sintonia com o resto do país, o que, segundo seus colaboradores, possibilitaria o enquadramento da literatura catarinense no cenário maior da literatura brasileira. O descompasso da produção, devido ao fato do modernismo não ter ainda, naquele momento, “aportado por aqui”, teria gerado “uma frágil tradição literária com pouca contribuição à identidade cultural catarinense”. Longe de

⁸² SASSI, Guido Wilmar. Amigo Velho. Op. Cit., p.24

apresentar-se como uma tendência hegemônica, o Grupo Sul acaba polarizando com os seguidores da Sociedade Catarinense de Letras, hoje a Academia Catarinense de Letras, que persistiam na estética realista e, mesmo condenando o regionalismo - o que pode ser percebido na revista *Terra* - não deixavam de manifestá-lo na prática.⁸³

É o que vemos, por exemplo, em Tito Carvalho, um dos sócios-fundadores da Academia Catarinense de Letras. No mesmo espaço serrano de *Amigo Velho* e *São Miguel*, sua obra *Vida Salobra*⁸⁴ continua, como o próprio título indica, a servir-se da estética realista. Através de uma perspectiva paternalista na narração, sempre na terceira pessoa, o autor, fala e teoriza também sobre criaturas inconscientes ou impotentes que não tem acesso à voz. O homem tratado em sua obra é o trabalhador dos campos, de “características gaúchas”, possuidor de um vocabulário próprio que beira ao dialeto, que exige inclusive um glossário ao final do livro. O espaço deste homem é construído com descrições detalhadas de paisagens que transformam os personagens fazendo do meio físico elemento fundamental na composição literária. Mesmo o relacionamento proibido entre Dega, a filha do estancieiro, e Argelino, ex-agregado da fazenda, conduz-se nas adversidades e fortunas vindas da natureza. A febre aftosa desencadeia uma depressão econômica, que leva o estancieiro à pobreza, e o garimpo eleva Argelino às posses e aos braços de sua amada. Tudo ao gosto do romantismo brasileiro, o que fez surgirem algumas comparações com *O Garimpeiro* de Bernardo Guimarães⁸⁵. Em todos os momentos

⁸³ Sobre o Grupo Sul, ver PEREIRA, Valdézia. A poesia “modernista” catarinense nas décadas de 40 e 50. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998; ver também JUNKES, Lauro. Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul. Florianópolis: Ed. da UFSC / Lunardelli, 1982

⁸⁴ CARVALHO, Tito. Vida Salobra. Florianópolis: Acadêmica, 1963

⁸⁵ JUNKES, Lauro. O Mito e o Rito. Editora da UFSC. 1987. p.75

de desajustamento, surge o narrador onisciente elegendo a natureza como instrumento de punição para o explorador, e salvação para o explorado.

Em *Amigo Velho* e *São Miguel* tem-se o confronto entre o homem e o homem, ou melhor, o homem e as estruturas sociais, que por sua vez, manipulam a natureza em favor dos detentores de um poder econômico, revertendo-a em prejuízo e sofrimento para o mais fraco. Já em *Vida Salobra* o confronto continua se dando entre o homem e a natureza em um regionalismo de cores românticas.⁸⁶

Apesar disso, não se pode tomar as posturas do Grupo Sul e dos membros da Academia Catarinense de Letras como antitéticas. Fazer isso talvez seja assumir a imagem que cada movimento quis construir para si, em oposição ao outro, e embarcar nos regionalismos que fizeram emergir estes discursos. Embora se postem de modo diferente na construção do mesmo espaço, ambas ocorrem no mesmo campo discursivo, giram em torno dos mesmos temas e conceitos e, deste modo, colaboram para a tipificação do habitante daquele local, e também da delimitação de suas fronteiras espaciais. Segundo alguns analistas, tanto o regionalismo de Sassi, quanto o de Tito Carvalho acabam fundando o “homem-pinheiro”, a legítima personificação do “habitante do planalto e do oeste de Santa Catarina”. Se no Rio Grande do Sul existe a charqueada, em São Paulo o cafezal, no nordeste o engenho, Santa Catarina também teria o pinheiral, um referente ao qual a região poderiam buscar representação.⁸⁷

O “homem-pinheiro” se traduziria em um ser ligado visceralmente a terra, com raízes que não vingariam em outras paisagens. Mesmo diante do quadro de miséria,

⁸⁶ MACHADO, Janete Gaspar. A Literatura em Santa Catarina. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986. p.69

⁸⁷ HOHLFELDT, Antônio. A literatura catarinense em busca de identidade: o romance. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: FCC, Ed. da UFSC, 1994. p.59

abandono ou exploração, restaria apenas ao trabalhador do campo resignar-se à sua natureza, permanecer no seu local e aceitar o seu destino. A separação de seu meio poderia significar a degradação ou a morte nas “trilhas do fanatismo religioso”.

É o que narra a *Vida Salobra* na voz onisciente do autor:

Tornara-se o fadário de cada um(...) sem coragem de abandonar a lida e a sujeição, que lhes vinha de herança, como sífilis na massa do sangue. Se planejavam sair pelo mundo, apertava-lhes no coração a saudade da querência, antes mesmo de porem pé no estribo. E iam ficando... (...) Alguns se bateram para o Rio do Peixe, cavocando o chão da estrada de ferro, entre bugres, índios e bandidos. Outros de breve no peito, e que pregaram na salinha, com sabão nas quatro pontas o retrato do monge João Maria pegando-lhe devoção, lá andavam, engrossando o reduto dos fanáticos, de vez em quando desfeito a pólvora e chumbo, mas brotando sempre, que nem cancro mal extirpado. E nenhum deles voltou mais...⁸⁸

Presença freqüente também em *São Miguel*, o monge João Maria será transformado em um dos elementos centrais de um outro romance de Guido Wilmar Sassi: *Geração do Deserto*⁸⁹. Uma reelaboração ficcional da Guerra do Contestado onde o messianismo é apresentado de uma maneira politicamente distinta. Publicado em 1964, *Geração do Deserto* organiza-se temporalmente de maneira linear, em quatro partes, intituladas segundo os quatro locais em que os sertanejos fundaram e fixaram o seu movimento: Irani, Taquaruçu, Caragoatá e Santa Maria. No livro misturam-se figuras “historicamente verdadeiras”, que permite ao autor expor a sua interpretação sociológica do evento, e também, personagens

⁸⁸ CARVALHO, Tito. *Vida Salobra*. Op. Cit., p.74

⁸⁹ SASSI, Guido Wilmar. *Geração do Deserto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. O livro transformou-se em 1971, no filme *A Guerra dos Pelados*. Com roteiro de Oscar Milton Volpini e direção de Sílvio Back.

“totalmente ficcionais”, que servirão de denúncia à degradação humana universalizando, de certo modo, os habitantes da região.

As multinacionais aparecem como responsáveis pelas grandes crises econômicas e sociais, destruindo a estabilidade e o ritmo natural da evolução social, o que por sua vez, acaba gerando a revolta dos caboclos em uma luta pela exploração da madeira. No conflito social, onde aflora o messianismo em torno dos monges João Maria e José Maria, o espaço geográfico, o oeste de Santa Catarina, assume na narrativa não apenas a condição de habitat ao qual se ajustam os personagens individualmente, mas também, de pólo de convergência destes mesmos personagens, de elemento de união na luta contra as injustiças sociais. Entretanto, apesar de ter sido o foco gerador da crise, a natureza será apenas uma espectadora dos conflitos humanos, não interferindo no destino dos personagens como em *Vida Salobra e São Miguel*.

Geração do Deserto quer ser a visão dos vencidos, a versão dos marginalizados, transformados em sujeitos de uma história de opressores e oprimidos. Ao mesmo tempo pretende desmistificar os procedimentos messiânicos apresentando-os como o resultado da miséria social, e obstáculo à superação da mesma. *Geração do Deserto* faz parte da caracterização daquele espaço como um “território de revolta”. Um território que vai aos poucos sendo agenciado até transformar-se, já no início dos anos 80, através de uma ação político-institucional, como a região do “homem do contestado” representação pronta e acabada do “ser-catarinense”.⁹⁰

⁹⁰ Sobre “o homem do contestado” ver AMIN, Esperidião. O homem do contestado. In: Resposta à carta dos catarinenses. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina. 1987. p. 139

Entretanto, o que pretendemos ressaltar, por ora, é o messianismo como uma regularidade discursiva presente nesta literatura. O messianismo que surge sempre como experiência de fanatismo ou de alienação constituído de crenças ou mitos populares que devem ser “extirpados como cancro” ou dessacralizados para um melhor entendimento da situação social. O planalto e o oeste, assim como os outros espaços de Santa Catarina, são formados por *tropos* que se tornam repetitivos, e deste modo, vão impondo limites ao ver e falar, condições de luz e linguagem sobre a região. Mesmo que as estratégias dos discursos sejam politicamente diferenciadas e até antagônicas ideologicamente, elas lidarão com os mesmos elementos, apenas colocando-os em uma economia discursiva diferente.

* * *

Segundo alguns autores, a produção literária atribuída ao Vale do Itajaí e que incluiria o norte e nordeste de Santa Catarina, se formula através de manifestações da “alma catarinense de origem alemã”. Este tipo de comentário, que articula por um lado uma interioridade, e por outro uma afirmação de origem, pertence a um agenciamento discursivo que pode ser percebida na “literatura da região”, e que por sua vez, acaba trabalhando para a marcação de distancias em relação a outras regiões de Santa Catarina.

Diferentemente do planalto serrano, onde a essência dos personagens parece estar ligada fortemente ao exterior, à natureza, a literatura tida como do Vale do Itajaí, tenderá a ser atravessada por um “psicologismo”, caracterizando-se mais como um instrumento de expressão da interioridade de seus habitantes, uma interioridade determinada, principalmente, por “traços étnico-culturais”. Deste modo,

os conflitos são deflagrados não mais pelo desenraizamento do homem, mas principalmente, por situações de desequilíbrio interno forjado pelas diferenças culturais irremediáveis dos personagens. Esta característica, o “psicologismo”, acaba dando uma certa universalidade a esta literatura, fazendo com que a maioria das tramas possam ocorrer em qualquer local, bastando apenas que os personagens sejam culturalmente, e muitas vezes etnicamente, habilitados. Apesar disso, mesmo que a natureza não se apresente mais como um elemento vital, o meio ainda continua a influenciar as narrativas impondo peculiaridades que serão atribuídas aos personagens.

Algumas obras de Lausimar Laus permitem começar a visualizar estas afirmações. O seu primeiro livro, *Fel da Terra*, publicado em 1957, está estruturado em onze contos, onde a rigor apenas dois exigem uma certa ambientação regionalizada: “O Responso” e “Pé Espalhado”. De qualquer maneira é possível perceber em todos uma constante focalização do anormal, do desequilibrado, do insólito. Em *Obsessão*, por exemplo, a Sra. Guinard continua a cultivar a presença de uma filha abortada nove anos antes. Cândida em *A morte Traz a Vida* não consegue recuperar a sua saúde mental após saber que o seu grande amor morreu em companhia de outra mulher. Tem ainda Clarice, uma epilética no conto de mesmo nome, as fobias de Luisa em *Um Conto*, e assim por diante. O título do livro já parece ter esta significação indicando o que parece orientar a autora em suas obras: a busca interna do sentido da vida onde a “força do passado” ultrapassa a vontade individual e sobrepõe-se às decisões humanas. A vida em *O Fel da Terra* é visualizada através de um olhar para dentro, diferentemente da “vocação” exteriorizada em *Vida Salobra* de Tito Carvalho.

Já o *Tempo Permitido* permite algumas observações através, principalmente, de Celina, um de seus personagens. O Romance se passa na Europa de onde Celina remete os leitores, com suas lembranças, ao ambiente de colonização alemã em Santa Catarina, de onde é originária. Sua personalidade transparece através de recordações, de “mórbidas memórias” que reconstroem um passado para explicar os problemas do presente. A razão de tudo estaria no conflito entre seus pais representados por Natanael um lajeano, getulista fanático, machão, opositor permanente dos alemães; e Edla sua mãe, conservadora das tradições e costumes germânicos. O resumo da incompatibilidade teria sido Celina e seu “desenvolvimento psicológico anormal”. Apesar da história não se esgotar neste resumo simplificado, o que chama a atenção é a caracterização explícita de dois mundos irreconciliáveis e a posição a partir da qual a autora narra a história: do lado de cá as tradições, costumes e laboriosidade; do outro lado, o fanatismo partidário e o machismo de um “nativo brasileiro”, que é como Natanael é classificado.

Embates culturais deste tipo vão estar presentes também em *O Guarda-Roupa Alemão*⁹¹ publicado em 1975. O romance se desenvolve todo a partir de um guarda-roupa “companheiro” de gerações inteiras da família Ziegel e que, no momento da narrativa, encontra-se diante do último descendente, Homig Ziegel, incumbido de cumprir a derradeira vontade da bisavó Ethel: abrir uma gaveta da referida mobília para saber de um segredo ali guardado. O conjunto principal dos personagens é formado por um trio masculino, Klaus, Homig e Ralf e um feminino Ethel, Hilda e Sacramento. Novamente os personagens principais são femininos, com a trama se fundamentando na relação de Ethel e sua filha mais nova Hilda.

⁹¹ LAUS Lausimar. O Guarda-Roupa Alemão. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989

Ethel encarna o tipo germânico acabado, a disciplina, a ordem, a rigidez consigo e com os demais. Do outro, Hilda é assim descrita:

“[...] um diabo em trajes de gente. Já com 16 anos pegava cavalo bravo no mato, tirava a roupa toda, montava nua em pêlo e cavalgava a vontade. O falatório da vizinhança. Eram só aqueles enredos do preconceito: ‘Hilda era vagabunda endemoninhada’.”⁹²

Duas mulheres fortes cujo confronto só será resolvido com a morte de uma delas. Ethel suporta as atitudes da filha, mas ao sabê-la grávida de um negro decide assassiná-la. Este é o segredo, só revelado quando a gaveta finalmente se abre na última página do livro. Porém, a tragédia não se espalha por outras interracionalidades, algumas, apesar de resistências, são permitidas, como a de Klaus, um agrimensor formado naturalista e com diploma alemão, também filho de Ethel, e Sacramento uma índia Nhambiquara, retirada por ele de um convento aos 12 anos depois de ter sido iniciada à “cultura francesa”. Um exemplo de idealização romântica do Outro, que também pode ser percebido nas caracterizações do Vale do Itajaí, uma terra virgem e selvagem, mas promissora e amiga quando bem cultivada. Klaus e Sacramento, a boa selvagem,⁹³ são a própria metáfora da relação entre “cultura alemã” e natureza do Vale do Itajaí:

“Klaus sorria. Toda a ingenuidade do mundo estava em Sacramento. Todo o desconhecido do mundo. Toda a humildade do mundo também. E ele começou a contar-lhe. Como quem prepara a terra para a semente. Como quem fiscaliza cada palavra. Cada gesto. (...) ele a amava muito.

⁹² Idem, p.6

⁹³ É possível comparar a Sacramento com personagens índios do romantismo brasileiro, tais como *Y-Juca Pirama*, poema épico-dramático de Gonçalves Dias, ou o bem comportado Pery de *O Guarani* de José de Alencar, todos bem comportados segundo a concepção rousseauiana do “bom selvagem”.

Teriam filhos. Agora era como preparar a terra, plantar as sementes. Isso era difícil. Cansava muito. A espera era dura e longa. Mas e depois? Tudo crescendo em verde como a esperança. Depois as flores. Logo os frutos”.⁹⁴

Era “uma guerra de homem contra a natureza. Contra o vazio”.⁹⁵ Sacramento era a natureza, era o vazio que deveria ser preenchido para ter valor. A valorização da cultura germânica é também a valorização de seu espaço, visto e dito como o local do trabalho disciplinado, dedicado, o local da ordem e da limpeza, o local do esmero no cultivo dos jardins de flores. O espaço como uma construção humana, como uma ficção que dá organização e sentido à natureza, como resultado da afirmação de uma cultura.

Apesar das tramas paralelas, é o guarda-roupa que centraliza toda a narrativa, é a testemunha fiel, intemporal dos Ziegel. Um elemento de ligação, que faz com que o passado ressurja a todo o momento projetando toda a tradição dos antepassados. Um objeto quase que eterno, um território existencial, que comporta a experiência de gerações. Como pode ser percebido em um diálogo entre Homig e Ralf:

“Eu tinha que mergulhar no passado, de curtir o mundo de Kleid [o guarda-roupa] e todo este mistério mudo que ele encerra. Ele está repleto de todas as cenas e de todas as respirações, das lágrimas, dos risos, das chegadas e das despedidas. Da vida e da morte. Ele é como esta cidade: colônia, sofrimentos, fugas, realizações, documentos, tudo. Só o que ele não foi, tenho certeza, é cemitério. Ele foi a vida.

⁹⁴ LAUS, Lausimar. O Guarda-Roupa Alemão. Op. cit., p.12

⁹⁵ Idem, p.17

Parado, calado, mas repleto de grandes emoções. E ele vai longe, Ralf. Ele esta no cerne. Vai continuar”⁹⁶.

A utilização de um elemento centralizador para amarrar uma narrativa não é um artifício novo na literatura brasileira,⁹⁷ apesar disso, o guarda-roupa alemão de Homig guarda diferenças significativas ao pinheiro de José Onofre em *Amigo Velho*. Na literatura do planalto serrano, não há este passado para ser mergulhado. A alma humana se liga diretamente ao espaço social e natural que está a sua volta. Seus personagens são sempre “almas primitivas”, espontâneas, naturais, que se formam mais nos gestos e nas falas do que nos pensamentos.

Identidades e diferenças como estas continuam a ser afirmadas em *Verde Vale*⁹⁸ de Urda Klueger. Trata-se de uma idealização romântica da imigração alemã no Brasil, contada através da trajetória da família de Humberto Sonne. A região de Blumenau, que é onde a família se instala, se transforma na materialização de todas as virtudes germânicas. Assim, o espaço selvagem a princípio encontrado vai aos poucos sendo transformado pelo amor ao trabalho, pela bravura e persistência apesar das dificuldades naturais:

“Era com satisfação que empunhavam a enxada sob o sol quente; seus passos atrás do arado tinham uma cadência militar, a cadência dos passos de um soldado vitorioso: arrancar do solo as antigas raízes de uma árvore que fora forte e imponente fazia com que se sentissem mais fortes e imponentes do que ela. Trabalhar a terra, esta antiga e primeira atividade do homem, nunca deixou de ser alguma coisa de mágica e essa mágica dava aos colonos a capacidade de sentir

⁹⁶ Idem, p. 173 - 174

⁹⁷ Um exemplo semelhante pode ser percebido no romance *O Forte* de Adonias Filho. Ver JUNKES, Lauro. *As visões do narrador em O Forte de Adonias Filho e a trajetória de uma cosmovisão* – Dissertação de mestrado em literatura, UFSC, 1976.

⁹⁸ KLUEGER, Urda Alice. *Verde Vale*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

a exata dimensão do seu trabalho. Eles não lançavam sementes ao solo apenas para garantir a subsistência até a próxima estação – lançar sementes ao solo era construir o futuro”.⁹⁹

Com a domaço da natureza assegurada, devido às qualidades germânicas, os conflitos de *Verde Vale* se deslocam para as relações humanas. As diferenças são expostas em vários pares de personagens. Um dos primeiros episódios da narrativa é a paixão entre Reno, filho de Humberto e Eillen, e Elzira menina adotada pelo mesmo casal após ser salva de um afogamento. O relacionamento transgressor das regras familiares por ser a menina mestiça será parcialmente resolvido pela autora com a morte de Elzira quando dá a luz a um filho de Reno. As diferenças continuam se expondo na relação de Ernst Zumacher e Juana uma descendente de índios Guarani, e também através novamente de um lajeano, Thomé Dias da Rocha, que chega ao Vale chamando a atenção dos imigrantes alemães pelos maus tratos à esposa e inferioridade nas técnicas de trabalho. Uma representação semelhante dada a Natanael de *Tempo Permitido*. Assim, os espaços regionais catarinenses vão se elaborando não apenas sobre um discurso sobre eles mesmos, mas também a partir de um discurso sobre e do seu outro.

Fundamentado em registros históricos, segundo a autora, *Verde Vale* é o retrato acabado de um espaço sem conflitos, ou onde, ao menos, eles se dissolvem na harmonia que a “cultura alemã” impõe à região. O romance apresenta uma certa semelhança com *Um Rio Imita o Reno* de Vianna Moog o autor de *Uma interpretação da Literatura Brasileira*, onde é desenvolvida a tese dos arquipélagos culturais de Gilberto Freyre já citada. O ufanismo explícito de Urda Klueger e o

⁹⁹ Idem, p.75

sucesso editorial na sua região parece indicar que no lançamento de *Verde Vale*, final dos anos 70, a “ilha cultural” no Vale do Itajaí, “elemento de laboriosidade do arquipélago catarinense”, a “civilização-máquina” dita por Celestino Sachet e Nereu Corrêa, tinha bem marcado as suas distâncias e os seus suportes culturais específicos.¹⁰⁰

* * *

Os temas do mar e as comunidades a ele vinculadas foram também agenciados por uma produção literária que os tomou como manifestações reveladoras da essência e dos homens da região litorânea. Em seu principal trabalho, *Homens e Algas*¹⁰¹ publicado em 1957, Othon D’Eça constrói através de seus 42 contos um quadro de miséria dos que vivem à beira-mar. A sua obra se expressa dentro de uma estética realista, destacando apenas os aspectos do mar que interessam ao homem que vive em contato com ele, particularmente o pequeno pescador.

Para este pescador, o mar era tudo: “o mar era amigo”, era “sempre forte e sempre pronto para os pobres”, era aquele “que trouxera das ilhas distantes os seus avós; que alimentara a seu pai e o estava alimentando a ele; e continuaria a dar de comer aos seus filhos e aos seus netos, como uma seara milagrosa e

¹⁰⁰ Sobre Verde Vale e Urda Klueger ver JUNKES, Lauro. O mito e o rito. Op. Cit., p. 290-294. ver também KLUEGER, Urda. [entrevista concedida para o suplemento literário A ILHA]. Disponível em: <http://planeta.terra.com.br/arte/prosapoesiaecia/urdaentrevista.htm>. Acesso em 27 mar.2002

¹⁰¹ D’EÇA, Othon Gama. Homens e Algas. Florianópolis: 2ed. Governo do Estado de Santa Catarina/Conselho Estadual de Cultura, 1978

abençoada”.¹⁰² Porém, mais do que a configuração do ambiente é na caracterização dos personagens que se impõe o realismo do autor.

O principal traço definidor dos personagens é o conformismo. Seres pobres acostumados ao duro destino de trabalhar sem futuro. Submissos às forças naturais e sociais que os dominam. São pessoas “sofridas, miseráveis, esfomeados, verdadeiros joguetes do destino e da sociedade insensível”. A vida não tem comiseração com eles. Lutam sem esperança e “só resta a conformação com o que der e vier”.

Os personagens de *Homens e Algas* não são indivíduos, são tipos. Não tem condições de desenvolver traços pessoais e individualizadores, não tem interioridade. São apenas homens submissos dependentes do mar, que é generoso para alimentá-los, mas também pode ser traiçoeiro para entregá-los à morte.

Gama D’Eça parece instituir uma “cosmovisão” parecida com a de Tito Carvalho e Guido Wilmar Sassi. Constrói um “homem do litoral” semelhante, em sua relação com o meio, ao “homem pinheiro” do planalto serrano. Homens que se confundem com a natureza e não podem viver sem ela, homens que vivem fechados em seus espaços não conhecendo outro tipo de vida.

Embora tenha sido publicado apenas em 1957, *Homens e Algas* começou a ser escrito em 1928, sendo concluído perto da sua publicação. O seu autor foi um dos fundadores da Sociedade Catarinense de Letras, portanto, um dos membros da Geração da Academia. Por consequência, defendeu uma estética realista, resistente às “contaminações modernistas”, sejam vindas de outras partes do Brasil, a partir da Semana de 1922, ou mesmo das iniciativas do Grupo Sul, desde meados dos anos 40. A rivalidade entre Geração da Academia e Grupo Sul não pode ser reduzida a

¹⁰² Idem, p.32

questões puramente estéticas. Talvez esta seja até uma questão menor diante das várias disputas, todas políticas em última instância, que atravessaram o embate entre os dois grupos.¹⁰³ Difícil argumentar que o modernismo exista por si só, e tenha permanecido incólume por 20 anos até “adentrar em território catarinense” pelas mãos do Grupo Sul, e também, que este grupo tenha sido tomado, exatamente, pelas mesmas motivações dos que promoveram a *Semana de 22*. Na verdade, quando se olha estas sucessões estéticas sob o viés do regionalismo, é possível perceber mais continuidades do que rupturas. O Grupo Sul condenava o regionalismo naturalista e buscava, através de uma temática social, integrar o elemento regional a uma estética mais nacional. No entanto, política e estrategicamente, acabou deixando-se apanhar na “rede” das relações regionalistas. O próprio movimento quando visto unicamente através de seus romances, pode ser encarado, como uma reação regionalista ao academicismo. Podemos dizer que o Grupo Sul, de certa forma, contesta o naturalismo da academia, mas não deixa de cultivar um regionalismo que, se por um lado apresenta um homem mais universalizado, por outro, e talvez com mais intensidade em alguns casos, permanece tipificando-o e caracterizando o seu espaço.

As obras já citadas de Guido Wilmar Sassi poderiam exemplificar o que pretendemos afirmar. Do mesmo modo, o romance *Rede*¹⁰⁴ de Salim Miguel, um dos nomes mais importantes do Grupo Sul, parece corroborar em alguns aspectos estas afirmações. Ambientado também no espaço litorâneo, uma colônia de pescadores em Ganchos, os personagens de *Rede* mostram-se mais uma vez, submissos e fatalistas, no entanto, diferentemente de *Homens e Algas*, podem despertar à

¹⁰³ PEREIRA, Valdézia. A poesia “modernista” catarinense nas décadas de 40 e 50. Op. Cit., p.17-69

¹⁰⁴ MIGUEL, Salim. Rede. Florianópolis: Edições Sul. 1955

conscientização de sua miséria promovendo a mudança social a partir do esforço coletivo. O enredo trata da luta dos pescadores contra uma dupla crise: a do avanço da tecnologia que ameaça a pesca artesanal e a exploração dos patrões, que levam a maior parte do pescado. Os dois conflitos são solucionados. No primeiro caso, os pescadores destroem as redes de pesca dos “modernos barcos oriundos de Santos” e pertencentes a uma empresa estrangeira. No segundo caso, Leopoldo, o líder da comunidade, vai lentamente conscientizando os “homens submissos” de seus direitos, culminando, ao final do livro, em um movimento reivindicatório. Para estes homens, o destino poderia ser mudado.¹⁰⁵

Em *Rede* o litoral passa a ser elaborado a partir de uma estratégia que visava denunciar a miséria e as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, “resgatar” as práticas tradicionais locais. O litoral é construído como um território de conscientização e revolta. Um lugar onde a preocupação com a região se encontra com a preocupação com o povo. Lugar de um fragmento das lutas sociais em busca de uma “nova totalização”, de uma “nova universalidade”, que seria a “transformação revolucionária”. A miséria dos pescadores serve de ponto de partida para a construção de uma espacialidade futura, que substituísse as agruras do presente.¹⁰⁶

Na ação de *Rede* também são eleitas as tradições como elementos de luta contra o capitalismo e o dilaceramento de identidades que ele provocaria. Assim, procede um amplo registro dos hábitos, costumes e tradições do habitante local. Procedimento este que implica em uma seleção do que possa ser mais representativo daquele espaço. Seguem-se descrições às vezes detalhadas, do

¹⁰⁵ Ver SABINO, Lina Leal. Grupo Sul: o modernismo e Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1981. p.111-115

¹⁰⁶ Ver ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo: Cortez, 1999.p.183 - 207

trabalho das rendeiras, dos aspectos folclóricos de cantigas e quadrinhas, da festa de São Miguel, da reprodução e do dialeto das lavadeiras¹⁰⁷. Tudo parece mover-se pela necessidade de deixar registrado a cultura daquele povo, uma cultura fadada ao desaparecimento diante do avanço exterior da “modernização”, capitaneada pela sociedade burguesa.

A atitude de recorrer às tradições está de certo modo ligada a uma idéia de “cultura popular” que passa a existir no Brasil com o que podemos chamar de formação discursiva nacional-popular. Desde a década de 20, quando a nação tornou-se o centro das discussões intelectuais, o país passou a ser visto e dito através das manifestações populares de suas regiões, já que seria nelas que se encontraria a legítima expressão da nacionalidade que tanto se procurava. A transposição para a literatura acabou resultando em um regionalismo tradicionalista, sendo muitos dos seus artífices, membros da Academia Brasileira de Letras e articulados ao ideário estadonovista.

Com a redemocratização, em meados da década de 1940, o discurso do nacional-popular se transfere dos intelectuais que serviram ao Estado, para os setores da classe média ligados ao discurso das esquerdas. A partir de então, serão as instituições e movimentos da sociedade civil que deverão continuar o trabalho de produção cultural em torno da questão nacional e popular. Reelaborada por uma “visão revolucionária”.¹⁰⁸ A “cultura popular” torna-se sinônimo de cultura “não-

¹⁰⁷ Sobre o trabalho das rendeiras ver p.40; aspectos folclóricos de cantigas e quadrinhas p.95 e 230; festa de São Miguel p.202 e seguintes; dialeto das lavadeiras p. 255 e seguintes. In: MIGUEL, Salim. Rede. Florianópolis: Edições Sul. 1955

¹⁰⁸ Como instituições que se destacaram nesta “visão revolucionária” da cultura popular, podemos destacar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); os Movimentos de Cultura Popular (MCP) ligados à União Nacional de Estudantes (UNE); e o Partido Comunista.

alienada”, passando a ser um elemento essencial na defesa do espaço nacional contra a dissolução representada pelo capitalismo.¹⁰⁹

É este o sentido que parece atravessar a defesa da “cultura popular” em *Rede* de Salim Miguel. Uma cultura, que por “expressar os interesses do povo”, seria dotada de uma visão “revolucionária” em relação a este mesmo povo, e à sociedade nacional como um todo. Trata-se de olhar para a sociedade apenas invertendo o ponto de vista burguês, de vê-la de baixo para cima, o que implica, de certo modo, um paradoxo que propõe ao mesmo tempo a “transformação social” e o “resgate das tradições”.

Se a busca das tradições, do homem do litoral, de *Rede* pode ser pensada através de uma “visão revolucionária” da discursividade nacional popular, o mesmo não se aplica a alguns outros romances. *Rocamaranha*¹¹⁰ de Almiro Caldeira novela publicada em 1961 fará parte de um outro tipo de abordagem, que procurará transformar o homem do litoral em açoriano, visto como o legítimo portador das raízes brasileiras em Santa Catarina. *Rocamaranha* procura recriar a vinda no século XVIII de um grupo de açorianos para o Brasil, onde a dramaticidade da viagem se mistura a um relacionamento amoroso recheado de encontros e desencontros. No enredo Nanda e Duda, um jovem casal de namorados que vive nos Açores, será separado com a vinda da família da menina para a Ilha do Desterro em 1748. Duda, no entanto, consegue convencer os seus pais a fazer o mesmo. A viagem é dramática, morre a mãe de Duda na travessia, enquanto surge uma nova paixão, Mariana que lhe fará quebrar a palavra empenhada junto à antiga namorada. Chegando ao Desterro, Duda encontrará Nanda delirando em febre pela separação.

¹⁰⁹ Ver ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo: Cortez, 1999.p.189

¹¹⁰ CALDEIRA, Almiro. Rocamaranha. Porto Alegre: Editora Globo. 1961

A febre passa, Nanda perdoa a traição, ambos se casam, o governo doa “um quarto de légua em quadra” e ferramentas ao jovem casal que, pelo que pode ser deduzido, vive feliz para sempre. Apesar da simplicidade, uma novela com vários “elementos clássicos” do romantismo: sentimentalismo, centralização dos enredos em torno de uma relação idealizada e, principalmente, um fundo histórico.

Uma das características marcantes do romantismo sempre foi a sua estreita relação com a demarcação de territórios. No caso brasileiro, a coincidência do surgimento da chamada escola romântica e a independência política reforça esta relação. A escrita da história para dar os reais contornos da nação já havia sido o objetivo primeiro da fundação, em 1838 do Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB). Neste mesmo período, é possível perceber o desejo de que isto se produzisse ao mesmo tempo através da literatura, entendida fundamentalmente como formadora de um “vínculo territorial”.¹¹¹ Juntamente com o ideal positivista, que iria assumir importância fundamental no ambiente cultural de fins do século XIX e das primeiras décadas da República pode-se afirmar que “o caráter fundamental de uma época tornava-se mais facilmente acessível por meio de suas obras literárias”.¹¹² Nesse momento caberia à ciência analisar a realidade, enquanto a arte deveria embelezá-la.¹¹³

Nesse projeto de análise e embelezamento, história e literatura vão continuar se aliando, em diferentes momentos e de formas variadas, na produção de territórios e identidades. É em um destes momentos, que podemos inserir a novela

¹¹¹ VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.71

¹¹² LEPENIES, Wolf. As Três Culturas. São Paulo: Edusp. 1996 p.43

¹¹³ SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. In: Estudos Históricos vol. 14, nº 26. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 253-264

Rocamaranha. A obra de Almiro Caldeira fará parte de um esforço conjunto que trabalhará na promoção de “raízes açorianas” aos habitantes do litoral. De um lado, historiadores e pesquisadores ligados em sua maioria ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e a Comissão Catarinense de Folclore (CCF), procurarão dar conteúdo histórico-científico à açorianidade. De outro, operando através de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata, estará a literatura reafirmando elementos históricos e ocupando os espaços que não puderam ser preenchidas pelas “fontes” e pelos “fatos”.

Na sua simplicidade *Rocamaranha* procurará também nas tradições a afirmação cultural do pleito açoriano. Porém, diferentemente de *Rede*, onde a ameaça era o capitalismo desagregador, agora o perigo morava ao lado, no Vale do Itajaí. O desenvolvimento econômico desta região, caracterizada como de ascendência germânica, contrastava em relação ao litoral, colocando em cheque as hierarquias políticas e culturais em que estavam organizadas as elites catarinenses. É a partir deste desequilíbrio que o açoriano é chamado à existência, e o Vale do Itajaí passa a ser o espaço-obstáculo, o espaço-outro contra o qual se pensa o litoral de Santa Catarina.¹¹⁴

O litoral açoriano nasce do reconhecimento de uma ameaça, é fruto de um fechamento discursivo de um espaço sob risco na rede de poderes instituída. Nasce ao aceitar o convite a uma identidade que para existir terá que recortar o passado e construir tradições folclorizadas, fixas, estáveis e portanto repetíveis para a sua própria afirmação. Assim, como parte integrante deste processo, *Rocamaranha* vai trazer entremeio ao triângulo amoroso de Duda, Nanda e Mariana, relatos de

¹¹⁴ Sobre a “invenção da açorianidade” ver FLORES, Bernardete Ramos. *A farra do boi, palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da Ufsc. 1997. p.113-134

hábitos, crendices, cantigas, ditados, enfim, uma “bagagem cultural” identificadora da açorianidade, e também vinda d’além mar como os imigrantes do Vale do Itajaí.¹¹⁵

* * *

As três obras “litorâneas” mencionadas, *Homens e Algas*, *Rede* e *Rocamaranha* são consideradas neste trabalho narrativas regionalizadoras, que ao olhar para o passado trabalham com o resgate, com o registro, promovendo a caracterização do litoral e de seu habitante. Mesmo sendo publicadas em um período de apenas seis anos, elas apresentam algumas diferenças que são pertinentes ao que pretendemos afirmar. Uma primeira distinção pode ser feita em relação a *Homens e Algas*, que diferente das outras duas – e talvez por ter começado a ser escrita em 1928 - expressa um regionalismo quase atemporal, onde a descrição determinante do meio e de seu habitante parecem preponderar. O próprio Gama D’Eça assim comentava a sua obra:

Eu apenas vi, por essas praias batidas de ventos e de neblina, os agudos aspectos que constituem, com inexorável determinismo, o todos-os-dias de um povo triste e sem esperanças.¹¹⁶

Em *Homens e Algas* o discurso é naturalista, há poucas significações sociais ou culturais. O mesmo não ocorre em *Rede* e *Rocamaranha*. Nestes dois romances, o litoral é recortado mediante o resgate e sistematização da cultura popular,

¹¹⁵ Sobre processos de identificação ver BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998. p.75-77

¹¹⁶ D’EÇA, Othon Gama. Homens e Algas. Op. Cit., p. 15-16

mediante uma discursividade culturalista, que se justapõe ao naturalismo, na procura de sempre dar conta de um presente em suspensão.

Entretanto, quando comparamos *Rede* a *Rocamaranha*, as diferenças que se estabelecem são de outra ordem. Enquanto em *Rede* o litoral apresenta-se como o espaço da revolta, da utopia, sendo o resgate da “cultura popular” o resgate de um elemento transformador; em *Rocamaranha*, por outro lado, este mesmo litoral será o espaço da saudade, do discurso tradicionalista, da experiência folclórica de dimensão étnica, da produção artesanal, das raízes como elemento estabilizador.

Transformador e estabilizador. As diferenças entre *Rede* (1955) e *Rocamaranha* (1961) expressam, em grande medida, as mudanças na “cena literária catarinense” ocorridas entre as duas publicações. O *Grupo Sul*, tido como “movimento introdutor do modernismo em Santa Catarina”, contestador do tradicionalismo da “geração da Academia”, havia encerrado as suas atividades em 1957. No mesmo ano, o seu espaço foi ocupado pelo *Grupo Litoral*¹¹⁷, um grupo de poetas e escritores que procurava abster-se de criticar o passado ou gerar qualquer tipo de polêmica. O *Grupo Litoral* emerge alinhando-se esteticamente à *Geração de*

¹¹⁷ O *Grupo Litoral* surgiu a partir de um manifesto lançado em 01 / set / 1957, entre os seus membros destacavam-se Paschoal Apóstolo Pítsica, Carlos Ronald Schmidt, Iaponan Soares, Pedro Garcia, Rodrigo de Haro, Osmar Pisani, Péricles Prade e Manoelito de Ornellas. O grupo lançou em 1958 ‘Litoral – Revista de Arte e Letras’ para a publicação de suas idéias. A revista teve seis números, o último datado de setembro de 1960. Após o seu fim, o grupo organizou a Editora Roteiro para a publicação de alguns de seus livros. O grupo e a editora se dissolveram em 1965.

- Sobre o ‘Grupo Litoral’ ver MACHADO, Janete Gaspar. A literatura em Santa Catarina. Op. Cit., p. 34-35; ver SACHET, Celestino. A literatura de Santa Catarina. Op. Cit., p. 125-135; ver também PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Da série Grandes entrevistas – [entrevista do jornal A Notícia com o presidente da Academia Catarinense de Letras Paschoal Apóstolo]. Disponível em < <http://www.an.com.br/grande/pitsica/index.htm> > Acesso em 17 mar. 2002.

45¹¹⁸, voltando-se assim, para um neo-parnasianismo mais preocupado com o apuro formal do que com as rupturas estéticas tanto defendidas pelo *Grupo Sul*.

Litoral mostra as nossas idéias modernistas. Não é o modernismo que costumamos ver e condenar. É algo suave, imitando o classicismo em sua magnitude (...) um mundo novo, onde os jovens derrotam a incredulidade, firmando-se no ânimo literário de nosso povo.¹¹⁹

Uma revista de moços de Santa Catarina, mas que não desdenha os valores representativos de outras gerações (...) Litoral não tem intenções agressivas, nem intuítos demolidores ou hostis, (...) não precisa o Litoral insular-se num exclusivismo egoísta e inútil, repelindo o passado, recusando a colaboração de autores de outras gerações que não a nossa.¹²⁰

Apesar de não pertencer ao *Grupo Litoral*, Almiro Caldeira pode ser considerado um colaborador indireto que compartilhava confessadas influências de autores da *Geração de 45* como Érico Veríssimo. Tanto no posicionamento dos “novíssimos” - como também eram chamados os participantes do *Grupo Litoral* - quanto no do autor de *Rocamaranha* pode-se perceber claramente a busca do equilíbrio e a conciliação em relação ao passado. Quando a imortalidade provou-se

¹¹⁸ O termo *Geração de 45* abriga poetas e escritores que procuravam revalorizar os cuidados métricos e o rigor lingüístico contrapondo-se às ainda fortes influências da literatura modernista de 22. Com isso, de certo modo, afastavam-se do caráter libertador da primeira fase modernista, que valorizava a temática cotidiana, os versos livres e brancos, a aproximação entre prosa e poesia. Na *Geração de 45* podemos destacar Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Ledo Ivo, Guimarães Rosa, Érico Veríssimo, João Cabral de Melo Neto, entre vários outros.

¹¹⁹ PÍTSICA, Nicolau Apóstolo. Nicolau Apóstolo fala de Litoral. Suplemento dominical do jornal O Estado, 03 ago. 1958

¹²⁰ LITORAL – Revista de Artes e Letras. Nº 4, jan. 1960, p.2

apenas retórica à geração de Gama D'Eça, coube a eles “naturalmente” as cadeiras da Academia Catarinense de Letras.¹²¹

* * *

Enfim, pode-se dizer que, durante toda a primeira metade do século XX, a produção literária em Santa Catarina, manteve-se no projeto de fazer uma literatura fiel à descrição do meio. Um meio cada vez mais diferenciado, e cada vez menos natural com o avanço das relações burguesas e das novas sociabilidades urbanas. A considerada experiência modernista, levada à frente pelo Grupo Sul, tornou-se apenas um hiato que não chegando a abalar esta característica.

Até a década de 1950, Santa Catarina parece ser apenas uma coleção de paisagens sem síntese ou estrutura imagético-discursiva. É possível visualizar a partir deste período, o surgimento de uma literatura tradicionalista onde todos os signos referentes ao meio e aos tipos regionais serão arquivados e rearrumados em uma tentativa de criar uma imagem e um texto “catarinense”. Trata-se da busca por uma significação para o material regionalista “disperso” por intermédio de um novo olhar. Um olhar mais sócio-cultural, que na sua afirmação, organizava espacialmente Santa Catarina criando uma imagem de diversidades regionais bem definidas, com histórias diferentes, colonizações diferentes, com homens típicos e suas respectivas tradições.

Estes “elementos regionais dispersos” serão retrabalhados, ora para destruir suas diferenças, ora para ressaltá-las, entra-se em empatia com o dado regional

¹²¹ Sobre as influências recebidas por Almiro Caldeira na literatura ver CARDOZO, Flavio José (Coord.). Almiro Caldeira: estudo bibliográfico. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1993, p. 3-13

para diluí-lo ou integrá-lo a um discurso, a um texto ou a uma imagem que os resgatasse como signos livres e soltos de suas antigas espacialidades, dos antigos territórios aos quais talvez pudessem pertencer. Da sua aleatoriedade, mar, pinheiros, máquinas, labor, passam a ser signos caracterizadores das regiões e tipificadores dos seus respectivos habitantes. Se o problema era fundar uma imagem e um texto original para Santa Catarina e se o que se oferecia era uma multiplicidade de contrastes, ordenou-se uma forma de ver e dizer que passou a produzir códigos fixos de leitura, feixes de olhares propícios para a demarcação de contornos.

Estes signos ganharam operacionalidade nos romances regionalistas através do estabelecimento de dicotomias como litoral e interior, cultura civilizada e cultura primitiva, labor e indolência, brasilidade e germanidade, e assim por diante. É apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta que os significados culturais das regiões irão se constituir. Não existe oposição entre elas já que uma depende da outra. As unidades culturais proclamadas são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão, portanto, são o produto da marcação da diferença e da exclusão.

Cada um ocupa o seu espaço natural, fixo, e portanto, a-histórico. Trata-se de um discurso que procura no passado, o apoio necessário para a organização do próprio presente, um presente sob risco, que parece escapar ao controle. Busca-se arrumar as lembranças como forma de organizar as próprias vidas. Inventam-se tradições e ao inventá-las, tenta-se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior.¹²²

¹²² Sobre a noção de tradição, ver HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A Invenção das tradições. Op.Cit.

O resultado é a formação de uma visão espacializada de uma “cultura catarinense”, onde o presente aparece reconciliado harmonicamente com o passado. Uma discursividade presidida por uma estratégia política: a defesa da conciliação bem ao gosto de Gilberto Freyre¹²³. Uma dizibilidade e visibilidade que busca dissolver as contradições sociais e culturais, explicitando-as, levando-as em conta inicialmente, para depois, operar sobre elas o apagamento harmonizador.¹²⁴

Nesta literatura, as regiões tornam-se visíveis e dizíveis através de um fundo histórico feito de estereótipos imagéticos e enunciativos. Nesta medida não há espaço para uma “história efetiva” e seu caráter disruptivo, em seu caráter destruidor. Este discurso literário tradicionalista toma a história como o lugar da produção da memória, como o discurso do reconhecimento. Ele faz dela um meio de os sujeitos do presente se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem uma região já presente no passado, que precisa tão somente ser anunciada. Ele faz da história um processo de afirmação de uma identidade, da afirmação de uma tradição reveladora de uma verdade desde sempre encoberta. Trata-se de amarrar a história a esquemas espaciais e a um passado cristalizado, que a transformam em um jogo de cartas marcadas. O romance histórico regionalista propõe uma história totalmente previsível para que a realidade seja plenamente controlável, uma visão que não passa de uma vontade de poder, de uma vontade de verdade, e que muitas vezes é confundida com objetividade histórica.¹²⁵

¹²³ Sobre o aspecto conciliatório do pesamento de Gilberto Freyre, ver MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Editora Ática, 1994. pp.53-74

¹²⁴ Sobre a relação entre o dizível e o visível, entre poder, dizibilidade e visibilidade, entre objeto e discurso, ver DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense. 1986. p. 57 a 78

¹²⁵ Sobre a “história efetiva”, ver FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 1979. p. 26-37

CAPÍTULO III

Integrar é governar distâncias

As “regiões catarinenses”, que afirmamos terem sido desenhadas no início por uma discursividade naturalista, e que receberam ao longo dos anos, uma camada discursiva cultural de “elementos populares,” estarão sujeitas, notadamente a partir dos anos 60, à técnicas de gestão governamental que terá como principal fundamento o “planejamento econômico e administrativo”¹²⁶. Este procedimento em Santa Catarina acabará colaborando para dimensionamento da cultura como um campo autônomo, passível de ser explorado economicamente, e estratégico na caracterização de espaços regionais.

Quando analisado como um “instrumento do poder”, o planejamento pode ser inserido nas práticas desenvolvimentistas em curso no país a partir da década de 1950. A idéia do desenvolvimento – que pode ser considerada uma versão renovada da idéia de progresso - procurava afirmar-se, principalmente, através do discurso da modernização, um discurso sempre presente nas ações que se diziam buscar, através da inovação, da mudança, a transformação do Brasil em uma nação, mas que, na maioria das vezes, significavam práticas orientadas pela

¹²⁶ *Planejamento econômico e administrativo* refere-se neste trabalho aos planos de governo que passaram a orientar as ações do governo do estado de Santa Catarina, notadamente a partir do início da década de 1960. Embora alguns autores destaquem o início do planejamento no estado a partir do POE (Plano de Obras e equipamentos) do governo de Irineu Bornhausen, na segunda metade os anos 50, parece claro que um planejamento baseado em dados estatísticos e na previsibilidade de suas ações, só começou a ser executado a partir do Plano de Metas do Governo - PLAMEG I do governo Celso Ramos, ao qual seguiu-se o PLAMEG II de Ivo Silveira, e mais tarde o Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD de Colombo Machado Salles.

disciplina, controle e reafirmação de valores tradicionais. Modernizar passou a ser, naquele momento, abraçar a racionalidade administrativa e estendê-la a todas as atividades produtivas da sociedade, passou a ser admitir mudanças, porém, apenas dentro da “previsibilidade e segurança” do planejamento.¹²⁷

Para afirmar-se como novidade, a “modernização desenvolvimentista” procurava diferenciar-se de outros momentos - como no Estado Novo – em que práticas semelhantes foram utilizadas. O desenvolvimento e a modernização eram agora concebidos como um avanço objetivo, isto é, como um algo quantificável nos índices econômicos, e que teria como conseqüência natural à democracia política. Natural porque o aumento da produção aumentaria o consumo, que redistribuiria os bens e prepararia o terreno para a democracia. Nesta lógica, a democracia seria quase que um subproduto da modernização, e um diferencial em relação ao período anterior, visto como totalitário. O Estado continuava sendo o grande gestor, porém procurava-se pensá-lo não mais como uma encarnação personalista, totalitária, que buscava a qualquer preço a homogeneização, o apagamento das diferenças, na afirmação de sua unidade. Agora, ele procurava mostrar-se aos olhos de todos, como uma instância técnica, neutra executora dos imperativos do desenvolvimento. Neste sentido, a integração, como um destes imperativos, deveria traduzir-se em harmonização das partes, em uma aparente ordenação democrática de elementos distintos, organizados e polarizados em torno de um “centro significador”.¹²⁸

¹²⁷ Sobre a difusão das técnicas de planejamento em todas as esferas governamentais, inclusive a cultural ver KOWARICK, Lucio. Estratégias do planejamento social no Brasil. Cadernos do CEBRAP no 2, 1976

- Para evitar eventuais confusões, o termo ‘modernidade’ é mencionado neste trabalho como sendo um pensamento que abrangeria a ‘modernização’ (referindo-se à economia, política e tecnologia) e o ‘modernismo’ (que se refere à arte e cultura), termos distintos, porém, diretamente relacionados entre si.

¹²⁸A necessidade da integração nacional, após a Segunda Guerra Mundial, foi alimentada pela ideologia da Segurança Nacional forjada principalmente na Escola Superior de Guerra,

Entende-se que a modernização da sociedade catarinense ocorrerá se: [...] realizar a integração estadual, pela seleção e fortalecimento de um pólo urbano dinâmico, aceito pela coletividade e por ela valorizado.¹²⁹

Entretanto, é possível alargar o horizonte desta reflexão, e colocar o planejamento para além de um instrumento resultante do aprimoramento de “idéias desenvolvimentistas”. Para percebê-lo de uma forma mais concreta, talvez seja necessário não tratá-lo apenas como uma técnica de gestão, mas também, e acima de tudo, como uma tecnologia de poder; não como instrumento ao qual o poder lança mão, mas sim como mais uma manifestação do próprio poder, que estaria em toda a parte, e não apenas localizado na figura do Estado ou de seus gestores.

Parece claro que o “planejamento estadual catarinense”, articulado sobretudo a partir do “Seminário Sócio-Econômico”¹³⁰, traz consigo um fortalecimento da noção de “população”, colocando-a mais do que nunca, como um problema ao mesmo tempo científico e político. Os diagnósticos e ações propostos então, passaram a levar mais em consideração os fenômenos coletivos, assegurando sobre as pessoas não apenas uma disciplina, mas também uma regulamentação que promovesse um

que seguindo as premissas do National War College dos Estados Unidos da América, pregava uma cultura funcional como cimento de solidariedade orgânica da nação. “No Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado. A única condição é que este poder seja submisso ao Poder Nacional, com vistas à Segurança Nacional”, ou seja, a única condição é que exista um ‘centro significador’, também denominado ‘pólo indutor’ em textos relacionados à ‘integração catarinense’. ver COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 239. Ver também, Manual Básico da Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos MB-75, ESG. 1975

Sobre o estímulo às diferenças regionais coordenando-as em torno de um centro significador, ver ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 79-89

¹²⁹ PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO. Mensagem à Assembléia Legislativa.– IOESC, 1971. p.14

¹³⁰ Realizado em 1959/60, o ‘Seminário Sócio-Econômico’, percorreu algumas cidades do estado levantando dados que serviriam de base para o PLAMEG I do governo Celso Ramos (1961 / 64)

equilíbrio entre as diferenças, uma homeóstase. Tornou-se mais significativo, a partir daquele momento, os dados demográficos, as estimativas estatísticas, enfim, todos os tipos de índices que ajudassem a “rastrear os problemas catarinenses” e, ao mesmo tempo, propor mecanismos regulamentadores que promovessem e fixassem uma estabilidade interna.

De qualquer maneira estas duas perspectivas de análise do planejamento – seja como técnica de gestão ou tecnologia de poder - apontam para uma direção semelhante: a busca da harmonização das diferenças, de um equilíbrio interno, o que na prática quase sempre significava tornar tudo definível, previsível e controlável.

O que cabe ressaltar neste momento, é que estas práticas reguladoras passaram também a incidir sobre a cultura, tomada a partir daquele momento como uma esfera autônoma, e portanto, cortada de todas as relações de forças por ela engendradas. Do mesmo modo que outras áreas econômicas, a cultura tenderá a ser funcionalizada e agenciada produtivamente por um discurso que a verá como um elemento estratégico de apoio à integração.

“... cabe ao administrador olhar o problema cultural dentro do seu verdadeiro sentido: o governo deve utilizar os elementos culturais que formam a estrutura do próprio povo, como elementos promocionais que sirvam de meio de conscientização de uma nacionalidade, a fim de que, ante o conhecimento dos seus problemas, o homem tenha participação no processo geral de desenvolvimento.”¹³¹

¹³¹ CORRÊA. Carlos Humberto. A problemática da difusão e do planejamento cultural em Santa Catarina. In: Povo e tradição em Santa Catarina. Florianópolis: Edeme, 1971. p.112

A cultura não é diversão, mas é principalmente meio de educação e representação, próprios de um povo feliz e unido para o desenvolvimento.¹³²

Discursos como estes ganharam mais afirmação a partir dos governos militares pós-64, que desde o início colocavam como prioridade à elaboração de uma “política cultural” para o país. O Estado passou assim a instituir práticas de controle na “esfera cultural”, extinguindo atividades consideradas subversivas e implementando um aparato burocrático de promoção da “cultura como agente de integração nacional”. Caberá assim ao Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão criado em 1966, o papel de principal gestor da “cultura nacional”, coordenando em conjunto com os Conselhos Estaduais as atividades culturais do país.

Portanto, a integração do espaço nacional colocava-se como uma prioridade do Estado, e as “ações culturais” em busca deste objetivo, não se restringiam apenas à repressão, elas procuravam sistematizar e fomentar uma produção cultural que, por um lado, lhes garantisse o controle nesta área, e por outro, servisse de “instrumento de integração”. É neste sentido que também procurará agir o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC) que passa a se reunir no início de 1968¹³³. Formado por dez conselheiros, na sua maioria recrutados entre os “tradicionais membros do IHGSC e ACL”, o Conselho Estadual terá tarefas semelhantes e complementares ao seu similar nacional, ou seja, a elaboração de pareceres quanto a investimentos no setor e a confecção de um Plano Estadual de

¹³² Ibidem, p. 118

¹³³ O Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina tomou posse em 17 de abril de 1968 com o objetivo de orientar a aplicação das verbas do PLAMEG II no setor cultural e ao mesmo tempo elaborar um Plano Estadual de Cultura. Os seus primeiros conselheiros foram: Almiro Caldeira Andrade, Armando Kalil Bulos, Artur Pereira de Oliveira, Celestino Sachet (presidente), Gustavo Neves, Pe. João Rohr, Marcílio Moreira Filho, Martinho de Haro, Nereu Correa e Ricardo Hoffman. Ver Conselho Estadual de Cultura. Primeiro Livro de Atas 1968/1972.

Cultura. Entretanto, é preciso ressaltar, que as ações governamentais no setor cultural, sejam elas federais ou estaduais, não objetivavam apenas questões de segurança nacional, elas estavam inseridas dentro de um processo mais amplo relacionado ao desenvolvimento econômico brasileiro. Vários fatores, entre eles a concentração da população em centros urbanos, o crescimento da classe média, ou mesmo o estabelecimento no país de redes de comunicação, colaboraram para a criação de um mercado de bens culturais, que também exercerá sua influência na política estatal para o setor, no caso de Santa Catarina, fomentando uma indústria turística com crescente participação nos índices econômicos.

* * *

O reordenamento político institucional no final dos anos 60 - que resultou na indicação pelo Governo Federal de Colombo Machado Salles ao posto de governador - irá também produzir algumas práticas envolvendo cultura, região e política partidária.

Sob os auspícios cada vez maiores de associados à Escola Superior de Guerra, o novo governador irá levar as técnicas de planejamento a um paroxismo, que verá também nas “oligarquias catarinenses” um obstáculo a ser transposto no caminho para a integração. Para superá-las, de acordo com os novos ventos, era necessário redesenhar o mapa catarinense, e deste modo, “despolarizando as forças políticas dominantes no estado”. Assim, como estratégia política e

administrativa, de quatro ou cinco regiões de planos anteriores, o território catarinense será repartido em doze micro-regiões.¹³⁴

A proposta de Colombo Salles se inspirava no programa do presidente Médici. Traduziu-se para o estado, como linha de comportamento o que era idealizado pelo presidente. Colombo Salles imaginara uma descentralização do poder e realmente realizou a institucionalização das micro-regiões. Ele desejava realizar a política em uma nova realidade geográfica. Deu peso político às micro-regiões, para gerar energias políticas novas.¹³⁵

Uma verdade deve ser dita: os grandes responsáveis pelo atraso em todos os campos, mormente o que se refere à cultura, são as OLIGARQUIAS. Este é o antagonismo mais significativo.¹³⁶

A iniciativa de transformar as quatro ou cinco regiões em doze, além de se enquadrar à segurança e ao desenvolvimento, “palavras-chave” de então, respondia, em parte, à várias disputas internas, entre elas, a de dois grupos ligados desde o início dos anos 60 ao governo do estado: os “paraguaios”, como eram chamados os

¹³⁴ Sobre as ‘oligarquias catarinenses’ como obstáculo ao desenvolvimento ver PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO – Obstáculos ao desenvolvimento catarinense, 1971. p. 20; ver também PEREIRA, Moacir (org.) Ivo Silveira: um depoimento. Florianópolis: Insular, 1998. p.78, 126 – 134.

- O Plameg I e II estabeleciam a princípio cinco regiões que reproduziam em grande parte os recortes étnico-culturais já tradicionais no estado. Eram elas: região norte, região da faixa litorânea, região do vale do Itajaí, região do planalto serrano e região do oeste, ver Seminário sócio-econômico – documento básico: planejamento regional. Separata do jornal O Estado, 04 dez. 1960. p. 9; já o PCD passa a dividir Santa Catarina em doze micro-regiões: micro-região da grande Florianópolis, médio vale do Itajaí, alto vale do Itajaí, planalto norte catarinense, alto do rio do Peixe, meio oeste catarinense, oeste de Santa Catarina, região serrana, região de Laguna, região sul, e Fidesc ou região de Joinville, ver PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO. Op. Cit., p. 23,24

- Sobre o planejamento regional a partir das associações de municípios ver também SIEBERT, Cláudia (org) Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões tendências e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2001. p. 189 - 211

¹³⁵ ABREU. Alcides. Entrevista concedida a Moacir Pereira. Jornal O Estado. 30 set 1982. p.30

¹³⁶ PRADE, Péricles. Síntese da problemática cultural catarinense. Florianópolis, 1970. p. 21, 22 – texto produzido no ‘Ciclo Sobre Segurança e desenvolvimento’, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

políticos do PSD, e os “jovens da sorbonne”¹³⁷ que eram os “técnicos administrativos”, em sua maioria com passagem pela ESG, Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ou Federação das Industrias de Santa Catarina (FIESC). A ascensão deste último grupo junto a Colombo Salles, por certo não determinou o “fim das oligarquias”, mas produziu através de intelectuais ligados aos “governos” da época um discurso técnico, funcionalista, e ao mesmo tempo tradicional acerca da “cultura catarinense”, um discurso que aparece marcante na primeira metade dos anos 70, e que pode ser percebido ainda hoje na maioria dos órgãos que “cuidam da cultura”.¹³⁸

[devemos] proporcionar à CULTURA o lugar de destaque que merece, no âmbito da administração, (...) situar a cultura como MERCADORIA de consumo imediato e mediato, criando ao seu respeito uma idéia-ação de natureza empresarial (...) criar ORGÃOS com o objetivo de preservar o nosso folclore, costumes, tradições, patrimônio histórico e artístico em todas as micro-regiões, tendo sempre presente à idéia de que o importante é a caracterização de uma CULTURA CATARINENSE¹³⁹ [destaques do autor]

Discursos como este foram produzidos pelos “Ciclos Sobre Segurança e Desenvolvimento” promovidos pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), que havia encontrado, em meados de 1970, o ambiente

¹³⁷ “jovens da sorbonne” eram chamados por exemplo: Alcides Abreu, Fernando Marcondes de Mattos, Wilmar Dallanhol, João Maria de Oliveira, Plínio de Nes entre outros. Ver, Jornal O Estado, 29 set. 1982. p.24, c1

¹³⁸ ver, GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. Cultura: um conceito reacionário? In: Micropolítica: cartografias do desejo. 5ª ed. Petrópolis: Editora vozes. 1999. p.15-24

¹³⁹ PRADE, Péricles. Síntese da problemática cultural catarinense. Op. Cit., p. 11, 12, 26

propício para a instalação de uma delegacia em Santa Catarina. O seu objetivo, como não poderia deixar de ser, era a difusão das “doutrinas esguianas”.¹⁴⁰

Portanto, nesta “geometria de linhas claras” – que era como o governo Colombo Salles referia a si próprio - a cultura desenhava-se como um “instrumento de integração”, como um produto, que por ser o vínculo entre o homem e a terra, exercia um papel estratégico na consecução do “desenvolvimento integrado”. Era, portanto, necessário submetê-la também à lógica do planejamento, ou seja, diagnóstico, prognóstico, execução e controle.¹⁴¹

Nas análises da “problemática cultural”, os diagnósticos, a princípio, eram preocupantes. Santa Catarina era retratada como um espaço cultural fragmentado, desconhecido, abandonado, condição esta, que teria levado as áreas mais fronteiriças a sofrerem influências culturais alienígenas ou de estados vizinhos, “colocando inclusive em risco a autonomia catarinense junto à federação”.¹⁴²

A diversificação cultural de Santa Catarina, caracterizada por regiões social e economicamente díspares, leva a **despersonalização da cultura**. Mas o fato não representa óbice intransponível. Malgrado as distintas manifestações, advindas de representativas regiões do Estado, é perfeitamente possível, com o tempo, caracterizar uma **cultura nossa**, ou, pelo menos, revelar ao país os dados formadores da história **barriga-verde**.¹⁴³ [grifo do autor]

¹⁴⁰ Mesmo tendo surgida praticamente junto com a ESG em 1949, a ADESG só inaugurou uma delegacia em Santa Catarina em junho de 1970 da primeira turma de diplomados no seu ‘Ciclo Sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento’ podemos destacar Carlos Humberto Corrêa, Péricles Prade, Moacir Pereira, Esperidião Amin. A lista completa dos diplomados esta disponível em <<http://www.adesc.org.br>> . Acessada em 17 jul. 2002

¹⁴¹ Sobre as fases das técnicas de planejamento administrativo ver, MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina tempos de angústia e esperança. Florianópolis: edição do autor, 1978. p.196

¹⁴² Sobre influências de estados vizinhos, ver CORRÊA, Carlos Humberto. A problemática... Op. Cit., p. 118

¹⁴³ PRADE, Péricles. Síntese da problemática cultural catarinense. Op. Cit., p.19

Os dados formadores a que o texto se refere, eram os que ganhavam visibilidade na luz e linguagem tradicionalista. O planejamento cultural trazia em toda a sua extensão, uma contradição latente: a introdução de técnicas administrativas modernizadoras através de um olhar passadista em relação à “cultura”. Além do mais, uma “cultura” sustentada discursivamente por intelectuais com fortes ligações político partidárias, alguns incomodados diante das intenções anti-oligárquicas de então. O que temos, a partir deste momento, são acomodatamentos circunstanciais, e também alguns embates. Um deles travado diante da forma de regionalizar Santa Catarina com vistas ao planejamento cultural.

A estratégia política da “micro-regionalização” acabou produzindo argumentos contrários, que procuravam desconsiderar a validade dos “fundamentos das divisões micro-regionais” quando aplicadas à “cultura”. Afirmava-se em seu lugar, a necessidade de um novo desenho para estado, um desenho assentado não mais em “regiões”, mas sim, em “áreas culturais”.

Muito mais do que “região”, é preferível falar em “área cultural”, em “vida cultural”, em história e não apenas em geografia. Como unidade sócio-cultural, a região requer um enfoque diferente do geográfico. Aqui dever-se-ão levar em conta, em escala prioritária, os elementos psico-culturais, os vínculos religiosos comuns, as tradições afins, a comunidade de hábitos, os níveis de vida, numa palavra, a cosmovisão do grupo humano em análise.¹⁴⁴

O que se verá então são propostas de planejamento cultural procurando a conciliação entre “áreas culturais” e “micro-regiões”. Em ambos os casos o que estava em jogo era a produção de uma “cultura catarinense”, através,

¹⁴⁴ SACHET, Celestino. O regionalismo literário. Op. Cit., p. 4, 11

principalmente, de políticas de interiorização cultural, e estabelecimento de “pólos-indutores”, agregadores de áreas desconhecidas ou “sob outras influências”. Indução não significava impor uma cultura de uma região para outra, já que nada poderia se contrapor ao “sal da terra”,¹⁴⁵ significava sim, planejar políticas de “conscientização aos espaços omissos”, políticas que os fizessem revelar as suas próprias culturas, e identifica-las como catarinenses tirando-as assim do isolamento.

Integrar era governar distâncias, e algumas distâncias já estavam sedimentadas de antemão. Talvez, por terem sido levadas a cabo pelos “representantes da tradição” - intelectuais ligados, principalmente, ao IHGSC e ACL - as tentativas de desenhar o mapa cultural de Santa Catarina vão repetir os mesmos recortes naturalistas que haviam sido gestados desde o final do Século XIX

Em termos de delineamento prévio, podemos dizer que o Estado de Santa Catarina divide-se em três subáreas culturais: 1- a subárea litorânea, ou original; 2 – a subárea do planalto, ou dos campos de Lajes; 3 – a subárea de colonização.

Os limites dessas subáreas não podem ser estabelecidos com maior segurança, pois é de considerar-se que a mobilidade das populações dificulta qualquer esforço neste sentido. Contudo, as características históricas e econômicas que possuem as populações das subáreas que apontamos justificam a hipótese formulada.¹⁴⁶

Como bem sabemos, três áreas culturais básicas formam o Estado de Santa Catarina e dão origem a um verdadeiro

¹⁴⁵ A metáfora do “sal da terra”, alusão à vocação - “vós sois o sal da terra... vós sois a luz do mundo” BÍBLIA SAGRADA(Mt 5, 13-14) - estará sempre presente nos discursos que procuravam instituir raízes às regiões, ver por exemplo o capítulo “temperados com o sal da terra” in.: JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinensismos. Florianópolis: UDESC-EDEME, 1974. p.83-114

¹⁴⁶ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Contribuição para o delineamento de subáreas culturais em Santa Catarina. In: Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis: Edeme, 1971. p.60. Este texto foi primeiro publicado em 1964 pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da UDESC.

complexo cultural: o Litoral colonizado essencialmente por europeus, onde se distinguiram portugueses alemães e italianos; a área dos Campos de Lajes, pela fixação de colonos paulistas, e o Oeste Catarinense, formada pela migração de elementos do Rio Grande do Sul, que se dirigiam para o resto do país.¹⁴⁷

Em relação às áreas desconhecidas culturalmente foram planejadas e executadas ações para inseri-las na “heterogeneidade catarinense”, entre elas pode-se destacar desde cursos pelo interior do estado revelando os “fundamentos da cultura catarinense” até sugestões de “roteiros para a caracterização cultural de municípios” que visavam orientar as autoridades municipais para o “descobrimento” de aspectos que deveriam ser considerados culturais e portanto revelados como regionais. Práticas que no seu esforço ordenatório afirmavam tanto a autonomia da cultura, como também a força da exclusão de tudo aquilo que não fosse qualificado como “essencial de cada região”.¹⁴⁸

“O objetivo é facilitar o entendimento de Santa Catarina, em termos de sua história e sua formação sócio-cultural. Aborda-se apenas o que é essencial o que marcou a terra e o povo. Tenta-se uma macro-interpretação sócio-histórica [...] tenta-se assim entender o mosaico étnico e cultural que caracteriza o território catarinense”.¹⁴⁹

O que pode ser percebido como diferente neste período, é a cultura tomada como um elemento autônomo, sujeita a técnicas de planejamento, e deste modo, definidora das regiões de Santa Catarina. A “diversidade catarinense”, passou a ser

¹⁴⁷ CORRÊA, Carlos Humberto, Op. Cit., p. 115

¹⁴⁸ Um exemplo de roteiros para a caracterização cultural dos municípios de Santa Catarina pode ser encontrado in: SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis: edição do autor, 1974. p. 117-118

¹⁴⁹ SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Op. Cit., apresentação da obra.

assumida culturalmente, fruto de fechamentos discursivos em torno de um número definido de regiões que cobririam todo o “território catarinense”. O objetivo nacional da integração quando remetido aos anseios de uma “unidade catarinense” não irá admitir lacunas para o imponderável ou para espaços negligenciados, passíveis de serem atraídos por estados vizinhos.

Como já afirmamos, mesmo que os recortes tenham sido preservados, o discurso naturalista que fundamentava e sustentava as diferenças regionais parece ser colocado em segundo plano tendo a “cultura” ocupado a frente da cena na sustentação discursiva dos espaços regionais. Esta mudança permitirá também construir a “unidade catarinense” de um modo mais flexível de acordo com os interesses políticos e econômicos em jogo. A “abordagem cultural” torna possível, por exemplo, o surgimento de novos colaboradores ao “painel catarinense”, desde que estes “novos elementos” não sejam representativos de um território, não sejam remetidos à uma região específica passando a representá-la com exclusividade. As regiões catarinenses permanecem definidas com seus homens típicos, e a sua colonização específica.

* * *

Pode-se afirmar que a ênfase dos discursos regionalistas posicionava-se naquele momento, muito mais na afirmação de uma heterogeneidade cultural do que no estabelecimento de uma hierarquia regional. Discursos a respeito da superioridade ou inferioridade de algumas regiões sobre outras não deixaram de existir, mas perderam força, assumindo um ar muitas vezes de pura contingência.

Dito de outra maneira, a hierarquia continuou a existir, mas deixou de ser entendida como causa, passando a ser apenas efeito das circunstâncias sociais.

Essa nova “face cultural” não é menos “essencialista” como determinante da diferença social, do que a posição naturalista ou pelo menos, ela continua a estabelecer uma base igualmente forte para a separação e segregação sociais, mesmo porque continua a afirmar-se sob uma base étnica, reproduzindo os recortes naturalistas. Aparentemente todas as identidades regionais poderiam ser niveladas. O discurso da diversidade aceita todas as diferenças identitárias, sob a condição de todos concordarem em agir tendo por base essas diferenças de identidades, preservando-as como indicadores sólidos de separação social. Para ser catarinense, entre outras atitudes, era necessário abraçar uma das identidades, identificar-se com uma das regiões que, naquele momento, eram colocadas à disposição pelo discurso do planejamento cultural. O ato de abraçá-las passou a ser uma das manifestações, denominada por alguns autores de “catarinensismo”.

O “catarinensismo” foi uma expressão que passou a freqüentar as argumentações daqueles que procuravam identificar Santa Catarina, como um espaço heterogêneo diferenciado e regionalizado, principalmente, na tradição e na etnia. É com este termo que se procurava definir os esforços direcionados para a construção de uma “identidade catarinense” que desse conta de sua “diversidade cultural”. Esforços que por serem referendados pelos “representantes da tradição”, não poderiam ser tomados como uma elaboração momentânea. O papel deles será descolar manifestações culturais do espaço onde elas existem e articula-las em uma totalidade que as transcenda. Uma totalidade produzida no conjunto das etnias reconhecidas como decisivas na formação do estado.

“Não é uma invenção deste momento; não é uma invenção gramatical para a colocação de um assunto comercializável. Catarinensismo é o processo que ebule no caldeirão do complexo da cultura catarinense. O culto ao catarinensismo, é a maneira de cultivar a tradição brasileira adjetivada como catarinense”.¹⁵⁰

Procurava-se também com o “catarinensismo” justificar e positivar os atos das autoridades que tentavam estabelecer, e talvez, garantir para si próprios, um certo domínio político sobre o território catarinense. Mesmo restrito a um pequeno grupo de intelectuais, e propondo uma identidade baseada na diversidade, ele trazia a força da exclusão de tudo aquilo considerado oposto à sua definição. Por outro lado, quando entendido como um processo ele pode ser percebido como uma tentativa de incorporar em uma totalidade diferentes elementos configurando assim, uma suposta unidade representativa diante da nação.

Como Estado Federado, seu povo [de Santa Catarina] faz parte da nação brasileira, mas no âmbito regional deve ele diferenciar-se, por seus traços culturais próprios, dos habitantes das demais unidades da Federação. É isso que chamamos de Identidade Catarinense, dando o nome Catarinensismo à aceitação destes vínculos comunitários, e de Catarinização aos processos de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontre dela afastado.¹⁵¹

¹⁵⁰ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinensismos. Florianópolis: UDESC-EDEME. 1974, p.76

¹⁵¹ PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. A Identidade catarinense. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, n.5, 1984. p. 259-275. O mesmo artigo foi publicado posteriormente na obra: Aspectos geográficos de Santa Catarina. FCC/ Editora da UFSC. 1991. p.269-284, do mesmo autor.

A preocupação em construir uma identidade catarinense não era uma novidade daquele período, é possível encontrar esforços neste sentido mesmo no século XIX. O que há, principalmente a partir dos governos militares, é uma sistematização de práticas discursivas e não-discursivas elaboradas sobretudo pelos “intelectuais tradicionalistas” cuja existência sempre se confundiu com as instituições políticas em Santa Catarina. Serão eles que irão procurar “sintetizar a realidade cultural catarinense”, e deste modo, prover o estado de interpretações que dêem conta das relações de poder em questão, isto vale tanto na definição interna das forças regionais, quanto no plano federal em acordo com as políticas de “segurança e desenvolvimento”.

O “discurso catarinensista”, é assim, um discurso que procura compor uma identidade a partir de diferenças regionais pré-determinadas. É um discurso que só se torna possível diante da forte ingerência do Estado no “setor cultural” e, pelo fato de ter sido elaborado por intelectuais ligados a instituições como o IHGSC e a ACL, acaba tendo também como uma de suas principais características o apelo à tradição e à fixidez.

Este apelo à tradição parece, a princípio, contradizer os objetivos “modernizadores” do período. Se o desejo era modernizar, desenvolver, e a “cultura” apresentava-se como uma área estratégica e passível de ser explorada economicamente, era de se supor, que o seu planejamento fosse reservado a intelectuais que não representassem uma ordem passada, que não representassem o conservadorismo. Porém, é preciso compreender, que ao chamar os “representantes da tradição” para “ajudar a planejar a cultura”, o que em grande medida significava “compor uma identidade”, o Estado acabava estabelecendo uma ligação entre o presente e o passado, acabava legitimando historicamente os seus

atos governamentais. Além de conferir esta continuidade aos atos institucionais, esta associação entre os “intelectuais da tradição” e um Estado com pretensões modernizadoras, trazia como contrapartida a revitalização de instituições que estavam “adormecidas” nos anos anteriores. Não é por acaso, que neste período, tanto o IHGSC e a ACL voltaram a se reunir com maior frequência e a publicar as suas revistas.¹⁵²

O fato da “cultura catarinense” ser planejada sob o “viés tradicional” - implicando em grande medida à uma posição conservadora diante da ordem estabelecida - parece ter sido uma opção indiscutível naquele momento, não havia alternativa, ou no mínimo mostravam-se escassas. Os intelectuais ligados ao IHGSC e ACL se apresentavam como os únicos disponíveis, os únicos sobreviventes, incontestáveis desde o fim do *Grupo Sul* na segunda metade dos anos 50.

Em outros lugares do país, como já escrevemos no capítulo II, a preocupação em criar uma *cultura nacional-popular*, havia se transferido dos intelectuais que serviram ao Estado Novo para os setores da classe média ligados ao “discurso das esquerdas”. Eram instituições da sociedade civil como, por exemplo, o Partido Comunista, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, os Movimentos de Cultura Popular, os Centros Populares de Cultura, entre outras, que continuavam a articular as questões relacionadas ao nacional e ao popular. Em instituições como estas procurava-se romper o “vínculo conservador” da *cultura popular*, ligando-a à uma forma de conscientização da realidade brasileira, manifesta sobretudo através de

¹⁵² O primeiro número da revista Signo da Academia Catarinense de Letras data do ano de 1968. Para obter mais informações sobre períodos de maior ou menor atividade da Academia ver. Signo nº 3 p. 5-8.

A revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina viveu três fases: a primeira entre 1902 e 1920, a segunda em 1943 e 1944 e a terceira iniciando em 1979.ver PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983. p.27-31

ações políticas que visavam a “transformação sócio-econômica”. A *cultura popular* seria portadora de “conteúdos revolucionários” que, entre outras funções, faria frente ao imperialismo que ameaçava “dissolver a nação”. O “vínculo conservador” a ser combatido estaria associado às definições folcloristas, que uniam a tradição ao popular, e expressavam-se em “atitudes paternalistas em relação à cultura”.¹⁵³

Entretanto, tanto os “revolucionários românticos” quanto os “tradicionalistas folcloristas” acabavam se encontrando na submissão ao *dispositivo das nacionalidades*. Não conseguiam pensar a “revolução”, ou a tradição, sem a nação, procuravam sim, através de mecanismos distintos, defende-la de um outro “processo revolucionário”: aquele que punha em risco as territorialidades e espacialidades tradicionais, e era produzido a partir da internacionalização dos fluxos de capital e da *cultura de massas*.¹⁵⁴

O que cabe ressaltar é que este discurso “revolucionário de traços românticos” acerca da *cultura popular* - que se contrapunha ao “discurso tradicionalista” abrigado nos institutos históricos e academias de letras - não se fez presente, ou ao menos não alcançou uma visibilidade significativa em Santa Catarina. Os intelectuais continuavam a ser os mesmos que sempre estiveram ligados às instituições governamentais, exercitando a mesma discursividade conservadora, incontestemente em relação à cultura. Neste sentido, em oposição à *cultura*

¹⁵³ Sobre *cultura popular* e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes ver ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. p.45-78

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. A invenção do nordeste e outras artes. Op. Cit., p. 183-192

- Sobre as diferenças entre românticos e folcloristas sobretudo no período entre o final do século XIX e início do XX, ver ORTIZ, Renato. Cultura popular - românticos e folcloristas. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992

- Sobre o surgimento da *cultura de massa*, como resultado da passagem dos dispositivos de submissão aos de consenso, ruptura que pode ser percebida a partir de meados do século XIX, ver MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Op.Cit., p. 179-221

de massa, vista como “desagregadora da nação”, as discussões em Santa Catarina afirmavam, ou continuavam afirmando “aristocraticamente”, uma *cultura de elite*, única que teria a força necessária para “catalisar a integração e o desenvolvimento”.

Parece exemplar neste sentido, o livro *Cultura, Integração e Desenvolvimento* de Carlos Humberto Corrêa. Na análise do autor, um dos impedimentos à *integração* estaria na caracterização da *cultura* como sinônimo de lazer, levada a cabo sobretudo, pelos *meios de comunicação de massa*. Membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura durante o governo Colombo Salles, o autor propunha como solução a criação de “organismos competentes”, que no seu entendimento, significavam organismos que promovessem uma popularização da *cultura de elite*. Uma popularização que lançando mão dos próprios *meios de comunicação de massa*, afastaria do “ambiente cultural”, os “elementos que só serviam ao divertimento” e não geravam “nenhuma consequência para o mundo existencial da criatura humana”. *Cultura de massa* na visão do autor significava quase uma ‘ausência de cultura’, um vazio a ser preenchido pela *cultura de elite* através de ações governamentais.¹⁵⁵

O fato está, não em tornar a cultura de massa mais cultura de massa e sim transformar a cultura de elite em cultura de massa.¹⁵⁶

Popularizando as manifestações culturais de mais alto nível, dentro de um processo metodológico, estaremos dando melhores condições ao homem – não só ao erudito, mas também ao povo em geral de conhecimento e compreensão de

¹⁵⁵ Ver CORRÊA. Carlos Humberto. Cultura, integração e desenvolvimento, e a apresentação do livro de autoria de Celestino Sachet

¹⁵⁶ Idem, p.25

suas bases culturais. Tal atuação poderá ser exercida através da comunicação de massa.¹⁵⁷

As bases culturais que precisavam ser compreendidas estavam na origem étnica dos colonizadores, que mesmo não sendo única, expressava uma “cultura universal e civilizatória”. Assim, ao que poderia corresponder à “cultura popular”, Carlos Humberto refere-se em um único momento do livro, colocando-a no descenso de um estado primitivo:

Por outro lado também cabe, não só popularizar a cultura de elite, mas dar condições à continuidade de elementos culturais de caráter mais primitivo como o artesanato, a apresentação folclórica, enfim, àquelas manifestações, fruto de uma pura necessidade popular.¹⁵⁸

A *cultura popular* não parecia ser portadora de nenhum risco de subversão aos olhos dos planejadores culturais da época, muito menos, poderia pleitear o papel de protagonista nas políticas integradoras. Domesticada na “cientificidade” dos *estudos folclóricos*, levado à cabo desde o final dos anos 40, e presa à sua “ascendência étnica”, ela apresentava-se como um conjunto de elementos que servia apenas como um fundo de permanência aos atos que tinham como fim a *integração*.

Parece ser significativo também, que conceitos como o de *cultura de massa* passem a povoar as discussões acerca da “cultura catarinense”. O aumento da população urbana associado à expansão dos meios de comunicação em Santa Catarina, a partir dos anos 60, era um fato que poderia trazer como resultado a solidificação de uma *sociedade de massa*. Esta sempre pensada em termos

¹⁵⁷ Idem, p.27

¹⁵⁸ Idem, p.26

culturalistas, representaria a “perda de autenticidade” ou a “degradação cultural”. Sendo assim, a “integração pelo massivo”, não interessava já que colocaria em risco a *cultura* como um dos lugares onde as diferenças sociais eram definidas. A *integração* que se buscava deveria ser feita de “cima para baixo”, preservando a hierarquia em relação às camadas populares e alinhando as diferenças consideradas “superiores culturalmente”. As “massas” com sua “cultura homogeneizante e inferior”, não eram bem vindas, e a elas se reservava adjetivos semelhantes, por exemplo, aos que autores como Gustave Le Bon ou Ortega y Gasset, referiam-se às “multidões” da civilização industrial no século XIX e XX: primitivas e irracionais. Uma das diferenças é que talvez agora não se procurava tanto a sua compreensão, mas sim, a sua disciplina e controle através do planejamento cultural. Mesmo assim, ao “perigo” que elas poderiam representar, continuava-se ainda a responder “aristocraticamente”.¹⁵⁹

Portanto, nesta construção da “heterogeneidade cultural catarinense”, temos intelectuais voltados ao passado, o que na prática significava, em grande medida, a continuação de atos afirmativos dos “altos padrões de fruição estética”, o cultivo dos “grandes nomes da história catarinense”, ou a ratificação de “elementos folclóricos e

¹⁵⁹ Sobre a expansão dos meios de comunicação em Santa Catarina a partir dos anos 60, ver PEREIRA, Moacir. Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli/FCC edições, 1992. p. 67-79

- Sobre o “perigo” que as “multidões”, formadas a partir da civilização industrial, representavam e o esforço de autores como Tocqueville, Le Bon, Freud, Reich e Ortega Y Gasset em compreendê-las, ver MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia. Op.Cit., p. 55-74; ver também mais especificamente LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. 5ª ed., Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia editores, 1952 (primeira publicação em 1895 sob o título *Psychologie des foules*); ORTEGA y GASSET, José. A rebelião das massas. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/ortega.html> Acesso em: 02 jul. 2001.(começou a ser publicado em um diário de Madrid em 1926)

- Sobre a designação das “massas” como irracionais e a necessidade de controlá-las através do planejamento ver ABREU, Alcides. O Estado e o processo de desenvolvimento. [S.l.: s.n.], 1968, p.126

tradições populares”. A “cultura catarinense”, nesta perspectiva, passa a ser vista quase como um conjunto de valores espirituais e materiais que foram sendo acumulados ao longo do tempo. Ela torna-se um *patrimônio*, devendo por isso ser preservada, ser mantida viva na memória de todos.

Deste modo, as análises e as propostas de planejamento cultural estarão voltados para o estabelecimento de um repertório fixo de tradições. Um *patrimônio* que expresse as regionalidades e suas ascendências étnicas, pois eram estas as diferenças que deveriam compor o “mosaico catarinense”. Isto pode ser percebido em propostas como a do *Plano de Ação Cultural Catarinense* de 1975, elaborado pelo Conselho Estadual de Cultura, onde se sugere, por exemplo, construções de “casas de memória” nas “áreas culturais”; ou então, a realização de um “festival do folclore catarinense”, dividido entretanto, em três festivais distintos: um “festival de folclore açoriano”, um “festival de folclore teuto-brasileiro” e um “festival de folclore ítalo-brasileiro”.¹⁶⁰

Neste “conservadorismo patrimonialista”, não há lugar para conflitos ou contradições. Nele a *cultura* é tomada como algo recebido do passado, com um prestígio simbólico tal, que não cabe discuti-lo, cabe apenas restaura-lo, preserva-lo, e difundi-lo. O fundamento deste *tradicionalismo substancialista*, como afirma Canclini, se “resume na certeza de que há uma coincidência ontológica entre realidade e representação, entre a sociedade e a coleção de símbolos que a representam”.¹⁶¹ O seu desejo último é “converter-se em natureza, é ser natural, como um dom”.¹⁶²

¹⁶⁰ Ver Plano de Ação Cultural Catarinense (1975). p. 7. Arquivo do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina

¹⁶¹ GARCÍA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.

* * *

Este será o sentido conservador que marcará os discursos que darão visibilidade às “áreas culturais” de Santa Catarina. Elas passarão a afirmar a sua existência de acordo com a capacidade da memória de cada uma delas se expressar; da capacidade de se colocarem como continuidade em relação a um passado. A verdade das “áreas culturais” - que obedeciam aos recortes naturalistas - estaria nas suas tradições, na sua “história”, enfim, em um “fundo de permanência” provedor de autenticidade às regiões e aos seus habitantes.

É sob este ponto de vista – desprovido da pretensão de ser único – que se pode também olhar para as práticas discursivas e não-discursivas acerca do “homem do Contestado”, levadas a efeito durante o governo de Esperidião Amin (1983/86). Práticas estas, que se inscreveram como estratégia, no apagamento dos traços degenerativos, atribuídos a uma população considerada “historicamente” como fanática e mestiça, e na sua transformação em “homem típico catarinense”.

São inúmeras as questões que atravessam o campo de saber e de referências que parece ter se tornado, ao longo do tempo, o Contestado. O que achamos importante, para este trabalho, é ressaltar apenas alguns aspectos como a forma através da qual este “novo homem e região” ganham expressividade, além também do seu apelo conciliatório.

As bases das afirmações regionais estavam naquele momento nas suas respectivas narrativas históricas, construídas sobretudo, por uma discursividade

3^a ed. – São Paulo: Editora da USP, 2000. p. 163

¹⁶² Idem, p.164

culturalista, como já afirmamos, mais flexível, e portanto, possibilitadora da positivação dos atributos negativos desenhados pelo discurso naturalista. Neste sentido, as práticas se concentrarão na criação e fixação de um novo passado, no estabelecimento de uma tradição, inventada e atualizada em concessões de subsídios e incentivos a “eventos culturais” diversos.¹⁶³

Não conteste o que foi contestado,
sem saber a causa e a razão!
A mão do historiador
deixou de registrar
a ação do explorador,
que veio exterminar,
injusta e sem razão,
a vida no sertão,
em luta desleal,
com apoio oficial!¹⁶⁴

Em tempos de integração, a emergência de um “novo homem e região” que, além do mais, se desejava símbolo da identidade catarinense, não poderia se dar pelo conflito pela oposição. Assim, a sua produção não insurge contra uma ordem posta, não toma o lugar de ninguém, apenas corrige um “lapso da história”, um esquecimento, fruto como repetido várias vezes, da “ausência de um Euclides da Cunha”, que desse o testemunho histórico ao “mais legítimo dos catarinenses”.¹⁶⁵

A inclusão do “homem do Contestado” ao “painel catarinense” é uma acomodação, que também ocorre pelo reconhecimento de atributos fixos, de sua

¹⁶³ Sobre o plano de ação na área cultural do governo Esperidião Amin, ver CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. Aspectos do Contestado. Florianópolis: FCC, ano I, jul/set, 1984.

¹⁶⁴ BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. Ano XXIII. N. 37/38, dez 1985. Oratório “O Contestado” de José Acácio Santana p. 89

¹⁶⁵ Sobre o “homem do Contestado” e a política cultural no governo de Esperidião Amin (1983/86) ver AMIN, Esperidião. A vez do pequeno – uma experiência do governo de Esperidião Amin. Florianópolis: Casa Civil, 1986. p.127-129.

memória; é a sua inserção na continuidade histórica tradicional, sem rupturas, sob a qual estavam postas as outras regionalidades aceitas.

Assim, o fanático, o mestiço, o jagunço, o *outro* do dispositivo nacionalista na *formação discursiva naturalista*, apaga-se como alteridade absoluta e procura assumir o papel de conciliador das diferenças, uma marca para a identidade catarinense.

Nós precisamos criar a marca de Santa Catarina. Quando a gente fala do gaúcho, sabe o que é o gaúcho. Quando se fala do carioca, também se sabe o que é o carioca. Quando a gente fala do catarinense não se sabe como representar o catarinense. Para criar a identidade de Santa Catarina, para expressar em uma única palavra o que é o catarinense, podemos buscar no Contestado uma alternativa. Nós podemos ganhar aqui esta palavra. Esta palavra é o homem do Contestado, é o jagunço, o fanático, enfim é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós já temos de justiça social; para conseguir que o oeste catarinense fosse chão de propriedade de milhares de famílias. (...) aqui neste local mora a identidade catarinense.¹⁶⁶

Tradicionalismo e conciliação, não são traços exclusivos das práticas acerca do “homem do Contestado”, elas podem ser percebidas ao longo de todo o período em que a *integração* funcionou como um dispositivo orientador de práticas e discursos em Santa Catarina. Nele, a diversidade significa apenas diferenciação o que elimina de antemão os aspectos de antagonismo e conflito na sociedade, o diferente é apenas complementar de um quadro maior de referências que seria

¹⁶⁶ AMIN, Esperidião. Em Iraní, um desfile recorda a Guerra do Contestado. Jornal “O Estado”. 16/09/1980, p.17. Apud AURAS, Marli. Poder Oligárquico catarinense: da guerra dos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. Tese de doutorado, PUC/SP, 1991, p. 323-324.

Santa Catarina. É este caráter complementar que só permite a emergência de aspectos positivos, de contribuições que cada região pode dar. Lutar por democracia passa a ser lutar pela expressividade de cada região, significa incluir-se no “mosaico catarinense”.

Este discurso da integração, da “unidade na diversidade”, encobre uma idéia de harmonia, característica do pensamento de Gilberto Freyre, Bastide e Vianna Moog, que como já afirmamos anteriormente, orientou em muitos aspectos as “iniciativas culturais” em Santa Catarina. É um discurso portanto, conciliatório onde os conflitos parecem se resolver dentro das próprias diferenças, posto que estas, definidas e organizadas, pressupõem a existência de uma sociedade equilibrada e harmônica. Trata-se de uma visão construída e legitimada, principalmente, pela antropologia cultural, a mesma que transmitia a imagem do “Brasil cadinho” forjado em aculturações harmônicas onde não são levadas em conta as situações concretas que orientam qualquer contato humano. O discurso que afirma a “diversidade cultural catarinense”, embora diga-se democrático por “levar em conta a heterogeneidade cultural”, é o discurso da fixidez, é o discurso onde não há lugar para as relações de poder se manifestarem.

Considerações finais

Talvez seja difícil encontrar outro espaço no Brasil, que abrigue tantas divisões internas como Santa Catarina. Nascer ou estar em uma determinada “região catarinense” significa na maioria das vezes, assumir um quadro de referências produzidas e mantidas por atos e discursos ao longo do tempo. São limites que determinam identidades, dividem as pessoas, alimentam preconceitos e se sustentam, principalmente, pela fixidez dos discursos que as engendram. O que procuramos fazer foi expor alguns destes discursos, negando ao mesmo tempo, que estas divisões existam, exclusivamente, devido a obstáculos geográficos ou às sucessivas e diferentes colonizações, como se afirma comumente. Elas foram sim, construídas e sedimentadas pelo cruzamento de uma série de práticas regionalizantes discursivas e não-discursivas levadas a efeito, principalmente, desde que o discurso naturalista passou a cartografar Santa Catarina.

Foi pela repetição de textos e imagens que as divisões regionais foram forjadas. Textos e imagens que não podem ser atribuídas apenas a uma classe dominante, pois não há nesta construção uma simples lógica de classes. Não é uma simples questão de inverter a imagem oficial procurando abordá-la sob o ponto de vista dos dominados, fazer isto é provocar apenas um deslocamento dentro das mesmas imagens e enunciados e nunca colocar em questão as próprias regiões.

Tanto as regiões isoladamente quanto o “mosaico” que mais tarde procura representar o conjunto delas todas, nasceram de práticas que não foram desenvolvidas fora delas, mas sim, através dos próprios discursos de todas as

peessoas de algum modo relacionadas. Elas não existem localizadas, e ao mesmo tempo existem em todas as partes, como uma regularidade de temas, imagens e falas. Elas existem e se materializam em cada atitude, em cada comportamento em cada discurso feito em nome delas. Cada uma delas é na verdade, o resultado de um consenso, que pode ser agenciado, mas não instrumentalizado, pelos mais diferentes grupos das mais variadas posições sociais ou ideológicas.

Nesta pequena amostra da trama de discursos que envolvem a regionalização e a integração em Santa Catarina foi possível perceber um traço, uma tendência persistente ao conservadorismo, uma falta de legitimidade social para a inovação, uma falta de aspiração às mudanças. O “mosaico catarinense” parece ser o resultado de práticas caracterizadas sempre pelo imobilismo, pelo acomodamento, pela companhia constante do que parece ser um “guarda-roupa alemão”, que insiste em nos ligar ao passado e bloqueia a imprevisibilidade do novo. Um bloqueio só possível discursivamente, pela sacralização de conceitos como região, nação, etnia, ordem, ou mesmo, revolução. Todo o discurso acerca do modernismo, modernização ou modernidade em Santa Catarina parece, contraditoriamente, se contrapor à novidade. Aceita-se a hierarquia, as relações pessoais, como forma de se proteger das mudanças. Afirma-se o antigo como forma de justificar o presente, de criar um escudo contra qualquer radicalidade, contra qualquer fluxo de singularidades.

As imagens e enunciados que afirmam Santa Catarina como um espaço da “diversidade cultural” são fruto de práticas que na verdade diluem a própria diversidade. Talvez seja necessário hoje, renunciar a todas as continuidades irrefletidas, sobretudo a termos como tradição, identidade, cultura regional ou nacional, desenvolvimento, evolução, etc., para sermos capazes de pensar o

diferente e, ao pensá-lo, fazer diferente. Uma diferença que não está esquecida ou recoberta, mas sim dispersa por nós.

Não há o que defender, deve-se sim questionar a naturalização de todos os espaços e regiões que aparecem na mídia, nas discussões e trabalhos acadêmicos. Questionar e expor o dispositivo de forças que os sustenta. Por mais que se digam revolucionários, críticos, muitas destas falas tem o seu poder de corte limitado pois estarão submetidos à lógica que preside as idéias de região e nação. Talvez a pergunta mais pertinente seja: por que, na maioria das vezes, continuamos a reafirmar espaços regionalizados ou identidades? Quem precisa de identidades? Assumir uma identidade é assumir várias representações excludentes, é emitir um discurso preso à lógica da submissão, é ocupar um lugar que esperam que ocupemos. Não é assumindo vozes e olhares que seremos plurais, democráticos, diversos culturalmente.

Não se trata, portanto, de arregimentar culturas, instituí-las como esferas autônomas representativas de regiões, de afirmar identidades culturais sejam elas quais forem. Não se trata de “dar vozes” aos “negros do litoral”, aos “italianos do sul” ou as “mulheres do oeste”. Trata-se sim, de buscar diferenças culturais, de sermos sempre diferentes dos outros e de nós mesmos, de aceitar a diferença por ela mesma e não apenas tolerá-la, de buscar sempre a diversidade inumerável e não os enquadramentos limitados.

Devemos pensar as regiões como uma construção histórica em que se cruzaram os mais variados elementos culturais, que aos poucos são domados por meio de categorias como memória, etnia, alma, essência. O “mosaico cultural” é na verdade uma cristalização de estereótipos que são remetidos aos espaços regionais de Santa Catarina. Estereótipos que são operativos, positivos que instituem

verdades, que são subjetivados e que ao impor-se excluem possibilidades. Trata-se de um jogo de poder onde apenas um feixe limitado de imagens e falas são permitidos e repetidos em todas as instâncias da sociedade.

Parece hoje ser preciso ultrapassar as nações ou as regiões para permitir a emergência do novo. O conhecimento e a cultura não devem ater-se a determinadas fronteiras, ligar-se a uma tradição inventada como representativa de qualquer espaço. Talvez a questão que devemos procurar responder, é como produzir cultura lançando mão das mais variadas matérias e formas de expressão, sem se submeter às centrais de distribuição de sentido, sejam elas quais forem. Não é tarefa fácil, mas um passo nesta direção, pode ser nos localizar criticamente dentro dos próprios fluxos culturais aos quais fazemos parte e não tentar barrá-los afirmando outros em seus lugares.

Na construção de todos os muros, fronteiras, divisões que nos deparamos hoje, o discurso historiográfico sempre teve um papel fundamental. Talvez seja o momento dele tomar o exemplo do 'Zaratustra nietzscheano', de descer da montanha e desfazer tudo aquilo que ajudou a construir. Para isso vir-a-ser uma possibilidade, será necessário, sem dúvida, realizar trabalhos de história tragam uma reflexão da sua própria escrita, da sua linguagem, da sua narrativa. Será preciso também, que a história deixe de ser um discurso sobre o passado, e passe a ser como afirma Foucault uma "ontologia do presente", não há como não sê-lo. Será preciso direcionar a nossa atenção criticamente sobre as formas como foram narrados os eventos históricos, não como uma representação verdadeira ou falsa do passado, mas como agentes produtores de um passado que nos é revelado, como narrativas que constroem uma "realidade" e uma memória que insistem em orientar os nossos passos.

A história não deve ser tomada como a busca de certezas, mas sim de dúvidas, de problemas que ela coloca e recoloca. A história não é apaziguamento mas sim, destruição e morte, não como o oposto da vida, mas sim como possibilidade de ela existir. É preciso não ter receio de questionar, de suspeitar sobre as certezas, de lançar-se ao desconhecido. O risco é não fazê-lo.

Bibliografia de apoio

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998

BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

GARCÍA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3ª ed. – São Paulo: Editora da USP, 2000

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. Vol.1, São Paulo: Itatiaia, 1975

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997

_____. Kafka: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. Diálogos. Escuta. 1996

DERRIDA, Jacques. Limited Inc. Campinas: Papyrus, 1991

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva. 1970

FICO, Carlos. A propaganda da ditadura. In:Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1979

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, 15 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2000

_____. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

_____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1985

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1986

GEBARA, Ademir, et alli. História Regional: uma discussão. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1987

HERSCHMAN, M. Micael & PEREIRA, Carlos Alberto Messender. A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20/30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

LEPENIES, Wolf. As Três Culturas. São Paulo: Edusp, 1996

LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

MACHADO, Roberto. Deleuze e a filosofia. Rio de Janeiro: Graal, 1990

MARTÌN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001

MORAES, Eduardo Jardim de A Brasilidade Modernista – sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Editora Ática, 1994

LINS, Daniel; COUTO, Sylvio S. G.; VERAS, Alexandre (orgs). Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

_____. Cultura popular - românticos e folcloristas. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional. In: Anais do I Encontro Estadual de História de Santa Catarina- 1986. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1988

POULET, Georges. O espaço proustiano. Rio de Janeiro, Imago, 1992

ROUANET, M.H. (org). Nacionalidade em questão. Rio de Janeiro: Instituto de Letras Uerj. 1996

SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000

SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. In: Estudos Históricos vol. 14, nº 26. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

WHITE, Hayden. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994

Fontes primárias e secundárias

a) Livros

ABREU, Alcides. O Estado e o processo de desenvolvimento. [S.l.: s.n.], 1968

AMIN, Esperidião. *O homem do contestado*. In: Resposta à carta dos catarinenses. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1987

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1971

_____. Roger Bastide: sociologia / organizadora Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983

_____. Brasil: terra de contrastes. São Paulo: Dif. Européia do livro, 1964

BASTOS, Élide Rugai. *Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil*. In: O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Editora da Unicamp, 1993

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912

CALDEIRA, Almiro. Rocamaranha. Porto Alegre: Editora Globo, 1961

CARDOZO, Flavio José (Coord.). Almiro Caldeira: estudo bibliográfico. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, n. 6, 1993

CARVALHO, Tito. Vida Salobra. Florianópolis: Acadêmica, 1963

CASCAES, Franklin Joaquim. Franklin Cascaes: Vida e arte e a colonização açoriana. Entrevistas e textos organizados por Raimundo Caruso. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Publicado em separata da Revista de Imigração e Colonização – Ano I, n. 4, 1940

CABRAL, Oswaldo. Santa Catharina, História – Evolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937

_____. Assuntos Insulanos: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 1948

_____. Cultura e folclore – bases científicas do folclore. Florianópolis. 1952

CENTENÁRIO DE BLUMENAU. [Vários Autores]. Blumenau: Ed. Da Comissão de Festejos, 1950

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

CORRÊA, Carlos Humberto. A problemática da difusão e do planejamento cultural em Santa Catarina. In: Povo e tradição em Santa Catarina. Florianópolis: Edeme, 1971

_____. Cultura, integração e desenvolvimento. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura, 1971

COSTA JAMUNDÁ, Theobaldo. Interpretação regional do município de Rodeio. Florianópolis: Escola Industrial, 1949

D'EÇA, Othon Gama. ...Aos Espanhóis Confinantes. 2. edição - Florianópolis: Editora da UFSC, 1992

_____. Homens e Algas. Florianópolis: 2ed. Governo do Estado de Santa Catarina/Conselho Estadual de Cultura, 1978

DERETTI, Miguel. Apiúna nos meus apontamentos. Porto Alegre: Escola Gráfica Dom Bosco, 1970

DIAS, José de Souza (org). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1988

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos MB-75, ESG. 1975

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra do boi: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 22ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983

_____. Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998

HOHLFELDT, Antônio. A literatura catarinense em busca de identidade: o romance. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: FCC, Ed. da UFSC, 1994

JUNKES, Lauro. Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul. Florianópolis: Ed. da UFSC / Lunardelli, 1982

_____. O Mito e o Rito. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987

- KLUEGER, Urda Alice. Verde Vale. Florianópolis: Lunardelli, 1979
- KOWARICK, Lucio. Estratégias do planejamento social no Brasil. Cadernos do CEBRAP no 2, 1976
- LACERDA Jorge. Democracia e nação. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960
- LAUS Lausimar. O Guarda-Roupa Alemão. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989
- LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. 5ª ed., Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia editores, 1952
- LOBATO, Monteiro. Urupês. 31. edição -São Paulo: Brasiliense. 1985
- LUZ, Aujor Ávila da. Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2ª edição – Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999
- MACHADO, Janete Gaspar. A Literatura em Santa Catarina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986
- MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina tempos de angústia e esperança. Florianópolis: edição do autor, 1978
- MIGUEL, Salim. Rede. Florianópolis: Edições Sul. 1955
- MELO, Oswaldo Ferreira de. Visão de conjunto da literatura catarinense. In: Antologia de Autores Catarinenses, 1970
- MENESES, Diogo de Melo. Gilberto Freyre. Rio de Janeiro. Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1944
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. *A Identidade catarinense*. Florianópolis: Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, n.5, 1984
- PEREIRA, Moacir. Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli / FCC edições, 1992
- _____. (org.) Ivo Silveira: um depoimento. Florianópolis: Insular, 1998
- PEREIRA, Valdézia. A poesia “modernista” catarinense nas décadas de 40 e 50. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998
- PIAZZA, Walter. Nova Trento. Florianópolis: IOESC, 1950
- _____. O folclore de Brusque – estudo de uma comunidade, 1960
- _____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983

SABINO, Lina Leal. Grupo Sul: o modernismo e Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1981

SACHET, Celestino (org). Antologia de Autores Catarinenses. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1971

SALLES, Colombo Machado. Geometria de linhas claras. Florianópolis: Edeme, 1973

_____. Geometria de linhas claras – tomo II. Florianópolis: Edeme, 1974

SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis: edição do autor, 1974

_____. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa universitária da UFSC, 1968

SASSI, Guido Wilmar. Amigo Velho. Florianópolis: Edições Sul, 1957

_____. São Miguel. São Paulo: Boa Leitura. 1962

_____. Geração do Deserto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência do Plameg. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985

SILVA, Zedar Perfeito da. O vale do Itajaí: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola. 1954

_____. (org.). Oeste catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemert, 1950

SIEBERT, Claudia (org) Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões tendências e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2001

SOARES, Iaponan (org). Salim Miguel, literatura e coerência. Florianópolis: Lunardelli, 1991

VIANNA MOOG, Clodomir. Uma interpretação da literatura e outros escritos. Rio de Janeiro: Delta. V.10, 1966

MIGUEL, Salim. Rede. Florianópolis: Edições Sul. 1955

VIANNA, Oliveira. Populações meridionais no sul do Brasil. 4. ed -Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

_____. Problemas de política objetiva. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1930

b) Teses e dissertações

AURAS, Marli. Poder Oligárquico catarinense: da guerra dos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. Tese de doutorado, PUC/SP, 1991

CASTELLI, Mário Antonio. A revista Terra: contribuição para o estudo da literatura em Santa Catarina. Florianópolis, 1982. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina

GOMES, Valter Manoel. Formas do pensamento historiográfico catarinense. Florianópolis, 1984. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina

JUNKES, Lauro. As visões do narrador em O Forte de Adonias Filho: a trajetória de uma cosmovisão. Florianópolis, 1976. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina

SACHET, Celestino. O regionalismo literário. Florianópolis, 1976. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina

VIEIRA, Vilca Marlene. Uma leitura metafórica d'O Guarda Roupa Alemão de Lausimar Laus. Florianópolis, 1978. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina

c) Jornais, revistas e boletins

CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE, nº 1- out/dez 1884; nº 2 – abr/jun 1885. Florianópolis: Edição da Fundação Catarinense de Cultura

BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE, nº 1 – set 1949; nº 3 – mar 1950; nº 5 – set 1950; nº 6 – dez 1950; nº 7 – mar 1951; nº 8 – jun 1951; nº 9/10 – set 1951 / dez 1951; nº 22 – jan 1956; nº 23 / 24 – jan 1957 / jan 1958; nº 25/26 – jan 1959 / jan 1960; nº 27/28 – jan 1962 / jan 1963; nº 29 – dez 1975; nº 30/31 – ago 1978; nº 32 – nov 1979; nº 33 – dez 1980; nº 34 – dez 1981; nº 37/38 – dez 1985; nº 39/40 – dez 1988; nº 41/42 – dez 1990; nº 43/44 – dez 1992; nº 45/46 – dez 1994; nº 47 – dez 1995.

Jornal O ESTADO, 1958 – 1985

LITORAL – REVISTA DE ARTES E LETRAS, nº 1 – set 1957; nº 2 – jan 1959; nº 3 – jun 1959; nº 4 – jan 1960; nº 5 – jun 1960; nº 6 – set 1960

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2ª fase - 1º sem 1943; 2º sem 1943; 1º sem 1944 vol XII; 2º sem 1944 vol XIII / 3ª fase – nº 1, 1979; nº 2, 1980; nº3 1981; nº 4, 1982/83; nº 5, 1984; nº 6, 1985; nº 7, 1986/87; nº 8, 1988/89; nº 9, 1990

SIGNO – REVISTA DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, nº 1 - 1968; nº 2 – 1969; nº 3 – 1970; nº4 – 1971; nº 5 – 1975

SUL – REVISTA DO CÍRCULO DE ARTE MODERNA, nº 1 jan 1948; nº 2 fev 1948; nº 3 abr 1948; nº 4 jun 1948; nº 5 ago 1948; nº 6 dez 1948; nº 7 jan 1949; nº 8 abr 1949; nº 9 ago 1949; nº 10 dez 1949; nº 11 mai 1950; nº 12 out 1950

d) Planos institucionais

PLANO DE AÇÃO CULTURAL CATARINENSE (1975). p. 7. Disponível no Arquivo do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina

PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO (1971). Mensagem à Assembléia Legislativa

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. ESPLAN (Escritório Catarinense de Planejamento Integrado) Resp. Luiz Felipe da Gama Lobo D'Eça, Florianópolis, ESPLAN.

PLANO SÓCIO CULTURAL – ESTRUTURAS CULTURAIS. Primeira jornada Social de Santa Catarina. Coordenador Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral. Florianópolis, 1967

e) Livros e artigos em endereços eletrônicos

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO (1951) Disponível em: <http://puccamp.aleph.com.br/1999/folclore/carta.html> . Acesso em 22 nov. 2001

CUNHA, Euclides da. Contrastes e confrontos. Disponível em <http://www.bn.br> . Acesso em: 13 dez. 2001

KLUEGER, Urda. [entrevista para o suplemento literário A ILHA]. Disponível em: <http://planeta.terra.com.br/arte/prosapoesiaecia/urdaentrevista.htm>. Acesso em: 27 mar. 2002

PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Da série Grandes entrevistas –[entrevista do jornal A Notícia com o presidente da Academia Catarinense de Letras Paschoal Apóstolo]. Disponível em <<http://www.an.com.br/grande/pitsica/index.htm>> Acesso em 17 mar. 2002.

ORTEGA y GASSET, José. A rebelião das massas. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/ortega.html>. Acesso em: 02 jul. 2001

f) Bibliotecas e arquivos

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
Arquivo do jornal O Estado
Arquivo do Conselho Federal de Cultura
Biblioteca da Academia Catarinense de Letras
Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina